

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA JANSEN DE MELLO DE SANTANA

**ASSISTENCIALISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS SUJEITOS POBRES  
DURANTE O ESTADO NOVO**

CURITIBA

2008

CAMILA JANSEN DE MELLO DE SANTANA

**ASSISTENCIALISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS SUJEITOS POBRES  
DURANTE O ESTADO NOVO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em História, Curso de  
Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro

CURITIBA

2008





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, Ionefax + 55 (41) 3380 5006,  
82.060-150, Curitiba, PR, Brasil  
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.pcahistoria.ufpr.br

Ata da sessão pública de arguição de Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História. Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas na sala seiscentos e doze, sexto andar do Edifício D. Pedro I, da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição da aluna Camila Jansen de Melo de Santana em relação a sua Dissertação de Mestrado intitulada: *Assistência social e participação política dos sujeitos pobres durante o Estado Novo*. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós Graduação em História da UFPR, foi constituída pelas seguintes Professores Doutoradas Judite Maria Barboza Trindade, orientadora, Erivan Karvat (UFPR) e Ana Paula Vosne Martins (UFPR), sob a presidência da primeira. A sessão teve início com a exposição oral da aluna sobre o estado desenvolvido. Logo após, a senhora presidente concedeu a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. Em seguida, a aluna apresentou sua defesa. Na sequência, a senhora presidente retomou a palavra para as considerações finais. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se sigilosamente, decidindo-se pela Aprovação da aluna. Finalmente, a senhora presidente declarou a aluna Aprovada. Completando-se assim todos os requisitos previstos na regulamentação do Programa de Pós Graduação em História para a obtenção do Grau de Mestre. Nada mais havendo a tratar a senhora presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Maria Cristina Parzowski, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

  
Maria Cristina Parzowski

  
Prof. Dr. Judite Maria Barboza Trindade

  
Prof. Dr. Erivan Karvat

  
Prof. Dr. Ana Paula Vosne Martins




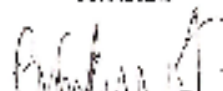
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gel. Carneiro, 463. Alameda, sala 713. Fone/fax + 55 (41) 3363-8048  
83.082-170, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: [ppghis@ufpr.br](mailto:ppghis@ufpr.br) Website: [www.poshistoria.ufpr.br](http://www.poshistoria.ufpr.br)


#### PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História para realizar a aplicação da Dissertação de Mestrado na aluna Camila Linsen de Mello de Santana, sob o título: *Assistencialismo e participação política dos sujeitos pobres durante o Estado Novo*, para obtenção do grau de Mestre em História, após haver realizado a avaliação de mérito, são de Parecer pela ~~APPROVAÇÃO~~ da aluna, completando-se assim todos os requisitos previstos na regulamentação do Programa de Pós-graduação em História para obtenção do Grau de Mestre.

Curitiba, 21 de agosto de 2008.

  
Prof. Dr. Edio Márcio Bezerra Ladeira  
Presidente

  
Prof. Dr. Erivaldo Kappel  
1º Examinador

  
Prof. Dr. Ana Paula Vozze Martins  
2º Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer meus pais, pelo incentivo que recebi para cursar o mestrado e pela paciência que tiveram em aguardar toda a realização do trabalho e da prorrogação de prazo para comemorar esta conquista comigo.

Gostaria também de agradecer ao Professor Doutor Luiz Carlos Ribeiro, pela orientação, tempo dispendido nas leituras das versões anteriores de meu trabalho e pelas exigências feitas, que apenas engrandeceram este estudo.

Neste ínterim é importante destacar a figura da Professora Doutora Judite Maria Barboza Trindade, como pessoa que representou a figura de meu orientador nas bancas de qualificação e defesa do mestrado.

Da mesma forma, gostaria de agradecer às Professoras Doutoras Roseli Boschilia e Ana Paula Vosne Martins, pela leitura de meu texto de qualificação, bem como pelas propostas de melhoramento feitas. Nesta mesma direção, sou grata ao Professor Doutor Erivan Karvat, da Universidade Tuiuti do Paraná, por aceitar o convite para compor a banca examinadora da defesa de meu mestrado.

Ao Cauê, gostaria de agradecer o compartilhamento da experiência de mestrado e a constante presença.

## RESUMO

Este trabalho objetivou analisar como se deu a participação política dos pobres brasileiros durante o período do Estado Novo (1937 – 1945). Iniciamos nosso estudo com a abordagem das relações mantidas entre o Estado e a Igreja Católica durante as décadas de 1930 e 1940, pois estas instituições organizaram a assistência voltada aos sujeitos pobres no período do Estado Novo. Após a análise da relação entre Igreja Católica e Estado, partimos para o estudo da ação política dos pobres. A fim de cumprir com nosso objetivo utilizamos de dois diferentes grupos de fontes. O primeiro grupo de fontes, formado por correspondências enviadas pelos sujeitos pobres ao Estado, permitiu-nos analisar a fala dos próprios indivíduos empobrecidos de diferentes localidades do território nacional. Também pudemos perceber as formas de apropriação do discurso estatal feita por estes sujeitos. O segundo grupo de fontes constitui-se de documentos oriundos da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, localizada em Curitiba. Esta gama de documentos nos possibilitou analisar as formas de atuação política dos pobres junto ao Estado através de um campo institucional. Neste sentido, pudemos perceber que os pobres protagonizavam ações de demanda junto ao Estado através de missivas pessoais assim como permeando suas ações através de uma instituição assistencial. Apontamos também a percepção de um discurso sendo criado pelos sujeitos pobres a fim de se relacionarem com o Estado e concluímos que estes indivíduos tinham atuação política durante o período.

Palavras-chave: Pobres. Estado Novo. Petições. Participação política.

## RÉSUMÉ

Ce travail a eu comme objectif analyser comme s'a donné la participation des pauvres brésiliens pendant la période de l'État Nouveau (1937 - 1945). L'étude commence avec l'abordage des relations maintenues entre l'État et l'Église Catholique pendant les décennies de 1930 et 1940, puis que ces institutions ont organisé l'assistance tournée aux pauvres dans la période de l'État Nouveau. Après l'analyse de la relation entre l'Église Catholique et l'État, on a étudié l'action politique des pauvres. Afin d'accomplir avec notre objectif on a utilisé deux différents groupes de sources. Le premier groupe, formé par des correspondances envoyées par les pauvres à l'État, nous a permis d'analyser la parole des personnes pauvres à l'État, à travers des lettres qu'ils ont envoyées de tous les parties du territoire national. On peut comprendre aussi les façons d'appropriation du discours d'état fait par ces sujets. Le deuxième groupe de documents est formé par les sources de "l'Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo", localisé à Curitiba. Ces documents nous avons possibilité d'analyser les manières d'action politique des pauvres en direction à l'État à travers d'un champ institutionnel. Dans ce sens on a s'aperçue que les pauvres protagonisaient des actions d'exigence en direction à l'État à travers des lettres personnelles et des actions perméées par une institution d'assistance. On indique aussi que les pauvres ont créé un discours propre avec l'objectif de se relationner avec l'État et on a conclu que ces personnes avaient performances politiques pendant la période.

Mots-clés: Pauvres. État Nouveau. Pétitions. Participation politique.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – TIPOLOGIA DOS PETICIONÁRIOS .....	74
GRÁFICO 2 – TIPOLOGIA DOS PEDIDOS .....	89
GRÁFICO 3 – TIPOLOGIA DAS RESPOSTAS ENVIADAS PELO ESTADO .....	125
TABELA 1 – TABELA DE SUBVENÇÃO FEDERAL .....	149
TABELA 2 – TABELA DAS CONTRIBUIÇÕES EM PROL DO NATAL DOS POBRES.....	151
GRÁFICO 4 – TIPOLOGIA DOS AUXÍLIOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO .	152
GRÁFICO 5 – QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS MATRICULADOS NA ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO .....	154
GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS ATENDIDOS PELA ASSOCIAÇÃO NOS BAIRROS DE CURITIBA .....	159



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO - A CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA .....</b>	<b>1</b>
1.1 POBREZA EXPERIMENTADA .....	12
1.2 MESMO CONTEXTO, DIFERENTES INTERPRETAÇÕES .....	21
<b>2. PRIMEIRO CAPÍTULO - ASSISTENCIALISMO ESTATAL E ECLESIAÍSTICO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS .....</b>	<b>31</b>
<b>3. SEGUNDO CAPÍTULO – COM A PALAVRA, OS POBRES .....</b>	<b>63</b>
<b>4. TERCEIRO CAPÍTULO – RELAÇÃO INSTITUCIONALIZADA: OS POBRES ATRAVÉS DA FALA DE OUTROS .....</b>	<b>129</b>
<b>5. CONCLUSÃO – OS POBRES COMO PROTAGONISTAS DA SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DURANTE O ESTADO NOVO .....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>174</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>177</b>

## 1. INTRODUÇÃO - A CONTEXTUALIZAÇÃO DA POBREZA

Este trabalho objetivou analisar as formas de relação estabelecidas entre o Estado e os indivíduos pobres brasileiros durante o Estado Novo. A abordagem deste tema se deu através de dois olhares: a atuação individual destes sujeitos, e a atuação permeada por uma instituição. Ao final do desenvolvimento de nosso trabalho, pretendemos responder à seguinte problemática: como se construiu a relação entre o Estado e a população pobre brasileira durante o período do Estado Novo, englobado pelos anos de 1937 e 1945?

Utilizamos duas tipologias de fontes históricas para abordarmos estes dois vieses relacionais – individual e institucionalizado. O primeiro, individual, foi analisado através de correspondências enviadas pelos pobres ao Presidente Getúlio Vargas. O estudo da relação institucionalizada foi realizado através de documentação produzida pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, organização assistencial existente no período, na cidade de Curitiba. A Associação São Vicente manteve contato com diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal) durante o Estado Novo. A análise dessa documentação nos permitiu analisar os procedimentos e a visão da instituição sobre a caridade, a assistência social e sobre a relação entre os cidadãos pobres e a esfera governamental.

As missivas enviadas a Vargas constituem um interessante grupo de documentos históricos, onde encontramos manifestações dos próprios remetentes ao Presidente da República. Estas fontes foram localizadas no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, agrupadas no Fundo Secretaria da Presidência da República. Este Fundo contém documentos diversos, constituindo-se no mais numeroso Fundo documental existente no Arquivo Nacional. As correspondências que foram analisadas neste estudo encontram-se organizadas nas pastas do Ministério da Educação e Saúde Públicas. Devido à grande quantidade de fontes encontradas nestas pastas ministeriais, decidimos por selecionar um conjunto documental que fosse expressivo e que, ao mesmo tempo, pudesse ser analisado dentro do tempo disponível para efetuação da dissertação. Portanto, selecionamos um total de 351 correspondências.

Quais as características destas missivas? O que pretendiam os remetentes? As correspondências enviadas a Getúlio Vargas eram cartas que relatavam as dificuldades vividas cotidianamente por seus remetentes e familiares e tinham por finalidade apresentar demandas ao Presidente. O objetivo desta ação de escrita e exposição das dificuldades enfrentadas, seguida de demandas, era a conquista de um auxílio do Estado que viesse minorar o sofrimento enfrentado pelo autor da correspondência e seu núcleo familiar.

O segundo grupo de fontes é constituído pelos documentos da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Diferentemente do que ocorria com as correspondências pessoais, as fontes institucionais não foram escritas pelos indivíduos, mas sim pelo grupo de senhoras que compunham o quadro social da instituição. A Associação de Caridade nos forneceu quatro diferentes fontes: o Livro-Caixa, onde estão registradas as transações financeiras da instituição, seus parceiros, financiadores, o montante dos gastos e o objetivo de cada transação. Utilizamos também o Livro de Contas-correntes, no qual encontramos registros da movimentação financeira da instituição durante os anos de 1941 e 1945. Os registros financeiros constantes do Livro de Contas-correntes nos forneceram o montante gasto pela instituição com cada um dos itens necessários: vestimenta, imóveis, impostos, farmácia e outros. Também encontramos registrados os recebimentos ocorridos no período, como a subvenção federal, os donativos recebidos e demais registros. Portanto, através do Livro de Contas-correntes pudemos perceber a movimentação financeira da entidade, assim como a especificação dos itens nos quais foi utilizado o montante financeiro.

Temos também o Livro de Chamada dos Assistidos, aonde encontramos a listagem dos indivíduos e domicílios assistidos pela Associação, onde constam dados como o endereço de cada sujeito e o registro de alguns dos auxílios recebidos por estes. Por último, temos os Livros de Atas. Estes registram o cotidiano da Associação, suas atividades, trechos de correspondências trocadas com parceiros da instituição e, em alguns momentos, registros de pedidos apresentados pelos indivíduos pobres assistidos pela entidade às Senhoras da Caridade.

Os dados colhidos de cada grupo documental, as correspondências e as fontes

institucionais, nos forneceram diferentes informações e tiveram, portanto, que ser analisadas de forma distinta. Enquanto as missivas foram escritas pelo próprio punho dos remetentes e representam os interesses de um indivíduo ou de um núcleo familiar, a documentação institucional foi escrita pelas Senhoras da Caridade e não apresenta, portanto, a fala dos próprios pobres assistidos, mas sim a fala da instituição e das senhoras incumbidas da redação dos documentos, incluindo os pedidos feitos pelos assistidos à instituição.

Por outro lado, temos um fator que une estas documentações distintas. As missivas individuais eram endereçadas ao Presidente da República. As fontes institucionais, por sua vez, serviam de registro das atividades desenvolvidas pela instituição e, portanto eram uma forma de controle da própria Associação sobre suas atividades. Além disso, passou a ser um registro necessário para que a entidade caritativa pudesse recorrer às políticas federais de auxílio às instituições de assistência social. Portanto, era um grupo documental que tinha como seus leitores as próprias senhoras da Associação e também o Estado.

É importante destacar, que os documentos da Associação de Caridade nos forneceram dados sobre a relação desta com as instâncias municipal, estadual e federal de poder, fossem estas prefeituras, governos estaduais, secretários que representassem uma das instâncias de poder citadas, ministros e até mesmo o Presidente da República. Da mesma forma, encontramos breves registros da relação direta mantida entre as senhoras da Caridade e os indivíduos assistidos por esta. A relevância desses dados se deve à possibilidade de abordar as ligações mantidas entre uma instituição de caridade que tem por finalidade o auxílio a indivíduos necessitados, com o Estado. Desta forma, temos duas tipologias de documentos que nos fornecem as formas de relacionamento mantidas entre o Estado Getulista e os indivíduos empobrecidos, uma efetuada individualmente e de forma direta – as correspondências – e outra realizada por meio de uma ação institucionalizada e indireta – a documentação da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

Quem eram os indivíduos que escreveram ao Presidente da República? Quem eram aqueles que receberam assistência da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo? A dificuldade em determinar um conceito que englobasse todo

um universo de sujeitos é muito grande. Os indivíduos que se relacionaram com o Estado, direta ou indiretamente e que tiveram tal ação abordada neste trabalho, não eram conhecidos, não nos forneceram dados que possibilitassem conhecermos suas histórias de vida, portanto, eram sujeitos praticamente anônimos, que só saíram do anonimato ao se corresponderem com Getúlio Vargas.

Localizamos dois problemas que dificultaram a conceitualização destes indivíduos: uma de ordem histórica e outra de ordem epistemológica. A dificuldade histórica é decorrência do contexto político que o Brasil vivia durante o Estado Novo. O fato do Brasil ser governado por um Presidente que assumira tal posição através de um Golpe de Estado e, portanto, necessitava legitimar-se no poder para usufruí-lo, foi determinante para que fossem traçadas formas de controle social por parte do Estado. Este controle, entre outros fatores, foi conquistado pelo desmembramento dos grupos sociais existentes e sua reconfiguração em torno de categorias pouco explicativas, como povo, trabalhador e demais nomenclaturas tão presentes no período estado-novista. Esta reorganização social visava uma repolitização dos sujeitos com os quais o Estado se relacionava, ou seja, toda a sociedade brasileira.

Nesta direção, temos Getúlio objetivando desconstruir as antigas identidades de grupo existentes no Brasil para, desta forma, reagrupá-los em grupos pouco identitários e amplos, fortalecendo o Estado e sua imagem como *persona* política que guiaria a reestruturação da sociedade brasileira.

O segundo problema percebido foi de ordem epistemológica, qual seja o fato de não haver nas ciências humanas, e principalmente no que se refere às ciências sociais, uma definição satisfatória das categorias presentes no populismo brasileiro: povo, trabalhador. A inexistência de segurança na definição destas categorias, marcantes no período Vargas, se somaram às dificuldades históricas, o que tornou o trabalho de categorização dos sujeitos analisados neste estudo uma questão necessária de ser discutida e de difícil definição.

A dificuldade em estruturar e definir categorias capazes de identificar os sujeitos que foram auxiliados pelo Estado e mantiveram contato com a esfera federal de poder durante o Estado Novo foi anteriormente enfrentada por alguns estudiosos. Dentre estes pesquisadores, podemos apontar Otavio Ianni, Boris Fausto e Francisco Weffort,

que não encontrando classes sociais bem definidas no Brasil, mas deparando-se com agrupamentos denominados pelas nomenclaturas populistas, concluíram que não existiam classes no país. Sobre esta conclusão, temos a fala de Weffort:

Se baseados na tradição européia de luta de classes, entendemos como participação política ativa aquela que implica uma consciência comum dos interesses de classe e na capacidade de auto-representação política, caberia concluir que todas as classes sociais brasileiras foram politicamente passivas nos decênios posteriores à revolução de 1930.<sup>1</sup>

A este respeito temos a crítica de De Decca, onde o autor afirma que esse tipo de análise “construiu o discurso da incapacidade ou fragilidade da classe operária”.<sup>2</sup> De Decca aponta para o fato dos trabalhadores brasileiros e outros grupos sociais não se encontrarem organizados e possuidores de uma consciência comum, agindo em grupo, como o procurado por Weffort, Ianni e Fausto. De Decca percebe que, embora os trabalhadores nacionais não se encontrassem organizados da maneira esperada, eles atuavam da forma possível frente à realidade enfrentada. O autor percebe as particularidades do processo brasileiro frente à experiência histórica analisada por Marx e procura perceber qual foi a efetiva participação destes sujeitos no processo da Revolução de 1930.

Nesta direção, De Decca defende a idéia de que existem classes no Brasil, embora estas se encontrem configuradas de forma diversa daquela apontada nos estudos marxistas e procurada por Weffort, Fausto e Ianni.

Numa outra interpretação possível, àquela em que baseamos nossa análise, temos a fala de Thompson. Este historiador pratica um exercício de percepção da ação política de um grupo, exteriormente às práticas e organizações tidas como “ideais”. Nesta direção, busca compreender o desenvolvimento e particularidades culturais que regem as formas de atuação de um determinado grupo. Estas particularidades de cada espaço e tempo históricos percebidos dão as características que formarão as classes trabalhadoras.

Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson desenvolve um estudo

---

<sup>1</sup> WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 71.

<sup>2</sup> DE DECCA, Edgar S. **1930. O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

das práticas culturais, sociais e reivindicatórias dos trabalhadores ingleses, demonstrando as peculiaridades culturais e sociais do local e período histórico escolhido. Este é o objetivo da História Cultural, que serviu de base para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Nesta direção, apontamos para a busca da compreensão das práticas apresentadas pelos sujeitos que se relacionaram com o Presidente Getúlio Vargas durante o período estado-novista.

Os missivistas cujas correspondências foram selecionadas para a realização deste estudo residiam nos mais diferentes municípios brasileiros. As diversas localidades indicadas nas cartas representam quase a totalidade dos estados nacionais. Portanto, fica claro que não selecionamos este grupo documental a partir de sua origem. Observando os remetentes, percebemos que são mães e pais de famílias que se encontravam em dificuldades. Os textos presentes nas missivas apresentam pedidos que, em geral, englobavam auxílios nas áreas da saúde, educação e emprego, assim como auxílios previstos nos textos legislativos. Na sua grande maioria, os remetentes se identificavam como pobres, pois enfrentavam dificuldades financeiras e denominavam sua precária situação, como o enfrentamento da pobreza.

Alguns dos indivíduos que escreveram correspondências para Vargas estavam empregados ou eram donos de pequenos negócios. No entanto, o fato de possuírem salários ou ganhos financeiros não os descaracterizava como pobres. Nossa assertiva está baseada no fato de diferentes sujeitos, empregados ou autônomos escreverem correspondências a Vargas demandando assistência devido às dificuldades financeiras enfrentadas. Estas dificuldades, relatadas nas missivas, eram, em geral, resultado de um núcleo familiar numeroso e salários ou ganhos financeiros baixos, que se situavam aquém das necessidades de sustento da família. Desta forma, esclarecemos que os pobres que foram analisados neste trabalho através das missivas enviadas ao Presidente da República poderiam ser empregados ou autônomos.

Por outro lado, as fontes da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo apresentam as senhoras que compunham o grupo diretivo e quadro institucional, como damas da sociedade curitibana. Por sua vez, os indivíduos e famílias assistidos pela entidade são caracterizados como portadores de doenças, desempregados, inválidos e pelo enfrentamento de grandes dificuldades financeiras.

Estes sujeitos eram denominados pela Associação, por três diferentes nomenclaturas: assistidos, protegidos ou pobres.

O desempregado era a condição *sine qua non* dos sujeitos assistidos pela Associação de Caridade, onde não encontramos nenhum registro de indivíduo recebendo auxílio ao mesmo tempo em que se encontrava empregado. As características apresentadas até o momento dificultam o englobamento do universo de missivistas em categorias relacionadas ao mundo do trabalho, como empregados, empregadores ou desempregados. Esta dificuldade está situada no fato da inexistência de um termo único relacionado ao mundo do trabalho que constitua uma característica universal dos peticionários. Contudo, ao cruzarmos as informações encontradas nos diferentes grupos de fontes, percebemos um termo comum utilizado para a denominação destes sujeitos: o termo *pobre*.

Percebemos que os sujeitos que remetiam correspondências ao Presidente da República se autodenominavam como pobres, pois reconheciam que estavam enfrentando um cotidiano de dificuldades, situação que, em geral, poderia ser resolvida com um auxílio financeiro. O termo 'pobre' também era utilizado pela Associação de Caridade como uma das formas de nomear os sujeitos por ela assistidos. Portanto, a fim de unificar e melhor definir os sujeitos que, através de uma ação individual ou institucionalizada, estruturaram formas de se relacionar com o Estado Getulista, definimos o termo *pobre* para denominá-los.

É recorrente na historiografia da História Cultural encontrarmos outras formas de denominação a serem utilizadas para se referenciar aos sujeitos que denomino pobres. Em E. P. Thompson, por exemplo, há a utilização do termo *pessoas comuns* e *plebe*. Este termo *plebe* é uma denominação historicamente localizada. Os contextos europeus, destacando-se a Revolução Francesa, utilizaram esta terminologia para se referir a um numeroso grupo de indivíduos que, pouco definíveis, eram aglomerados através de um mesmo conceito. A plebe contém trabalhadores, desempregados, bandidos, burgueses e um vasto grupo de indivíduos que não se enquadravam nas definições de clero ou nobreza. Por ser historicamente localizado e, portanto, sem relação com o contexto brasileiro contemporâneo, não utilizaremos tal terminologia.

Já a terminologia *pessoas comuns* denota uma unidade de indivíduos e



interesses que não é percebida nas fontes analisadas em nosso estudo. As fontes utilizadas por Thompson, geralmente relatos, canções, registros históricos, referiam-se à vida numa comunidade. Desta forma as canções faziam parte do costume de uma comunidade, os relatos de vendas de esposas englobam não só o casal, mas também as reações e dizeres do público que presenciava a cena. Da mesma forma o *charivari* era uma ação comunitária, onde um ou mais indivíduos eram julgados pela comunidade em que viviam. Thompson aborda aspectos que ultrapassam a vida privada dos indivíduos, ganhando os espaços públicos, o julgamento da população local e ações comunitárias. Muitas vezes os eventos históricos analisados por Thompson relatam uma ação desenvolvida por um grupo de trabalhadores de um ofício. São sujeitos que compartilham uma profissão, possuem objetivos de grupo e atuam conjuntamente. Portanto, as *pessoas comuns* são aqueles indivíduos que pertencem a uma comunidade e que atuam ou se vêem alvo de uma ação coletiva.

Poderíamos ter utilizado esta terminologia, 'pessoas comuns', para denominar os sujeitos pobres de que trataremos? Tudo indicaria que sim, a não ser o fato de que esta denominação é, para nós, referencial de um indivíduo ou indivíduos pertencentes a uma comunidade. Como os sujeitos que escrevem correspondências a Getúlio Vargas e os que são auxiliados pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo não constituem uma comunidade ou pelo menos não se auto referenciam como pertencentes a uma comunidade, nem habitam o mesmo local, percebemos que estes sujeitos não compõem uma comunidade. São sujeitos que apresentam interesses e objetivos comuns e especificados, são todos brasileiros, contudo, acreditamos que outra denominação possível é mais acertada para tratar estes indivíduos: o termo *pobre*.

Baseando-se em Thompson e analisando a mesma tipologia de fontes que abordaremos neste estudo, a historiadora Ana Paula Vosne Martins <sup>3</sup> ocupou-se do termo *pessoas comuns* para denominar os missivistas que se comunicaram com o Estado varguista durante os anos do Estado Novo. Contudo, como apresentado,

---

<sup>3</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. **"Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo"**. In: RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES PÓS-DOCTORAIS APRESENTADO AO CNPq. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2004. Artigo no prelo.

acreditamos que a terminologia *pobre* engloba melhor esses sujeitos, visto que, em geral, são indivíduos que enfrentam algum grau de pobreza e que, devido às dificuldades oriundas deste fato, vêem-se levados a recorrer à assistência estatal propagada no período.

Outro fator que nos levou a definir nossa opção pela nomenclatura “pobres” é o fato da terminologia “pessoas comuns” não aparecer em nenhum momento em qualquer das fontes históricas analisadas. Seria, portanto, uma denominação atribuída por nós apenas baseados numa escolha sem qualquer relação com as fontes. Tendo em vista que o trabalho do historiador é explorar as informações contidas nas fontes históricas a fim de abordar, questionar e tentar explicar um contexto histórico definido, optamos pela utilização da nomenclatura “pobres” para nomear os sujeitos que, de forma individual ou institucional, mantiveram relações com Getúlio Vargas.

Contudo, o fato do termo “pobre” aparecer continuamente na documentação não é suficiente para explicar e esclarecer quem são estes sujeitos. Para melhor compreendermos quem são estes cidadãos e definirmos com alguma clareza qual é o grupo social que está englobado nesta terminologia, é necessário responder a seguinte questão: o que é ser pobre no Brasil do Estado Novo?

O período varguista percebe o pobre como cidadão, destinando-lhe assistência social. A visão da Igreja em relação aos pobres é semelhante. Os pobres são alvo de ações caritativas propagadas por instituições religiosas, como é o caso da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

A definição de quem é pobre e quem não o é, se faz importante para compreendermos que, tanto os sujeitos que enviaram correspondências a Getúlio Vargas, e que em sua maioria eram trabalhadores rurais, operários e sujeitos que exerciam diferentes ocupações, quanto os indivíduos assistidos pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, que em geral eram desempregados, aposentados, ou impossibilitados de trabalhar devido a alguma enfermidade, possuíam uma característica comum: a pobreza.

Temos, portanto, um elemento comum a estes sujeitos: a pobreza, que é uma forma de identificação atribuída por outros grupos sociais, assim como se torna uma auto-identificação destes sujeitos. É esta interpretação que Sandra Jatahy Pesavento

apresenta em seu trabalho *Uma outra cidade*.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento <sup>4</sup>, a categoria da *pobreza* e do *pobre* é, sobretudo, uma construção das elites, como um fenômeno de distinção social. É uma identidade atribuída, na qual os indivíduos das camadas dominantes (proprietários dos meios de produção, de altos cargos hierárquicos, membros das elites políticas e econômicas nacionais) percebem que, em oposição à sua situação, há outros indivíduos que não dispõem de meios financeiros de acesso aos bens materiais que eles possuem, além de receberem baixa remuneração por seu trabalho. Dessa percepção surge a categoria de “pobreza”, sendo que os indivíduos que se encaixam nesta situação são nomeados “pobres”.

Como resultado destas práticas de categorização dos sujeitos por outros grupos sociais, Pesavento afirma que ao experimentarem a exclusão, a atribuição de definições e lugares sociais, os sujeitos que sofrem essa exclusão e denominação por parte outros, vivenciam uma “experiência coletiva”, que pode “remeter à construção de um processo identitário de confirmação da exclusão”. <sup>5</sup> Nesta direção, temos que o enfrentamento do cotidiano de pobreza leva os indivíduos pobres a um auto-reconhecimento que produziria uma identidade partilhada por estes sujeitos. Ou seja, os pobres, além de se auto-definirem como tal – até como um sentido de defesa social e de pertencimento –, foram assim denominados pelos que estão em oposição a eles, ou seja, os sujeitos das camadas sociais dominantes.

Entendemos que identidade

Não é um sistema absoluto nem recobre todo o universo cultural de uma comunidade, que, por sua vez, pode formular vários padrões identitários (...). Por outro lado, a formulação identitária organiza, sistematicamente, a compreensão da correspondência da parte com o todo e consagra a visualização da diferença. <sup>6</sup>

Essa identidade é fortalecida ainda, através das formas de atuação destes

---

<sup>4</sup> PESAVENTO, S. J. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. 1 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2001. P. 10

<sup>5</sup> *Idem*. P. 19.

<sup>6</sup> *Idem*. P. 10

sujeitos: o envio de missivas ao Presidente da República e a assistência recebida pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Isto se deve ao fato desses pobres se tornarem atores sociais e um grupo visível e quantificável através das missivas e da Associação de Caridade, pois são retirados do anonimato através de espaços sociais de reivindicação (cartas) e reconhecimento de outros grupos sociais que se encontram em oposição ao local de pobreza destes sujeitos criando uma instituição voltada ao atendimento deles.

Considerando que Pesavento relaciona a cidadania de um sujeito com a possibilidade de estabelecimento de uma relação ou diálogo com o Estado, e partindo do pressuposto que, se um sujeito escreve uma missiva ao Estado, está exercendo sua cidadania, temos estes missivistas tidos como cidadãos.<sup>7</sup> Esta assertiva é confirmada por Erivan Karvat, ao afirmar que os indivíduos vadios e mendigos que estuda (e que o autor engloba dentro da categoria de pobres) são “assim considerados *dentro-da-lei* (pois, incluídos no Código Penal de 1830)”<sup>8</sup> e que seriam posteriormente englobados nas constituições de 1891 e 1934. Considerando que quem possui relações com o Estado, o que inclui a sujeição às normatizações da legislação vigente, é considerado cidadão, temos que os pobres são cidadãos brasileiros.

Durante o período varguista os pobres eram reconhecidos como cidadãos, dado que são criadas políticas assistenciais voltadas ao auxílio destes sujeitos. O Estado brasileiro estende suas mãos e olhos aos brasileiros empobrecidos ao lhes destinar auxílios diversos e, da mesma forma, cria espaços de comunicação com estes sujeitos, tornando-os interlocutores. As missivas enviadas ao Presidente da República e a legislação assistencialista vigente no período estado-novista são comprovações deste mútuo reconhecimento entre Estado e pobres. O período analisado por Karvat, a Primeira República, não possui canais estabelecidos de comunicação entre o Estado e os pobres, mas inicia um processo de abertura do Estado em direção a estes sujeitos a partir da criação de leis que regulamentem as ações destes sujeitos e as punições às quais estes estavam submetidos.

---

<sup>7</sup> *Idem*. P. 17.

<sup>8</sup> KARVAT. Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1830-1933**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. P. 17.

Os pobres, grupo social que se configura no objeto de análise deste trabalho acadêmico, se define, portanto, como o grupo de indivíduos que estão tipificados a partir de dois fatores, de modo algum excludentes entre si: 1. a auto-avaliação que pressupõe o próprio indivíduo descrevendo sua situação material e se definindo como um cidadão pobre, como podemos observar na análise de suas missivas; 2. o reconhecimento do Estado e de outros grupos sociais a respeito da situação de pobreza enfrentada por estes indivíduos, como por exemplo algumas referências encontradas na documentação da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

### 1.1 - POBREZA EXPERIMENTADA

A escolha pela definição do termo “pobre” para denominar os diferentes sujeitos que formam o objeto de estudo de nossa dissertação não significa que estes formavam um grupo unido e organizado. Como explicado acima, estes indivíduos não estão inseridos numa comunidade. Mas isso não significa que não exista nenhuma característica compartilhada por eles.

Lembremos inicialmente, que nosso estudo tem por objetivo analisar as relações estabelecidas entre Getúlio Vargas e os pobres durante o período compreendido entre os anos de 1937 e 1945. É preciso reafirmar ainda que esta abordagem é baseada na análise de dois grupos de fontes: as correspondências que os pobres enviavam a Getúlio Vargas e as fontes institucionais da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Através do primeiro grupo de documentos históricos poderemos analisar a ação e a fala individual dos sujeitos pobres. O segundo conjunto de fontes apresenta os pobres através da fala de outros sujeitos. Ao analisarmos cada uma dessas tipologias documentais encontraremos uma característica comum que engloba todos os sujeitos pobres que serão abordados através destas fontes. Iniciemos nossa análise pelas correspondências.

Os sujeitos que escreveram missivas ao Presidente Getúlio Vargas o fizeram de

diferentes pontos geográficos do Brasil. Não há uma referência geográfica, uma localidade específica que os una. Há correspondências oriundas de municípios representativos de todas as cinco macro-regiões brasileiras. Como em nenhuma das missivas foi encontrada referência a qualquer organização formada por estes missivistas, podemos concluir que estes não se conheciam na sua totalidade e, portanto, não atuavam conjuntamente. Ou seja, não há uma instituição nacional que agrupe todos estes missivistas de forma a uni-los em uma organização de classe. A pobreza é a característica partilhada por estes sujeitos, já que se autodenominam pobres e são reconhecidos como pobres pelo Estado e por sujeitos oriundos de outros grupos sociais. As dificuldades financeiras, o desemprego, os baixos salários, a má qualidade de vida e moradia caracterizam estes indivíduos, que, nas missivas, se autodenominam pobres, além do fato de serem desta forma denominados pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

Embora não atuem coletivamente, mas individualmente, remetendo a correspondência em nome próprio ou de um núcleo familiar específico, podemos considerar que estes sujeitos atuam socialmente. Esta conclusão é baseada na percepção de que esses sujeitos escrevem missivas em resposta a uma política estatal propagandeada no período. Os remetentes estão respondendo a uma política proposta no período Vargas que lhes destina um espaço de reivindicação específico. Portanto, atuam socialmente no sentido de responderem a uma prática estatal e, nesta direção, cidadã. Ou seja, embora a atuação dos pobres missivistas não seja coletiva, pois se caracteriza por um pedido feito em nome de um único indivíduo, é uma prática social.

Pelo apresentado, percebemos que estes indivíduos não atuam coletivamente, embora o façam socialmente visto que efetuam uma ação na sociedade, apresentando demandas ao Presidente da República ou sendo auxiliados por uma instituição assistencial. Embora esta ação da escrita de correspondências não se dê em um ambiente organizado, classista, não significa que esta ação não caracterize um grupo. Visto que estes sujeitos pobres reconhecem-se na sua pobreza e reconhecem os demais indivíduos pobres ou os sujeitos que não o são, temos a demonstração de uma consciência social destes indivíduos. Surge uma idéia de pertencimento, de mútuo reconhecimento, de compartilhamento de dificuldades e de uma mesma resposta a

estas dificuldades: a escrita de correspondências ao Presidente da República pedindo por um auxílio. Embora os missivistas não enviem correspondências que representem um grupo ou uma organização de classe, há a mesma experiência compartilhada por estes sujeitos e relatada nas missivas: o enfrentamento cotidiano da pobreza. Por compartilharem um cotidiano de pobreza, se auto-denominarem como pobres nas missivas e serem nomeados como pobres por outros sujeitos, reafirmamos nossa decisão pela utilização deste termo *pobre* para nomear os sujeitos analisados em nosso estudo.

Embora as epístolas não forneçam dados que possibilitem a percepção de que estes missivistas se conheciam, há o reconhecimento de si próprios e dos demais como pobres. É desta percepção que surge a consciência social destes sujeitos. O fato de não encontrarmos qualquer relato escrito que nos conduza à possibilidade destes sujeitos se conhecerem, conviverem, serem componentes de uma instituição ou organização, não nos permite concluir que não havia formas de comunicação entre estes sujeitos, apenas que não temos registros claros de como esses contatos eram feitos. Neste sentido, consideramos que os pobres trocavam informações entre si, definindo formas comuns de atuação e, desta forma, criando uma consciência social. Os pobres podem não ter feito qualquer menção a organizações, clubes e demais instituições coletivas, no entanto, através de relatos das missivas, podemos concluir que havia uma rede informal entre estes sujeitos. Há casos em que o remetente afirma ter tomado conhecimento das políticas assistenciais do Estado Novo através de conversas informais com colegas de trabalho, através do rádio, ou outras formas que demonstram que estes sujeitos se reconheciam como pobres e atuavam social e politicamente, avisando os conhecidos, alertando sobre as políticas assistenciais e escrevendo a correspondência em nome de conhecidos que eram analfabetos.

A partir destes relatos encontrados nas missivas afirmamos que estes indivíduos compartilhavam uma identidade. A idéia de identidade transita pela necessidade dos indivíduos se reconhecerem como pertencentes a um mesmo grupo, como cidadãos que reconhecem as similaridades entre si e, desta forma, organizam-se e se percebem como integrantes de um todo. Tomamos o conceito de identidade como uma forma de organizar “sistematicamente, a compreensão da correspondência da

parte com o todo” e consagrar “a visualização da diferença”.<sup>9</sup> Cada sujeito, segundo este conceito, teria de identificar-se com os demais indivíduos que compartilhassem as mesmas características e objetivos que ele e, conseqüentemente, perceber que são distintos do restante da população. Desta forma, atuariam segundo interesses comuns, procurando alcançar objetivos partilhados entre si, os quais, por sua vez, seriam distintos dos interesses e objetivos de outros grupos.

O fato destes sujeitos demonstrarem uma identidade, percebida através da auto-avaliação e do reconhecimento de indivíduos pertencentes a outros grupos sociais, na pobreza enfrentada pelos missivistas, leva-nos a apontar a possibilidade deles compartilharem uma mesma experiência. Esta experiência é o enfrentamento da pobreza cotidiana e a ação de escrever uma correspondência a Getúlio Vargas, relatando as dificuldades enfrentadas e apresentando demandas ao Presidente.

Para melhor problematizarmos o conceito de experiência relativo a esta tipologia de fontes cabe analisarmos outros trabalhos já desenvolvidos a partir desta documentação. Desta forma, procuraremos esclarecer quais as convergências e distanciamentos existentes entre nossa interpretação e a de outros historiadores.

Em sua obra, publicada em 1997<sup>10</sup>, Ferreira apresenta como seu objetivo “explorar um elenco de questões difíceis”<sup>11</sup> sobre o período conhecido como Era Vargas. Essas questões difíceis são, no decorrer de seu estudo, abordadas a partir do mesmo conjunto de fontes que nos propomos a estudar: correspondências que diferentes cidadãos enviaram a Vargas durante o Estado Novo. Tendo como objeto de estudo os trabalhadores brasileiros, Ferreira se propõem a discutir

Como a política pública implementada pelo Estado repercutiu entre os trabalhadores e que resposta obteve? Teriam o operário, o desempregado e o trabalhador de salário mínimo reproduzido em palavras exatamente aquilo que a propaganda política estatal pregava? O apoio que os pobres manifestaram a Vargas corresponderia ao mesmo apoio que o presidente esperava deles? Seria correto afirmar que a população pobre e trabalhadora passou a interpretar sua realidade social a partir das novas idéias dominantes,

---

<sup>9</sup> PESAVENTO. *Idem*, p. 10.

<sup>10</sup> FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 22.



passivamente e sem críticas? Qual, enfim, o impacto que a política estado-novista causou entre as pessoas comuns daquela época.<sup>12</sup>

A dificuldade que Ferreira encontra em definir o objeto de pesquisa está latente no trecho acima. Esta dificuldade foi também enfrentada por nós, já que os sujeitos que foram auxiliados pela assistência praticada pelo Estado durante o período Vargas constituíam um público abrangente. Neste grupo estavam localizados indivíduos empregados, desempregados, jovens, idosos, pais e mães de famílias e indivíduos solteiros. Não há uma constante na definição destes sujeitos, o que dificulta a criação de uma definição possível para eles.

Fundamentando-se em obras e autores da História Cultural, o autor discorda das interpretações baseadas no fenômeno do populismo, criticando a idéia de que “os trabalhadores, no primeiro governo Vargas, tiveram acesso aos direitos sociais, mas não aos políticos e, a partir de cálculos sobre suas perdas e ganhos, trocaram os benefícios da legislação por submissão política”.<sup>13</sup> Nesta direção, parte da seguinte assertiva para desenvolver seu estudo:

Nas propostas sugeridas pelos historiadores da cultura, os trabalhadores não são definidos por sua passividade ou incapacidade de refletir sobre sua própria realidade social, e sim como personagens que viveram experiências políticas, econômicas e culturais e, a partir de um leque de alternativas disponíveis, escolheram suas estratégias, manifestaram atitudes e comportamentos e construíram sua identidade política.<sup>14</sup>

Também elegemos os trabalhos dos estudiosos da História Cultural para desenvolvermos nossa pesquisa. Nesta direção, concordamos com a afirmação de Ferreira de que os trabalhadores não são incapazes de pensar sobre a realidade social que enfrentam, assim como não são passivos ao que acontece à sua volta. Defendemos também a idéia de que os missivistas, a partir de suas experiências cotidianas - sejam estas políticas ou econômicas - agem de acordo com as alternativas disponíveis. Nossa concordância com estas afirmativas apresentadas por Ferreira são

---

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> *Idem*. P. 15.

<sup>14</sup> *Idem*. P. 17.

baseadas no fato de compartilharmos um mesmo referencial teórico: Thompson.

A concordância também decorre do fato de identificarmos uma congruência dos missivistas relativamente aos objetivos da missiva. Os objetivos dos remetentes eram os mesmos: manter o núcleo familiar, obter auxílio para ter melhores condições de vida, incluindo nisso a educação, a saúde e outros itens. Nesta direção, temos um compartilhamento de interesses e a busca dos peticionários pelos mesmos objetivos.

Os objetivos apresentados demonstrados nas epístolas denotam uma mesma identidade, partilhada por estes sujeitos. Visto que, ao enfrentarem dificuldades semelhantes, todos os remetentes de correspondências atuaram da mesma forma, remetendo cartas ao Presidente da República para pedir-lhe auxílio, temos uma identidade de resposta se apresentando. Da mesma forma, ao percebermos, através das correspondências, que alguns sujeitos souberam da possibilidade de enviar epístolas a Getúlio através de comentários de conhecidos, temos que os pobres se reconhecem uns aos outros como pobres. Nesta direção, percebemos que há uma mútua identificação entre os remetentes, pois enfrentam dificuldades e reconhecem, no próximo, o enfrentamento das mesmas dificuldades. Desta identidade que surge entre os sujeitos pobres, temos as práticas de auxílio entre estes indivíduos, que escrevem cartas para os conhecidos, que avisam semelhantes sobre a possibilidade de correspondência com o Presidente Getúlio Vargas.

É uma identidade que não surge de associações nem possui local próprio de manifestação, mas que se faz presente no compartilhamento de objetivos, de práticas e experiências cotidianas de pobreza e dificuldades enfrentadas, e também da ação de escrita de correspondências ao Presidente da República, denotando uma mesma forma de atuação frente problemas semelhantes e objetivos compartilhados. É uma identidade que surge da experiência cotidiana e do mútuo reconhecimento entre estes sujeitos, que se auxiliam, que avisam uns aos outros das políticas assistenciais existentes.

Contudo, mesmo após a percepção da existência de objetivos, práticas e experiências comuns entre estes missivistas, é importante apontarmos as ressalvas de Suzanne Desan à utilização que Thompson faz dos conceitos de *identidade* e *cultura*.

Suzanne Desan afirma que, em seus estudos sobre a cultura da população inglesa do século XVIII Thompson pode, “às vezes sugerir uma comunidade mais coesa

e unida do que de fato existia”.<sup>15</sup> Da mesma forma, o próprio Thompson alerta para a necessidade de cuidado ao trabalharmos com o termo “cultura” visto que este tende “a nos empurrar no sentido de uma noção holística ou ultraconsensual”<sup>16</sup>, ou ainda quando afirma que “‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantos atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas”.<sup>17</sup> Os alertas de Thompson em relação à utilização do termo cultura e de Desan em direção às formas que Thompson utiliza os conceitos de identidade e cultura, podem ser direcionados a Ferreira e ao nosso próprio estudo já que a forma de identificação dos missivistas analisados não se dá de forma fechada ou institucionalizada, mas na diversidade de um cotidiano de experiências compartilhadas. As missivas nos fornecem dados para percebermos esta identidade existente entre os peticionários, contudo, são informações às vezes sutis, que devem ser trabalhadas com cuidado, tendo em vista que a definição de unidade deve ser verificada nas fontes e não atribuída pelo historiador.

Ferreira baseia sua idéia de que os missivistas compartilham uma identidade a partir da percepção de que “mesmo que deparemos com textos produzidos individualmente, o conjunto da correspondência apresenta uma homogeneidade nos enunciados, sugerindo a presença de um mesmo padrão cultural”.<sup>18</sup> Continua o autor:

A leitura da correspondência revela uma mesma temática: os personagens apresentam um triste quadro de precária situação social e, a partir disso, pedem algo – geralmente um emprego ou aumento salarial. Uma mesma situação social e um mesmo objetivo de superá-la levam os vários personagens a registrarem suas formas de pensar e interpretar a sociedade, o momento político, as manifestações de poder e toda uma gama de percepções e sensibilidade com uma mesma frequência. A impressão que se tem, à medida que as cartas são lidas, é de que os nomes e endereços mudam, mas a redação, a temática e os argumentos permanecem quase inalterados.<sup>19</sup>

<sup>15</sup> DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual. In: HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. P. 77.

<sup>16</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 22.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> FERREIRA. *Op. Cit.* P. 24.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

Também percebemos uma estrutura de texto similar nas correspondências analisadas e, reconhecemos que, grande parte dos peticionários clamava por algum posto de trabalho, melhores salários ou condições sociais. A análise das correspondências, efetuada no decorrer deste estudo apresentará traços desta identidade dos sujeitos pobres brasileiros.

Observando os indivíduos pobres que recebem assistência da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo percebemos que estes cidadãos apresentam características semelhantes às daquelas dos missivistas. Assim como estes, os protegidos pela Associação vivenciam um cotidiano de pobreza e atuam de forma cidadã ao relacionar-se com outros grupos sociais brasileiros, o que, como afirmado anteriormente, os torna visíveis e socialmente reconhecidos e atuantes.

Partindo do princípio de que a instituição de caridade foi criada conjuntamente pela Igreja Católica e por senhoras da sociedade curitibana que foram conclamadas a atuarem em benefício dos pobres, temos que esta instituição não foi estabelecida através de uma ação conjunta e organizada destes sujeitos. Estes indivíduos constituem o público alvo da Associação de Caridade, contudo, o fato de não serem os autores da documentação existente na instituição não significa que estes sujeitos não atuem em prol da solução de seus problemas. A própria documentação institucional apresenta relatos de situações em que os pobres assistidos recorreram às damas da instituição e demandaram auxílios específicos a elas. Portanto, o que diferencia a atuação protagonizada pelos missivistas, da atuação social personificada pelos protegidos da Associação de Caridade, é a intervenção de um grupo social na relação cidadã estabelecida entre os sujeitos empobrecidos e o Presidente da República.

Ou seja, enquanto os missivistas são interlocutores diretos junto ao Estado Getulista, os pobres assistidos pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo têm, intermediando sua relação com o Estado, senhoras de outras camadas sociais.

Nos documentos da Associação não encontramos nenhuma referência a atos conduzidos de forma conjunta pelos sujeitos pobres assistidos por ela. Pelo contrário, nos poucos registros encontrados sobre a apresentação de demandas dos assistidos

às senhoras da caridade, percebemos que estas atitudes são tomadas individualmente, tendo apenas o interesse de sanar questões particulares.

Contudo, o fato de não encontrarmos registros de ações coletivas efetuadas por estes sujeitos, não nos permite assegurar que estes pobres não se conheciam. Essa negativa não é válida, visto que encontramos alguns registros nos documentos que nos permitem apontar claramente que alguns pobres se conheciam. Às vezes os sujeitos ingressavam como assistidos da Associação através de indicações de outros sujeitos já atendidos pela entidade, o que demonstra que havia uma interlocução entre alguns destes indivíduos além de haver o reconhecimento identitário entre estes sujeitos, que se reconhecem como pobres e reconhecem outros sujeitos como tal.

Na mesma direção, temos registros, nas atas da Associação, de reuniões mensais das senhoras da instituição e dos pobres auxiliados, realizadas na sede da Associação, onde era feita a distribuição de víveres e demais auxílios. Há também, atas informando que em ocasiões especiais, como a Páscoa e o Natal havia a celebração de missa com a presença das senhoras da caridade e dos pobres auxiliados pela Associação. Nesta direção, podemos concluir que estes sujeitos se conheciam, possivelmente estabelecendo relações ocasionais ou mesmo longevas entre si. Nesta direção, temos que estes sujeitos pobres assistidos pela Associação de Caridade formavam um grupo que poderia, nessas ocasiões em que reuniões eram feitas, apresentarem demandas coletivas. Contudo, não há registros de ações deste tipo documentadas, o que não impede que elas tenham ocorrido.

Portanto, os sujeitos assistidos pela Associação poderiam atuar conjuntamente embora os registros documentais não apresentem qualquer apontamento neste sentido. Em contrapartida, a documentação analisada apresenta relatos de situações em que os indivíduos pobres atuavam individualmente junto às senhoras da caridade. Esta ação documentada caracteriza os assistidos como cidadãos atuantes socialmente e reconhecidos desta forma pelas senhoras da caridade, pela Igreja Católica que organizava as ações desta instituição e mesmo pelo Estado, que destinou políticas públicas às instituições assistenciais no período. Algumas das políticas assistenciais protagonizadas pelo Estado auxiliaram a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo e, por extensão, aos pobres assistidos por ela.

Estas afirmações estão fundamentadas na percepção, segundo os conceitos thompsonianos, de que os protegidos pela instituição possuem uma identidade de grupo, portanto, compartilham de uma cultura.

Nesta direção, estes indivíduos compartilham uma experiência. Contudo, é uma experiência diferente daquela vivenciada pelos pobres missivistas. Os protegidos da Associação de Caridade compartilham uma mesma forma de ação frente às dificuldades cotidianas enfrentadas em decorrência da pobreza: pedem auxílio à entidade.

Concluindo, temos dois grupos distintos de indivíduos pobres caracterizados de maneiras diferentes devido às formas singulares como cada grupo agiu em prol da busca pela diminuição das dificuldades cotidianas enfrentadas por suas famílias. A particularidade de cada grupo deve-se à experiência vivenciada por este. Ambos os grupos de indivíduos pobres enfrentaram, numa generalização que não se mostra incorreta segundo os dados fornecidos pelas fontes, as mesmas complicações: acesso precário à saúde, à educação, desemprego, problemas financeiros. Contudo, apesar de enfrentarem os mesmos problemas cada grupo de indivíduos teve um tipo diferente de experiência frente a estas dificuldades. Um primeiro grupo tem como experiência a escrita de correspondências ao Presidente da República, nas quais relatam as agruras cotidianas e apresentam pedidos de ajuda e assistência ao Estado; por outro lado, o segundo grupo de indivíduos pobres atua de forma diferente, estes compartilham a mesma experiência da busca por auxílio numa instituição assistencial de caráter religioso, voltada especificamente ao atendimento do público empobrecido.

## 1.2 - MESMO CONTEXTO, DIFERENTES INTERPRETAÇÕES

Outros estudos já foram desenvolvidos na busca pela compreensão da relação Estado-população durante o Estado Novo. Temos por exemplo, *A invenção do*

*trabalhismo* <sup>20</sup>, de Angela de Castro Gomes, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* <sup>21</sup>, de Jorge Ferreira e *Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo*, <sup>22</sup> de Ana Paula Vosne Martins. Como estes estudos abordaram as relações diretas entre o Estado e os trabalhadores brasileiros do período, sem analisar questões referentes à interferência de uma instituição religiosa nesta relação, somos levados a apresentar discussões historiográficas diferentes para cada grupo de fontes analisado. Isso se deve ao fato da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo ser uma instituição cujos valores, atividades e ações serem pautadas em ideais cristãos, já que esta entidade era vinculada à Cúria Municipal.

Novamente iniciaremos nossa análise abordando as correspondências e, num segundo momento, passaremos ao estudo da historiografia relativa às fontes institucionais.

As correspondências enviadas por pobres ao Presidente Getúlio Vargas compõem a gama de fontes utilizada por Ferreira para desenvolver seu estudo. No desenrolar de seu trabalho Ferreira transita entre autores como Francisco Weffort e Boris Fausto, assim como Suzane Desan e E. P. Thompson. Ferreira entende esta experiência do envio de correspondências a Getúlio e o fato de encontrar similaridades na construção dos textos epistolares, como uma evidência de que estes remetentes possuíam uma cultura comum, compartilhavam interesses e uma identidade. Concordamos com estes aspectos apontados por Ferreira, contudo, percebemos em Ferreira uma característica que Suzane Desan apontou em Thompson, o fato de “sugerir uma comunidade mais coesa e unida do que de fato existia”. <sup>23</sup>

Ferreira interpreta o aparecimento de algumas características comuns nas correspondências como uma evidência da existência de cultura de classe destes sujeitos. Nossa interpretação se aproxima também neste ponto, quando percebemos a

---

<sup>20</sup> GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>21</sup> FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*

<sup>22</sup> MARTINS. *Op. Cit.*

<sup>23</sup> DESAN, Suzanne. *Op. Cit.* P. 77.

existência de uma cultura compartilhada pelos missivistas além do enfrentamento de dificuldades similares, oriundas da pobreza cotidianamente enfrentada. O compartilhamento de uma mesma cultura e a apresentação de uma mesma resposta frente à experiência cotidiana caracteriza, segundo a denominação de Thompson, a existência de uma “cultura de classe”.

Nosso desacordo com relação à interpretação de Ferreira deve-se ao fato do autor apontar uma identidade coesa e uma cultura consensual entre os peticionários. Assim como nós, o autor selecionou algumas correspondências de diferentes regiões brasileiras que englobassem o período do Estado Novo e que houvessem sido enviadas à Vargas. Contudo, o curto espaço de tempo englobado em seu estudo, os anos de 1937 a 1945, não permite analisar a forma como os missivistas atuam no tempo, mas através de breves atuações. Da mesma forma, as epístolas estudadas abordam áreas específicas do cotidiano dos sujeitos, principalmente no que se refere à ocupação dos indivíduos, à constituição da família e a problemas de saúde enfrentados. Não há correspondências ou fontes que tratem dos espaços de sociabilidades destes sujeitos, de manifestações de grupo ou demais ações que nos permitam vê-los como grupo coeso. Nesta direção, utilizamos da crítica feita por Desan a Thompson para questionar a interpretação de Ferreira.

Como apresentado acima, os sujeitos que escreviam cartas ao Presidente da República ou que eram assistidos pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo compartilhavam de uma identidade, de uma cultura, reconhecendo-se uns aos outros como pobres. Contudo, essa cultura e essa identidade percebidas não nos permitem apontar um consenso entre estes sujeitos. Não podemos atribuir a estes indivíduos uma união que ultrapassa a realidade vivida por eles, exatamente por que as fontes analisadas, tanto por nós como por Ferreira apontam, em nossa opinião, para um compartilhamento identitário e cultural, mas não consensual. Isto se deve ao fato de abordarmos realidades muito diversas através das missivas, já que estas correspondem a quase todo o território nacional, o que engloba diferenças regionais. Outra questão que serve de base para questionarmos a interpretação de Ferreira é o fato dos missivistas construírem diferentes tipos de discurso nas epístolas. Nesta direção, temos de salientar que pequenas diferenças discursivas apontam para contradições internas



da cultura dos pobres, interpretações diversas das políticas assistenciais vigentes e, portanto, uma identidade e uma cultura não consensuais destes sujeitos.

Nesta direção a crítica de Desan a Thompson – afirmando que o autor vê na cultura de classe vivenciada pelos sujeitos por ele estudados, uma unidade maior do que aquela ocorrida efetivamente – se estende às nossas fontes. As experiências vividas pelos sujeitos pobres eram diversificadas (dificuldades de saúde, prole numerosa, desemprego...) e os discursos construídos nas missivas também são diversificados. Os diferentes tipos de atitudes e discursos criados para expor as agruras cotidianas e apresentar demandas ao Presidente da República, além do fato da missiva representar sempre um indivíduo ou núcleo familiar determinado, e não um grupo de peticionários, apontam para a existência de divergências entre estes sujeitos representados pelas cartas. Nesta direção, concordamos com Desan e afirmamos que os missivistas não eram totalmente coesos, mas apresentavam-se defendendo necessidades individuais. Este foi um dos fatores responsáveis por declinarmos da utilização do termo “pessoas comuns” e optarmos por “pobres”. Portanto, reconhecemos sim o compartilhamento de uma identidade, de uma cultura de classe e de uma experiência entre estes cidadãos, porém, ao contrário do que Ferreira aponta, percebemos contradições internas entre estes sujeitos e diferentes formas de discurso e de estabelecimento de relações destes indivíduos com o Estado.

Estas diferenças se concentram na forma de comunicação escolhida pelo missivista. Há sujeitos que apresentam demandas de forma respeitosa, outros de forma mais direta e árida, parecendo não demonstrar muita preocupação com o posto de Presidente da República ocupado pelo destinatário da petição. Há ainda aqueles que utilizam de discursos estatais para apoiar os seus pedidos. Certamente que o objetivo de todas estas correspondências é o mesmo: obter a satisfação do pedido apresentado, mas as formas pelas quais os missivistas buscam atingir esse objetivo são repletas de nuances que nos fazem perceber uma diferenciação nas estratégias empregadas. Nesta direção, afirmamos que o objetivo das missivas era o mesmo, mas a estrutura do pedido e a construção do discurso se diferenciam entre as correspondências. Com base nessa percepção é que discordamos de Ferreira. A análise aprofundada das missivas e a exposição e estudo das diferentes estratégias utilizadas pelos peticionários

será abordada no capítulo dois.

Angela de Castro Gomes, também utilizando-se em grande parte do corpo teórico da História Cultural, desenvolveu estudo voltado à compreensão da formação do trabalhismo no Brasil. Em seu estudo, Gomes analisa as diferentes correntes ideológicas que guiavam as vanguardas operárias desde a Primeira República. A organização política dos trabalhadores é seu contexto político e o diálogo estruturado entre Estado e trabalhadores, seu tema. Gomes, no entanto, não se dedica com profundidade à assistência social do Período Vargas, meio no qual realizaremos nossa análise. Abordando as transformações políticas acontecidas no Brasil, Gomes estuda a formação da classe trabalhadora brasileira e a transformação desta em ator político nacional.<sup>24</sup> A autora, dispondo de uma gama variada de fontes históricas, a qual engloba discursos proferidos por Vargas, entrevistas, gravação de programas de rádio da Hora do Brasil, jornais, revistas e publicações oficiais do período, traçou o caminho pelo qual os trabalhadores brasileiros estruturaram-se como classe. Neste aspecto seu trabalho é fundamental para o desenvolvimento de nosso estudo, já que aponta formas através das quais se configurou a classe trabalhadora no Brasil. O estudo do surgimento da classe trabalhadora brasileira embasou nossa compreensão da atuação dos pobres missivistas e dos pobres assistidos pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, fazendo-nos percebê-los como indivíduos compartilhadores de uma cultura de classe.

O percurso apresentado por Gomes foi traçado através da oposição destes sujeitos em relação a outros grupos nacionais, como empresários. Neste trajeto houve a definição de objetivos, o compartilhamento de formas de atuação, o que demonstra a existência de uma cultura comum a estes sujeitos e, finalmente, o reconhecimento de grupos diversos da sociedade brasileira, da força política e de mobilização que estes trabalhadores haviam construído. Diferentemente das fontes que utilizaremos e as missivas também abordadas no estudo de Ferreira, este conjunto de fontes analisado por Gomes apresenta-se como uma via através da qual se analisar a construção da classe operária nacional.

---

<sup>24</sup> GOMES. *Op. Cit.* P. 18.

A diferenciação resulta do fato das fontes históricas abordadas por Gomes Ihe terem possibilitado meios através dos quais perceber as formas de atuação dos operários dentro e fora do mundo do trabalho. Estes documentos apresentam os trabalhadores nas fábricas, nas reuniões partidárias, nas ruas, nos comícios, nas festividades de 1º de Maio e demais locais que constituem o universo de atuação destes sujeitos. Desta forma, temos a visão dos trabalhadores sobre eles mesmos, e a visão de terceiros sobre eles. No entanto, apesar de trabalhar com diferentes ângulos do cotidiano dos trabalhadores, o estudo de Gomes não aborda a relação destes com políticas assistencialistas dirigidas pela Igreja Católica ou quaisquer outras instituições públicas ou privadas. É na intenção de analisar as relações estabelecidas através desta forma de sociabilidade que surge a importância de nosso estudo.

A pesquisa desenvolvida por Ana Paula Vosne Martins aborda mais especificamente as relações estabelecidas entre Estados e população brasileira através de políticas assistenciais. A autora aborda a legislação estado-novista voltada ao amparo das famílias numerosas. Esta análise de Martins foi fundamental para nosso trabalho, já que também utiliza como fontes as missivas enviadas por peticionários ao Presidente Getúlio Vargas. Nesta direção, o trabalho de Martins contribuiu ao apresentar interpretações a respeito da necessidade do Estado em criar tais políticas assistenciais e as conseqüências e práticas sociais que esta legislação acarretou.

O trabalho de Martins foi aquele que despertou nosso interesse para a compreensão da relação estabelecida entre Estado Nacional e indivíduos pobres brasileiros. No entanto, nosso trabalho busca acrescentar elementos a esta análise já que estende o estudo para a participação dos pobres junto ao Estado através da intervenção de uma instituição assistencial e religiosa. Adicionamos elementos à proposta de Martins, à que acrescentamos a Igreja Católica e senhoras da sociedade curitibana na relação estabelecida entre os pobres e o Estado Varguista.

Os estudos até o momento apresentados não nos fornecem interpretações sobre as relações eclesiais e temporais durante o período estado-novista. Nesta direção, o trabalho de Luiz Werneck Vianna <sup>25</sup> preenche algumas lacunas. O autor

---

<sup>25</sup> VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4. ed. Ver. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

aborda as relações eclesiais e temporais em seu estudo, o que aponta alguns caminhos para a pesquisa que pretendemos realizar, já que a assistência foi um dos campos frutíferos desta relação. Em *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Vianna dedica dois capítulos ao estudo do assistencialismo relacionado aos trabalhadores nacionais. Em um dos capítulos aborda a assistência social praticada pelo Estado, referenciando-se às leis trabalhistas e demais leis sociais surgidas no período de 1930 a 1933. No capítulo seguinte, o autor estuda esta relação considerando as ações da Igreja Católica, através da análise das Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Esta abordagem se estende à pressão junto ao Estado, que desembocou na promulgação da Constituição de 1934, também conhecida como Constituição Social, devido a seu caráter assistencialista.

Este estudo de Vianna é fundamental para nosso trabalho, já que percebemos a Encíclica *Rerum Novarum* como um dos principais impulsos para a estruturação de leis e políticas de assistência social no Brasil. A obra de Vianna também se mostrou fundamental para compreendermos as relações e disputas estabelecidas entre o Estado e a Igreja Católica durante a Assembleia Nacional Constituinte. A queda de braço protagonizada entre estas instituições e analisada pelo autor, serviu de trampolim para nossa análise das ações mantidas pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, assim como para a compreensão das políticas assistenciais propagadas pelo Estado durante o Estado Novo.

O trabalho desenvolvido por Vianna estuda a relação estruturada entre as instituições eclesiais e secular no Brasil. O desenvolvimento de seu estudo se dá através da análise dos discursos de ambas instituições. Nosso trabalho se vincula ao de Vianna através da análise dos discursos da Igreja Católica e do Estado, mas vai além ao selecionar uma instituição social, um local social no qual analisar a interpenetração de ambas instituições.

Nossa interpretação e compreensão das relações estabelecidas entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil estão vinculadas às abordagens feitas por quatro autores: Roberto Romano<sup>26</sup>, Paulo José Krischke<sup>27</sup>, Euclides Marchi<sup>28</sup> e Alcir Lenharo.

---

<sup>26</sup> ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1999.

Em *A sacralização da política*, Lenharo <sup>29</sup> analisou as ideologias eclesiástica e secular através dos discursos destas instituições. A importância deste trabalho para nosso estudo deve-se à relação de troca estabelecida entre a Igreja Católica e o Estado durante o período do Estado Novo. Esta relação de troca está vinculada ao apoio ideológico oferecido pela Igreja Católica na sustentação do Estado Novo. Ao vincular a nação brasileira à idéia do Corpo Místico de Cristo, Getúlio Vargas legitima-se como líder nacional e cérebro deste corpo social que se estrutura através de regulamentações estipuladas pelo Presidente da República. Estes vínculos criados entre o Estado e a Igreja Católica durante o Estado Novo são importante parcela de nosso estudo, pois entendemos que foi através desta relação que as políticas assistenciais se estabeleceram.

Este também é o mote de Marchi. Contudo, sua obra é voltada principalmente às estratégias eclesiásticas na busca pela reconquista de influência na sociedade brasileira após a Proclamação da República. Ao analisarmos a promulgação da Constituição de 1934, votada pela Constituinte, observamos a forte influência católica sobre o Estado. Euclides Marchi traça caminhos pelos quais podemos estabelecer nossa interpretação sobre essa influência católica no Estado Novo e seu período anterior.

Em *Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação*, o historiador tem como objetivo analisar momentos históricos em que ficou visível a política de mútuo beneficiamento estabelecida entre as instituições eclesiástica e secular durante o Estado Novo. O processo pelo qual se deu a reaproximação entre Igreja e Estado durante o período republicano é de grande importância para nossa abordagem sobre as relações mantidas entre estas instituições durante o Estado Novo. Esta importância decorre do fato de Marchi apresentar as bases sobre as quais foi fundamentada esta reaproximação. Da mesma forma, à medida que avança sua análise no tempo, o autor

---

<sup>27</sup> KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>28</sup> MARCHI, Euclides. *Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação*. In: SZESZ, Christiane Márquez *et alii*. **Portugal – Brasil no século XX. Sociedade, Cultura e Ideologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 209-231.

<sup>29</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**.

apresenta-nos os pontos de convergência e divergência de interesses do Estado e da Igreja Católica, o que, ao relacionarmos com nossa temática assistencialista torna-se esclarecedor.

Paulo José Krischke, por sua vez, busca compreender o papel da Igreja Católica na estruturação ideológica da sociedade brasileira, principalmente relacionada às elites e à burguesia, no contexto político da crise de 1930 e da ascensão de Vargas ao poder.

Krischke apresenta um trabalho constituído a partir de leituras de Edgar De Decca, Francisco Weffort e Otavio Ianni, que é uma historiografia que não utilizaremos. Contudo, isto não impossibilita a utilização de seu trabalho em nosso estudo, exatamente por fomentar o diálogo entre visões diferentes sobre o mesmo contexto histórico. Krischke também apresenta alguma análise a respeito da ação da Igreja Católica junto a estes grupos que ascendiam socialmente durante e no período anterior ao Governo Provisório.

Por último, temos o trabalho de Roberto Romano, *Brasil: Igreja contra Estado*. Esta obra é fundamental para nosso estudo já que propõe analisar as aproximações e distanciamentos presentes nos discursos da Igreja Católica e do Estado. Como pretendemos estudar as relações mantidas entre os pobres e o Estado durante o Estado Novo e esse objetivo será desenvolvido através das políticas e práticas assistenciais estabelecidas pela Igreja Católica e o Estado durante os anos de 1937 a 1945, é necessário que compreendamos quais os objetivos particulares e compartilhados por cada uma destas instituições no atendimento da população brasileira. Nesta direção, o trabalho de Romano nos é fundamental, pois esclarece e ilumina as relações e objetivos destas duas importantes instituições nacionais.

Para desenvolvermos nossa análise sobre as formas pelas quais se deu o estabelecimento de relações entre o Estado e a população brasileira durante o período estado-novista estruturamos nosso trabalho em três capítulos. O primeiro constituir-se-á da análise das relações políticas e sociais de dois dos atores institucionais que configuram nosso estudo: Estado e Igreja Católica. O objetivo é compreender as aproximações e distanciamentos existentes na relação entre estas duas instituições. As formas como Estado e Igreja Católica se aproximaram no período varguista, o apoio

que uma instituição direcionou à outra e as divergências de interesses percebidas.

No segundo capítulo interpretaremos quantitativa e qualitativamente as cartas enviadas pelos indivíduos pobres. Nossos objetivos compreendem estabelecer uma análise da estrutura de texto utilizada por estes sujeitos ao se relacionarem com o poder público, assim como a abordagem dos documentos governamentais que apontaram as políticas sociais surgidas no período. Ainda neste capítulo, pretendemos apreender a motivação estatal em atender ou não a um pedido apresentado pelas missivas. Da mesma forma, objetivamos relacionar as demandas apresentadas com as políticas assistenciais estatais surgidas ou já existentes no período.

O terceiro capítulo engloba o estudo das formas pelas quais os sujeitos pobres estabeleceram relações com o Estado tendo como intermediária a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. A compreensão das formas através das quais a população empobrecida e assistida contatou e conquistou assistência das senhoras que compunham o corpo social desta instituição caritativa é um dos objetivos desta etapa de nosso estudo. O outro objetivo deste capítulo é a análise das formas de relacionamento e assistência estabelecidas entre a instituição, nas pessoas das damas da caridade, com o Estado. Portanto, abordaremos as relações dos assistidos com as damas de caridade e as relações das damas de caridade, representando a instituição caritativa, com o Estado, sempre em prol do atendimento das demandas e da oferta de assistência aos pobres matriculados na entidade.

## 2. PRIMEIRO CAPÍTULO – ASSISTENCIALISMO ESTATAL E ECLESIAÍSTICO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.

O objetivo deste capítulo é entender como e por que se configurou o interesse pela assistência social no Brasil, tanto por parte do Estado quanto por parte da Igreja Católica. Para alcançarmos nosso objetivo, centraremos nossa análise nas relações sociais dessas duas instituições – Estado e Igreja Católica. Essa opção se deve ao fato de percebermos que as cartas enviadas pelos pobres a Vargas são resultado de um interesse estatal no auxílio desses sujeitos. Por outro lado, a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, como instituição assistencial ligada à instituição eclesiástica, terá sua ação auxiliadora analisada através da estruturação da assistência social no interior da Igreja Católica.

Desenvolveremos nosso estudo não a partir do período do Estado Novo, mas de um período anterior, onde entendemos ter surgido um contexto político, econômico e social que desencadeou a preocupação pela assistência social da população brasileira.

A escolha de Getúlio Vargas em ter os trabalhadores brasileiros como pilar de sua ideologia tem, para Alcir Lenharo, relação com doutrinas propagadas pela Igreja Católica ainda no século XIX. Para Lenharo, a política social do Estado Novo estava “fundamentada nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*”<sup>1</sup>, pois “não tem outra preocupação senão a de restaurar a dignidade do trabalhador brasileiro”.<sup>2</sup>

A Encíclica *Rerum Novarum* foi publicada em 1891 pelo Papa Leão XIII. Explanando sobre diferentes assuntos (propriedade privada, comunismo, família, Estado e outros) este documento eclesiástico foi motivado pela “condição dos operários”<sup>3</sup>. A “sede por inovações”<sup>4</sup>, as novas tecnologias, “os progressos

---

<sup>1</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2 ed., Campinas, SP: Papyrus, 1986. P. 180.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> Papa Leão XIII. **Encíclica *Rerum Novarum***. Roma, Itália, 15 de maio de 1891. Título.

<sup>4</sup> *Idem*. Introdução.



incessantes da indústria”<sup>5</sup> a “indigência da multidão”<sup>6</sup> frente à riqueza de pequenos grupos e a “união mais compacta dos operários”<sup>7</sup> teriam provocado um temível conflito<sup>8</sup> na sociedade dos fins do século XIX.

O contexto social e econômico de escrita deste documento foi a Segunda Revolução Industrial e sua principal repercussão: o aumento das tensões sociais entre capital e trabalho. A desigualdade social que caracterizava as relações entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores foi o mote que levou Leão XIII a escrever a Encíclica *Rerum Novarum*, na qual buscava alertar os Estados Nacionais sobre esta desigualdade social e iniciar o combate a ela. Neste sentido, Leão XIII “ambiciona estreitar a união das duas classes até as unir, uma à outra por laços de verdadeira amizade”.<sup>9</sup> As décadas de 1930 e 1940 no Brasil constituem um período de intenso desenvolvimento industrial, que havia se iniciado na primeira década do século XX. Nesta direção, encontramos no Brasil da primeira metade do século XX as características econômicas e sociais que, percebidas na Europa, haviam impulsionado a escrita da *Rerum Novarum*.

No Brasil dos anos 1930-1940 as relações entre Igreja Católica e Estado eram frágeis. Esta característica poderia dificultar que as palavras de Leão XIII tivessem repercussão no país. A fim de conquistar o espaço necessário na sociedade brasileira, o poder eclesiástico tinha de estabelecer estratégias para adquirir influência nacional. Essa fragilidade eclesiástica frente ao poder temporal no Brasil era decorrência do processo de constituição do sistema republicano no país. Em 1889, com a fundação da República no Brasil e a declaração de que esta seria laica, os republicanos haviam afastado as instituições eclesiástica e secular. A busca pela redefinição de suas relações com o Estado brasileiro levou a Igreja a construir novos vínculos com o

---

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> *Idem*. Obrigações dos operários e dos patrões. Seção 11.

Estado.<sup>10</sup> Devido ao fato de grande quantidade de políticos brasileiros serem católicos, esta redefinição e reestruturação de vínculos pôde acontecer.

A intensificação da industrialização, que se iniciara nos anos 1910, e que ganhou impulso principalmente a partir de 1930, teve um grande aliado na figura do Presidente Getúlio Vargas. Este contexto de desenvolvimento industrial e econômico brasileiro segundo os padrões europeus do final do século XIX, provocou o surgimento de um quadro econômico e social similar àquele que presenciou a escrita da *Rerum Novarum*. Surge, portanto, um contexto social e econômico onde as palavras da Encíclica Papal encontram repercussão no Brasil.

A estratégia eclesiástica de conquista de espaço social e político no Brasil visava a formação de uma elite católica que defendesse os interesses da organização católica junto ao Estado. Havia também a preocupação na organização de instituições católicas que atuassem na sociedade brasileira. Neste contexto de separação política entre Igreja Católica e Estado, de intensificação das diferenças sociais e de mudanças econômicas, a Igreja “voltou-se ao laicato”.<sup>11</sup>

Os interesses da instituição religiosa consistiam na busca pela recuperação do espaço perdido nas decisões políticas brasileiras quando do advento da República. Seus objetivos também percorriam a busca por áreas de influência na sociedade, criando vínculos com as camadas dominantes e as subalternas através de diferentes estratégias.

Os interesses da Igreja Católica criaram um ambiente de disputa política entre as instituições eclesiástica e temporal. O diálogo entre as instituições era tenso durante a década de 1930, pois ambas tinham projetos centralizadores, ao mesmo tempo em que uma necessitava do apoio da outra. A fim de compreendermos as estruturas sobre as quais se configurou esse ambiente tenso entre Igreja e Estado retomaremos nossa análise a partir da década de 1920, para, posteriormente, avançarmos de forma cronológica à medida em que fizermos a exposição de nossa interpretação.

---

<sup>10</sup> MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação. In: SZESZ, Christiane Márquez *et alii*. **Portugal – Brasil no século XX**. Sociedade, cultura e ideologia. Bauru, SP: EDUSC, 2003. P. 210.

<sup>11</sup> *Idem*. P. 212.

As ações eclesiásticas davam resultados: dada a crise institucional dos anos 1920, o catolicismo passou a ser visto pelas autoridades políticas como fator de afirmação da coesão social e política nacional. Num momento em que a nação enfrentava os movimentos contrários às instituições estabelecidas, questionando a estrutura política nacional, a necessidade de união da nação e de ordem social se faziam presentes. Estas características – nacionalismo e ordem – eram alardeados pela instituição eclesiástica como suas potencialidades.

A autoridade civil, que naquele momento passava por uma crise de governabilidade, percebia que o apoio da Igreja era fundamental para a estabilidade política e começava a acreditar que a crença do povo ajudaria a combater os movimentos considerados, por ela, como desordeiros.<sup>12</sup>

Com o Golpe de Estado que deu início ao Governo Provisório em 1930, a crise social e política se intensificou. A ilegitimidade denunciada por alguns setores da sociedade política com relação ao novo governo era um problema que deveria ser resolvido. Isto poderia ser conseguido através da força militar ou da conquista de apoio político de importantes instituições nacionais ou grupos sociais. Neste ínterim, a Igreja Católica passa a usufruir de maior influência, pois se torna importante aliada de Getúlio Vargas. “Uma certa ‘oficialidade religiosa’ seria trocada pela legitimação do Governo Provisório e do Estado Novo”.<sup>13</sup>

Segundo Angela de Castro Gomes, esse período posterior à Primeira Guerra Mundial foi onde surgiu a chamada *questão social*. A historiadora aponta que o crescimento da “massa do proletariado”<sup>14</sup> no Brasil, após o conflito mundial, foi o fator responsável pela materialização do “descontentamento popular” relativo à questão social. Durante a década de 1920, o “divórcio entre a terra; o homem e as instituições políticas”<sup>15</sup> brasileiras, teriam provocado o descontentamento dos operários que, por fim, desencadearam a questão social. Gomes aponta ainda, que a questão social foi

---

<sup>12</sup> *Idem*. P. 217.

<sup>13</sup> *Idem*. P. 218

<sup>14</sup> GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. P. 192.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

reconhecida apenas em 1930, transformando-se na “grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30”.<sup>16</sup>

Concordamos com Angela de Castro Gomes quando a historiadora afirma que, com o movimento revolucionário de 1930

(...) a finalidade do Estado (...) devia ser encontrada fora da política, ou seja, na promoção do bem-estar nacional e na realização do bem comum. Desta forma o ponto central da revolução nacional residia principalmente em seus propósitos sociais, em contraposição às preocupações políticas dominantes até então. A revolução tinha como sua marca específica o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil.<sup>17</sup>

Assim como Gomes, também interpretamos que a legitimidade do Governo Vargas, tanto a partir de 1930, quanto durante o Estado Novo, foi conquistada na “superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza das massas”.<sup>18</sup> Esta interpretação está baseada na influência dos regimes totalitários europeus sobre o governo Vargas, assim como no discurso da Igreja Católica.

Quarenta anos após a publicação da *Rerum Novarum*, o Papa Pio XI escreve a Encíclica *Quadragesimo Anno*. Publicada em 1931, este documento tem como finalidade homenagear a encíclica de Leão XIII e reafirmar seus ideais. São desta forma definidos os objetivos da *Quadragesimo Anno*:

Recordar os benefícios que dela [Encíclica *Rerum Novarum*] advieram à Igreja católica e a toda humanidade; defender a doutrina social e econômica de tão grande Mestre satisfazendo a algumas dúvidas, desenvolvendo mais e precisando alguns pontos; finalmente, chamando a juízo o regime econômico moderno e instaurando processo ao socialismo, apontar a raiz do mal estar da sociedade contemporânea e mostrar-lhe ao mesmo tempo a única via de uma restauração salutar, que é a reforma cristã dos costumes.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> *Idem*. P. 197.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> Papa Pio XI. **Encíclica *Quadragesimo Anno***. Roma, Itália, 15 de maio de 1931.

No contexto político do Governo Provisório, tínhamos um governante que necessitava legitimar-se no poder. A centralização política e as intervenções estatais na economia nacional foram as formas encontradas por Getúlio Vargas para solucionar esta questão. Contudo, estas soluções encontradas por Vargas desencadearam o crescimento da “insatisfação [de] setores oligárquicos”.<sup>20</sup>

Entre o Golpe de Estado de 1930 e a abertura dos trabalhos da Constituinte, a Igreja Católica havia participado de inúmeras cerimônias de Estado. A reaproximação entre Igreja Católica e Estado estava posta. Segundo Marchi esse fato se devia ao mútuo respeito entre as instituições. Como exemplo cita que o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme da Silveira Cintra “em nenhum momento se preocupou em afrontar o governo Vargas e nem discutiu a legitimidade dos governantes. Respeitou-os como detentores da autoridade e responsáveis pela condução dos negócios do Estado”.<sup>21</sup>

A grande importância reassumida pela Igreja Católica pode ser percebida na fala de Dom Sebastião Leme quando da inauguração da estátua do Cristo Redentor em 12 de outubro de 1931, ao advertir Vargas de que “ou o estado reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado”.<sup>22</sup> A advertência de D. Leme à Vargas, num contexto de crise política em que o Presidente do Governo Provisório necessitava aumentar sua autoridade frente à população brasileira, soa como uma ameaça. Embora Getúlio Vargas, tenha recebido muito mais estímulos pelo seu fortalecimento no poder, dado que os governos autoritários estavam se fortalecendo em diferentes países, o Presidente enfrentava alguns grupos discordantes, que não desejavam sua estabilização no Poder Executivo. O apoio dos católicos era necessário, portanto o delicado momento político vivido pelo Brasil foi sabidamente explorado pelo comando da instituição eclesiástica de forma a reconquistar a influência social e política que esta instituição anteriormente usufruía. A principal demonstração de insatisfação civil aconteceu em 1932, no estado de São Paulo.

---

<sup>20</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Brasil Republicano; o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 21.

<sup>21</sup> MARCHI, Euclides. *Op. Cit.* P. 219.

<sup>22</sup> *Idem.* P. 220.

Insatisfeitos com a política centralizadora de Vargas e com a lentidão das medidas que restaurariam o Estado de direito, os paulistas, em armas, exigiam o fim imediato do regime ditatorial e maior autonomia para São Paulo. Era de tal ordem a insatisfação no estado que a população, em massa, aderiu à revolução.<sup>23</sup>

As tensões existentes entre movimentos militares e civis e o Governo Provisório marcaram o início da década de 1930 no Brasil. Vargas era o comandante majoritário do Estado brasileiro, conseguindo sufocar a revolta paulista, contudo, existia oposição ao seu governo. As pressões dos revolucionários paulistas obtiveram frutos: abriram caminho para a Assembléia Nacional Constituinte, que iniciou seus trabalhos em novembro de 1933. Os trabalhos da Assembléia foram lugar de conflitos políticos entre diferentes grupos de interesses. Entre estes grupos havia a Igreja Católica, que organizara uma equipe “para acompanhar as reformas da Constituição, as campanhas eleitorais e para a indicação de dois candidatos ao legislativo”.<sup>24</sup> A Liga Eleitoral Católica tinha, como prerrogativa, “mobilizar o eleitorado católico” e pedir votos “para os candidatos comprometidos com sua doutrina social”,<sup>25</sup> independentemente da filiação partidária. Estas foram as principais reivindicações da LEC:

1. Promulgação da Constituição em nome de Deus;
2. Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso;
3. Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios;
4. Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais, etc.;
5. Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros;
6. Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar;
7. Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã;
8. Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual;

---

<sup>23</sup> PANDOLFI. *Op. Cit.* P.25.

<sup>24</sup> MARCHI, Euclides. *Op. Cit.* P. 222.

<sup>25</sup> PANDOLFI. *Op. Cit.* P. 27-28.

9. Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis;
10. Combate a toda e qualquer legislação que contrarie expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.<sup>26</sup>

As principais reivindicações católicas continham interesses relacionados aos diferentes grupos sociais. No Brasil, a conjuntura econômica internacional do pós-guerra e da Quebra da Bolsa de Nova Iorque, aliou-se ao quadro de instabilidade política pós Revolução de 1930, fazendo a ideologia católica repercutir no país. É neste momento de expansão do catolicismo que a Igreja cria as reivindicações da Liga Eleitoral Católica, demandando maior espaço na sociedade brasileira e o reconhecimento estatal de sua importância. Embora os pontos tivessem maior ou menor apelo junto às diversas camadas da sociedade, temos estes tocando todos os grupos sociais. Analisemos individualmente as implicações de cada um dos pontos.

Ao reivindicar que a (1) Constituição de 1934 fosse promulgada em nome de Deus, a Igreja procurava aproximar-se do poder desfrutado pelo Estado, legitimando-se constitucionalmente, como uma instituição, a única, passível de possuir o mesmo *status* do Estado. Também ganharia maior força política, conquista à qual possivelmente se seguiriam novas e maiores demandas. O mesmo objetivo percorria o item seguinte quando defendeu o (2) “reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso”. Ao atrelar sua influência matrimonial e religiosa à legislação, passando a desfrutar, na legislação familiar, do mesmo espaço desfrutado pelo Estado com o casamento civil, a Igreja demonstra claramente seus interesses de paridade com o governo federal.

Reivindicando a (3) inserção do ensino religioso nos programas das instituições de ensino federais, estaduais, e municipais posicionava-se num setor da sociedade – o ensino – que abrangia todas as camadas sociais. Conquistando esta inclusão nos conteúdos escolares, a Igreja obteria um meio através do qual disseminar sua ideologia e obter apoio da sociedade. Quando não inserido ou envolto à estrutura de ensino brasileiro, tanto em nível federal, quanto estadual e municipal, o indivíduo encontrava a (4) Igreja inserida em hospitais, penitenciárias e classes armadas, instituições em que muitas vezes os indivíduos permaneciam por tempo indeterminado e com pouco

---

<sup>26</sup> FAUSTO, Boris. In: \_\_\_\_\_. **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4 – Sociedade e Política (1930-1964) 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983. Pp. 472-473.

contato exterior. Estes locais eram propícios ao sucesso da interferência religiosa, pois os indivíduos encontravam na fé uma esperança para sua condição de convalescença, abandono e isolamento e a assistência oferecida pela Igreja encontrava campo fértil para se instalar.

Referente aos militares ainda havia uma demanda eclesiástica, a qual (6) defendia o reconhecimento estatal da equivalência entre o serviço militar e as ações de assistência espiritual. Novamente temos a Igreja preconizando uma disputa política com o Estado, realizada através de reivindicações de desfrute de mesma posição política daquele. Se a Igreja Católica conquistasse a aprovação desta demanda, isto poderia significar um revés para o Estado, já que desta forma, parcela da população masculina deixaria de atuar no exército nacional. O serviço militar é a defesa nacional e uma forma de se propagar o nacionalismo entre os jovens. Da mesma forma, o serviço militar é lugar da prática da ordem, da obediência, da coletividade. Todas estas características – ordem, coletividade, nacionalismo – são bases que, posteriormente, legitimarão o Estado Novo. É nesta direção que o Estado legisla, na Constituição de 1934, que “o serviço militar dos eclesiásticos será prestado sob forma de assistência espiritual e hospitalar às forças armadas”.<sup>27</sup> Ou seja, atendendo a esta reivindicação e, portanto perdendo algum número efetivo de homens nas fileiras do exército, o Estado mantém sua supremacia frente à organização eclesiástica, afirmando características como a ordem e o nacionalismo ao obrigar que os clérigos fizessem serviços de assistência espiritual para as forças armadas e a população civil.

Também no campo político há a interferência eclesiástica (5) reivindicando liberdade de constituição dos sindicatos católicos, objetivando que estes desfrutem das mesmas garantias dos sindicatos neutros. Este ponto toca principalmente o mundo do trabalho, tanto os operários quanto os empregadores, os quais também constituíram sindicatos organizados para combater as reivindicações feitas pelos sindicatos dos trabalhadores. Campo de grandes conflitos sociais e políticos, os sindicatos representavam uma organização forte e reconhecida pelo Estado. Lutando pela livre

---

<sup>27</sup> BRASIL. Constituição (1934). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 1934. Artigo 163, § 3.



sindicalização, a Igreja atrai para si as atenções de importante e numerosa parcela da sociedade brasileira.

Relativamente à elaboração de nova Constituição, temos (7) a defesa de que esta seja construída e apoiada em valores cristãos, buscando a justiça social. Esse ponto remete à discussão sobre a importância do social, bandeira católica defendida desde 1891, quando foi editada a *Rerum Novarum* e que permeia todas essas reivindicações da LEC. Este tema será analisado posteriormente. Tocante à mesma temática dos trabalhos de elaboração de nova Carta Constitucional, ainda temos os itens 9 e 10. Neste encontramos uma clara referência à influência que a Igreja esperava ter durante os trabalhos da Constituinte, afirmando a doutrina católica como ideologia exterior aos desígnios do Estado, devendo ser respeitada por ele na formulação da nova Constituição. Na mesma direção, no item de número nove encontramos formulação que defendia a preservação das liberdades individuais, assim como dos direitos dos cidadãos. Portanto, assim como estabelecia que o Governo brasileiro não deveria interferir nos assuntos eclesiais, a Igreja Católica afirmava que a religiosidade e a liberdade de crença de cada indivíduo deveria ser respeitada. Considerando que a maioria da população nacional era católica, a Igreja buscava formas de expandir sua ideologia na sociedade garantindo na Constituição a não interferência do Estado.

Quanto aos cidadãos temos ainda (8) a defesa dos direitos e deveres da propriedade individual. Esta reivindicação, além de tocar as camadas mais abastadas da sociedade, aquelas que possuíam terras, empresas, bens, também servia para esclarecer aos pobres qual era sua posição dentro da sociedade. Ou seja, ao passo que defendia a propriedade de todos os cidadãos, mas certamente possuía maior peso junto às camadas mais altas da sociedade, devido à capacidade e possibilidade destas em possuir maior número de bens, a proposição 8 ainda dispunha sobre o *locus* social dos pobres, colocando de maneira sutil, uma barreira social entre os grupos que constituíam a sociedade. Outra forte justificativa para a defesa da propriedade privada é verificada, principalmente, no contexto europeu. Na Europa, o movimento comunista se fortalecia e se tornava relevante salientar a importância da propriedade privada, na tentativa de evitar movimentos sociais profundos. A proposta final da LEC era a

formação de um Estado forte, “não baseado num partido único, na repressão ou na ditadura militar, mas apoiado na ação formadora de consenso por parte da Igreja”.<sup>28</sup>

Ao final da Assembléia Nacional Constituinte, tanto “o governo Vargas quanto a Igreja davam-se por satisfeitos”<sup>29</sup> A Igreja Católica constitui-se numa “das poucas instituições nacionais capazes de enfrentar o Estado”, utilizando-se de um discurso em que aparecia como sendo a defensora dos direitos humanos, “a voz dos que não têm voz”, preocupada em solucionar os problemas de injustiça social.<sup>30</sup> A aliança formada entre Estado e Igreja Católica estava representada no texto legislativo do período. Iniciando com a Constituição de 1934, o governo cria algumas leis que auxiliam no desenvolvimento da Igreja e afirma os laços entre as duas instituições, como quando inicia o texto constitucional afirmando que:

Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL<sup>31</sup>

Confiando o texto constitucional a Deus, o Estado demonstra que a Igreja ocupava, naquele contexto histórico, um lugar de destaque no quadro sócio-político nacional. Outros trechos deste documento apresentam as medidas através das quais objetivou-se regulamentar esta relação.

Contudo, como aponta Marchi, o Estado fez questão de manter uma diferenciação com relação ao poder eclesiástico, ao promulgar o artigo 17 da Constituição de 1934, que afirmava ser “vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos

---

<sup>28</sup> KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. Pp. 149-150.

<sup>29</sup> MARCHI. *Op.Cit.* P. 223.

<sup>30</sup> *Idem.* P. 28.

<sup>31</sup> BRASIL. Constituição (1934). Abertura.

religiosos”.<sup>32</sup> Este artigo constitucional repetia, sob forma textual muito semelhante, a defesa da laicidade do Estado presente na Constituição de 1981, em seu artigo 11, item 2.

A relação estabelecida entre o Estado e a Igreja passa a caracterizar-se por uma “estratégia de apoio crítica ao Estado”<sup>33</sup> e pela expansão das funções da Igreja vinculadas à “formação de valores e orientação ideológica, em campanhas educacionais e políticas junto à sociedade civil”.<sup>34</sup>

A ideologia estado-novista tinha por objetivo criar uma nova nação brasileira pautada, entre outras coisas, no valor do trabalho e dos trabalhadores nacionais. Uma nação, para existir, necessita de unidade entre o povo que a compõem. Portanto, as palavras da Igreja Católica passam a ter importância e a se tornarem uma interessante estratégia para o objetivo de Getúlio. O reconhecimento desse interesse do Estado em direção à instituição católica é evidente no discurso de Vargas proferido no ano de 1936:

Precisamos recompor e estruturar solidamente os princípios básicos da nacionalidade. E isto só será possível mediante uma articulação completa e estreita de esforços, solidarizando vantagens e consciências, reforçando os vínculos da família, da religião e do Estado (...).<sup>35</sup>

Nossa compreensão da relação eclesiástico-estatal no contexto da Era Vargas aproxima-se do discurso varguista quando este defende que deve haver uma solidarização de vantagens. Entendemos esta solidariedade pela conquista de vantagens às duas instituições, Igreja Católica e Estado, de forma equilibrada. Aqui reafirmamos a concordância com a interpretação de Romano, segundo a qual há interesses do Estado ao aproximar-se da Igreja Católica, mas também há o reconhecimento de interesses próprios da instituição eclesiástica nessa relação.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup> *Idem*. Artigo 17.

<sup>33</sup> Krischke. *Op. Cit.* P. 154.

<sup>34</sup> *Idem*. P. 155.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979. P. 20.

O Estado Vargas é levado a enfrentar as dificuldades sociais que os trabalhadores vivenciam, a partir do momento em que os elege como coadjuvantes na transformação da sociedade brasileira. Contudo, não são só os trabalhadores ativos que devem ser vistos como interlocutores do Estado. Os sujeitos desempregados e que desejam retornar ao mercado de trabalho também participam desta interlocução. Como apontado anteriormente, na fala de Angela de Castro Gomes, a questão social centralizou as ações do período Vargas.

A percepção da necessidade de se enfrentar o “estado de grande necessidade em que vivia o povo brasileiro, estado desumanizador que identifica o trabalho como um apanágio da pobreza” <sup>37</sup>, buscando dar nova interpretação para o trabalho e o trabalhador ao desvinculá-los de uma relação direta com a pobreza, era já propagandeada através das reivindicações da Liga Eleitoral Católica e reforçada pelas políticas estatais da Constituição de 1934.

O artigo 138 do texto constitucional de 1934 demonstra a grande preocupação estatal no que concerne ao amparo e auxílio aos necessitados, afirmando vários itens como sendo de responsabilidade da União, dos Estados e dos municípios. <sup>38</sup>

Art. 38 – Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude de toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbididade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

Este artigo constitucional inicia-se pela proposição de que seria um dever das instâncias governamentais acima citadas, “assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão

<sup>37</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. P. 121.

<sup>38</sup> BRASIL. Constituição (1934). Artigo 38.

coordenar”. Esta proposição salienta a importância que a questão social havia tomado na sociedade brasileira. Segundo Capelato, esse ganho em importância era devido ao medo das elites políticas e intelectuais brasileiras com o crescimento dos movimentos sociais e a possibilidade de um movimento inspirado na Revolução Russa.<sup>39</sup> Esta interpretação é compartilhada por Angela de Castro Gomes, que afirma que, a partir de 1935 a questão social será encarada como um problema social e as ações policiais terão como alvo os comunistas.<sup>40</sup> Além da preocupação social, este artigo constitucional é exemplar quanto à tentativa da União em atrelar as organizações assistenciais, fossem leigas ou religiosas, a fim de regulamentar as relações estabelecidas através destas instituições. Esta reflexão será retomada e aprofundada posteriormente.

“Amparar a maternidade e a infância” através de medidas constitucionais como o “auxílio às famílias de prole numerosa”, remete à já citada importância do social na sociedade brasileira, assim como justifica a denominação recebida por esta Carta Constitucional: Constituição Social. Através destes itens percebe-se a adesão das camadas mais pobres da sociedade ao Estado.

A família era um dos pilares do projeto ideológico de Vargas, porque “era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado”.<sup>41</sup> “Ela era a base econômica e moral do homem, seu meio específico de vida”.<sup>42</sup> A Igreja Católica concordará com esta preocupação relacionada à família, pois ela é formada pelo matrimônio indissolúvel, como afirmara a LEC. Da mesma forma, também o texto constitucional aponta que “a família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado”.<sup>43</sup> O Estado ainda reconheceu, na Constituição de 1934,

---

<sup>39</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo. \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **Brasil Republicano**. Vol. 2. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, 2003. P.110.

<sup>40</sup> *Idem*. P. 177.

<sup>41</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. P. 158.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> BRASIL. Constituição (1934). Artigo 144.

que as diferentes religiões teriam o mesmo poder de legitimação do casamento que o desfrutado pelo poder temporal. Lemos no artigo 146 que,

O casamento será civil e gratuita sua celebração. O casamento perante ministro de qualquer confissão religiosa, cujo rito não contrarie a ordem pública ou os bons costumes, produzirá, todavia, os mesmos efeitos que o casamento civil, desde que, perante a autoridade civil, na habilitação dos nubentes, na verificação dos impedimentos e no processo da oposição sejam observadas as disposições da lei civil e seja ele inscrito no Registro Civil.<sup>44</sup>

O extrato nos apresenta o compartilhamento de poderes eclesiásticos e estatais quanto ao casamento. Contudo, antes de ser realizada a cerimônia religiosa, e reconhecida a união, deveria ser feito o reconhecimento desta por uma autoridade civil.

A preocupação com as famílias numerosas, presente tanto no programa da LEC quanto na Constituição de 1934, remete à necessidade de ocupar o território nacional e, principalmente, aumentar a população ativa e produtiva nacional. Desta forma, segundo o ideal varguista, a riqueza nacional aumentaria. Por outro lado, a preocupação eclesiástica com relação às famílias numerosas perpassa pela vocação desta instituição pela assistência e também pela conquista de maior número de fiéis.

A medicina social defendida pelo Estado procurava auxiliar os trabalhadores no que englobasse a saúde, a fim de “construir trabalhadores fortes e sãos, com capacidade produtiva ampliada”.<sup>45</sup> Esta preocupação com a saúde deveria estar em constante equilíbrio com as legislações sociais, para que o trabalhador fosse auxiliado e fortalecido por inteiro. Além disso, havia a preocupação estatal em promover a “satisfação das necessidades básicas do homem: alimentação, habitação e educação”.<sup>46</sup> Fornecendo suporte médico, educacional, habitacional e alimentar aos trabalhadores brasileiros, Vargas estaria produzindo um melhoramento intelectual, físico e de condições de vida à população.

Somam-se a estas proposições a importância de se “proteger a juventude contra qualquer exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual”

---

<sup>44</sup> *Idem*. Artigo 146.

<sup>45</sup> GOMES, Angela de Castro. O trabalhador brasileiro. In: *Op. Cit.* P. 157.

<sup>46</sup> *Idem*. P. 158.

assim como a obrigatoriedade de se “adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbididade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis”. Estas duas últimas proposições enfatizam as anteriores, completando os setores em que a proteção do Estado se estendia para auxiliar a população moral, mental, física e intelectualmente, assim como restringiam a exposição destes cidadãos a medidas exploratórias e vexatórias. Acrescenta-se a estas proposições, o artigo 141 da Constituição de 1934, que diz ser “obrigatório, em todo o território nacional, o amparo à maternidade e à infância, para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão um por cento das respectivas rendas tributárias”.<sup>47</sup>

As políticas sociais que caracterizaram o período varguista tiveram grande impulso com a Constituição de 1934, texto que, embora tenha sido aprovado pelo Congresso, não atendia aos anseios de Getúlio, pois era “mais liberal e menos centralizador do que desejava Vargas”.<sup>48</sup>

A insatisfação de Vargas devia-se, entre outros fatores, a uma tomada de consciência mundial ocorrida a partir de dois importantes episódios históricos do início do século XX. “Os impactos da Primeira Guerra e da Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia representativa parlamentar de cunho individualista”.

<sup>49</sup>

Os problemas econômicos que marcaram esse período da década de 1930 eram resultantes do liberalismo econômico. Neste contexto, em que uma crise econômica mundial se instalava e o fortalecimento das ideologias totalitárias se intensificava, Getúlio Vargas percebeu a possibilidade de construção de um regime governamental baseado na intervenção estatal na economia e na necessidade de uma organização social e política voltada à coletividade. Getúlio Vargas estruturou seu poder sobre estes baluartes, correspondendo às necessidades conjunturais postas. A necessidade de centralização correspondia ao fato de tal governo ter iniciado com um

---

<sup>47</sup> BRASIL. Constituição (1934). Artigo 141.

<sup>48</sup> PANDOLFI. *Op. Cit.* P. 29.

<sup>49</sup> CAPELATO. *Op. Cit.* P.109.

Golpe de Estado. Somando-se a isto, também era necessário que Vargas obtivesse o controle social capaz de enfraquecer grupos opositores, criando uma unidade que se estivesse centralizada em sua pessoa.

O discurso estado-novista, “notadamente o da *Cultura Política*, constrói ampla argumentação, baseada em concepções filosóficas, destinada a demonstrar a necessidade de ‘unificar’ as ordens política e social, que teriam sido tragicamente divorciadas pela prática liberal”.<sup>50</sup> Contudo, esse poder era questionado, necessitava de legitimação e não se caracterizava pela centralização imaginada pelo Presidente do Governo Provisório. Como apontado, o Estado tinha enfrentado pressões que o levaram a reconhecer a influência e a importância sócio-política da Igreja Católica e, em relação a alguns fatores, a outros cultos religiosos também. Essa não é a imagem de um poder forte, centralizado e identificado em torno de seu representante de Estado. Para Getúlio havia a necessidade de maior centralização.

Em 1935, os questionamentos de setores da sociedade em relação ao poder de Getúlio Vargas se intensificaram. A Intentona Comunista é o movimento que melhor exemplifica esta oposição ao governo varguista. Controlado, o levante comunista serviu de trampolim para a reafirmação de Vargas no poder. Em setembro de 1937 é divulgado o documento denominado Plano Cohen, que alardeava uma organização dos comunistas brasileiros com o objetivo de derrubar Getúlio do poder através de um golpe de Estado. Falso, o Plano Cohen fora criado pelo próprio governo a fim de justificar a necessidade de maior centralização política em torno do Estado.<sup>51</sup>

A estratégia de Vargas em aproveitar-se de um contexto de instabilidade política internacional funcionou. Podemos interpretar tal êxito como o resultado de um discurso construído por Vargas em torno do perigo do comunismo. Tal visão era freqüente na Europa e estava presente na doutrina católica. Portanto, Vargas teria reproduzido tal discurso anticomunista a fim de justificar a necessidade de centralização política em torno de sua pessoa. O discurso varguista a respeito da possibilidade e conseqüências de um levante comunista no Brasil, aos moldes do ocorrido na

---

<sup>50</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro. **Estado Novo: Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. P. 87.

<sup>51</sup> PANDOLFI. *Op. Cit.* P. 34.



Revolução Russa, pressionou os políticos brasileiros a concederem a centralização desejada por Vargas, através da decretação de estado de guerra, concedido em 1º de outubro de 1937.

No dia 10 de novembro de 1937 é promulgada uma nova Carta Constitucional. Esta, mais centralizadora que a anterior, foi influenciada pelas constituições fascistas européias. A Carta Del Lavoro, promulgada em 1927, na Itália de Mussolini teve por objetivo centralizar toda a sociedade italiana em torno do Estado. Esta organização política é representada na fala de Mussolini: “Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”. Essa forte presença do Estado na Itália está presente também no primeiro artigo da Carta Del Lavoro, onde lê-se que “a Nação italiana é um organismo com finalidades, vida, meios, de ação superior, em poder e duração, à ação dos indivíduos, agrupados ou separados, que a compõem. É uma unidade moral, política e econômica, que se realiza integralmente no Estado fascista”.<sup>52</sup>

No Brasil, a influência deste documento fica evidente na abertura do texto constitucional de 1937, onde lemos:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, atendendo às legítimas aspirações do *povo brasileiro* à paz política e social, profundamente conturbada por conhecidos *fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários*, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil.

Atendendo ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente (...).<sup>53</sup> (grifos nossos)

Percebe-se, na leitura da nota de abertura da Carta de 37, a relevância do tema coletividade para o Estado. Este se colocava em condições de centralizar a sociedade e para tanto, necessitava submeter os interesses partidários à União, ao mesmo tempo em que criava o instrumento de regulação da sociedade: a criação de uma coletividade nacional submetida ao governo federal, o qual se legitimava, dentre

<sup>52</sup> ITÁLIA. **Carta Del Lavoro**: Roma, Itália, Grande Conselho Fascista, 1927. Art. 1.

<sup>53</sup> BRASIL. Constituição (1937). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 1937. Nota de Abertura.

outros motivos, pela “iminência de uma guerra civil” devido aos “dissídios partidários”. A guerra civil e os dissídios partidários são referências aos movimentos comunistas ocorridos no Brasil em 1935 e que foram “revividos” no Brasil com o Plano Cohen.

O temor frente à possibilidade de invasão do território nacional por forças de outros países havia se iniciado em 1935, com o caso do levante comunista. A vinda de comunistas estrangeiros para o Brasil, a fim de auxiliar no golpe que derrubaria Vargas e colocaria os comunistas no poder em 1935, era uma realidade. Depois de controlado o levante, suas marcas ainda são sentidas no texto constitucional de 1937, onde lemos, no artigo 122, parágrafo 13, que a pena de morte poderá ser prescrita para, entre outros casos, o brasileiro que “tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para estabelecimento de ditadura de uma classe social”.<sup>54</sup> Neste contexto de ameaça à integridade nacional surge a possibilidade e necessidade de centralização política efetuada por Vargas. Esta centralização foi baseada nas experiências fascistas da Europa. Podemos perceber tal influência na análise da experiência italiana e na forma como a centralização foi efetuada no Brasil.

A centralização política e social promovida pelo governo italiano se configurou através da organização dos trabalhadores. Esta organização transcorria sobre as condições de trabalho, os salários, as relações estabelecidas entre empregados e empregadores, a organização sindical do proletariado e a assistência à qual estes sujeitos poderiam recorrer. Há, portanto, na Itália, a eleição do mundo do trabalho como pilar para o processo de formação de um governo centralizado e autoritário. O segundo artigo da Carta Del Lavoro aponta a justificativa para essa escolha:

O trabalho, em todas as suas formas de organização e execução, intelectuais, técnicas, manuais, é um dever social. Por isso, e somente por isso, é tutelado pelo Estado.

Do ponto de vista nacional o conjunto da produção é unitário; os seus objetivos são unitários e se resumem no bem estar individual e no desenvolvimento do poder nacional.

---

<sup>54</sup> BRASIL. Constituição (1937). Artigo 122, parágrafo 13.

O Estado Novo também elegeu os trabalhadores como seus principais interlocutores. A própria abertura da Constituição de 1937 aponta para isso. Enquanto a Constituição de 1934 era apresentada “sob a confiança em Deus”, na de 1937 a referência era o “povo brasileiro”. Há simbolicamente, portanto, uma mudança na parceria do Estado. A União, que anteriormente dialogava com a Igreja Católica, passa, com o advento do Estado Novo, a ter o povo brasileiro como interlocutor. Através deste texto de abertura da Constituição de 1937, o Estado regulamenta sua ideologia baseada na justiça social e na remodelagem do trabalhador e do trabalho como criadores da riqueza brasileira. É a partir deste contexto que o Estado passará a incentivar o trabalho, a abrir novos espaços de interlocução entre si e a população nacional, a regulamentar as relações entre Estado e operários, inaugurando políticas como o salário mínimo, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a Lei de Férias e demais políticas trabalhistas que marcaram o período. Essa assertiva é confirmada pela análise de Angela de Castro Gomes sobre a ideologia do Estado Novo, ao afirmar que:

O par de interlocutores legítimos está formado: de um lado o povo, a quem se apela como fonte e base do governo e que está identificado justamente na população de trabalhadores corporativamente hierarquizada; de outro o Estado, corporificado funcional e pessoalmente na figura do Presidente Getúlio Vargas.<sup>55</sup>

A nova situação trazia algumas mudanças na relação estabelecida entre o Estado e o clero, já que este se viu substituído como principal interlocutor do Estado. É interessante, portanto, a análise das relações estabelecidas entre Igreja e Estado na Constituição de 1937 para compreendermos as mudanças que a nova Carta Constitucional trouxe à realidade social brasileira.

Segundo Marchi o fato de não encontrarmos a promulgação da Constituição de 1937 sendo feita em nome de Deus, não significou grandes mudanças nos direitos eclesiásticos. Ou seja, “a liberdade de culto, indissolubilidade do casamento, ensino religioso entre outros, estavam preservados”.<sup>56</sup> O autor ainda afirma que a ausência de menção à religião no texto constitucional não chegou a preocupar a instituição

---

<sup>55</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. O trabalhador brasileiro. In: *Op. Cit.* P. 141.

<sup>56</sup> MARCHI. *Op. Cit.* P.225.

eclesiástica, pois “para o episcopado o documento constitucional já não era tão importante, porque as articulações com Vargas formalizavam a reafirmavam sua íntima relação com a igreja”.<sup>57</sup> Podemos ainda apresentar o argumento de que a modificação do interlocutor privilegiado do Estado, de “Deus” para o “povo brasileiro” deve-se à característica centralizadora do regime inaugurado em 1937.

Enquanto em 1934, Vargas utilizava um intermediário na sua relação com a população brasileira, ou seja, a religião, em 1937 aconteceu a eliminação desse intermediário. Getúlio estabeleceu uma relação direta entre si e o povo que o legitimava no poder. Elegeu-se um interlocutor mais político e concreto que o anterior. Contudo, a ausência de menção a Deus na Constituição de 1937 não significou uma ruptura entre as instituições eclesiástica e temporal. A proximidade ideológica entre as instituições permaneceu e, fortalecendo essa mútua identificação há a eleição de um inimigo comum: o comunismo.

A intrínseca relação construída entre as duas instituições durante as décadas de 1920 e 1930 havia criado uma dependência do poder temporal em relação ao eclesiástico e vice-versa. Um necessitava do apoio do outro para executar seus projetos e conquistar seus interesses, ao mesmo tempo em que lhes era interessante manter vínculos com a outra instituição. Eram duas das mais fortes instituições brasileiras do período e ambas buscavam os mesmos objetivos: construção de um poder centralizado em torno de si e expansão dentro da sociedade brasileira. Nesta direção temos a estruturação da seguinte relação durante o período estado-novista:

Durante o Estado Novo a convivência pautou-se por objetivos e interesses comuns. A igreja dava visibilidade a seus atos valorizando a Pátria, a Nação, a ordem e a estabilidade das autoridades constituídas; executava ações sociais como educação, assistência hospitalar, assistência religiosa às forças armadas, orfanatos e asilos entre outros, suprimindo a deficiente ação do Estado. Este, por sua vez, liberava recursos para os seminários, escolas e hospitais. Garantia as ações da Igreja e não gerava nenhum constrangimento à liberdade de culto, ao ensino religioso, ao casamento e não se opunha [à] expansão dos negócios da religião.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> *Ibidem.*

<sup>58</sup> *Ibidem.*

Entre os interesses compartilhados temos a forte repressão ao comunismo que, nesse período, possibilitou a ascensão de uma proposta católica de organização pautada no assistencialismo e no Estado forte.<sup>59</sup> Nesta direção houve uma importante contribuição das instituições assistenciais do período, já que estas passaram a propagar, nas suas reuniões e eventos, o medo com relação ao comunismo. A prática deste ataque ao comunismo deveu-se ao fato da Igreja considerá-lo um movimento ateu, como demonstra o seguinte trecho da Encíclica *Quadragesimo Anno*: “socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista”.<sup>60</sup> O Estado, por sua vez, utilizou-se da ascensão do comunismo na Europa para efetuar uma forte centralização política e justificar a permanência de Vargas no poder.

O auxílio da instituição eclesiástica e instituições religiosas em direção aos interesses estatais não se resumiu ao combate ao comunismo. As instituições religiosas somaram ao anticomunismo, o incentivo à formação de núcleos familiares reconhecidos pelo casamento e procuraram auxiliar as famílias empobrecidas. Tal objetivo encontrava eco nas propostas assistenciais do Estado que promulgou leis direcionadas a auxiliar este público. Relativamente a esta preocupação do Estado em relação à família, podemos apontar trechos do texto constitucional de 1937. A família, constituída pelo casamento, continuará sendo alvo da proteção estatal, porém as famílias numerosas terão auxílio diferenciado, pois a elas “serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos”.<sup>61</sup> Da mesma forma, poderão os pais miseráveis “invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da prole”.<sup>62</sup>

Há aqui uma distinção. Temos de salientar que há dois artigos constitucionais que tratam do auxílio do Estado em relação às famílias. O primeiro é direcionado às famílias numerosas, sem especificações a respeito da condição social à qual esse núcleo familiar pertence. Não há, no artigo 124 do texto legislativo, qualquer menção às dificuldades econômicas que as famílias enfrentam para poder ser alvo de tal auxílio,

---

<sup>59</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. O trabalhador brasileiro. In: *Op. Cit.* P. 178.

<sup>60</sup> Encíclica *Quadragesimo Anno*. Item 2 – Evolução do Socialismo.

<sup>61</sup> BRASIL. Constituição (1937). Artigo 124.

<sup>62</sup> BRASIL. Constituição (1937). Artigo 127.

basta ser uma família numerosa. Esse artigo constitucional aponta para o interesse estatal em auxiliar famílias constituídas por grande quantidade de indivíduos. Em seguida, há uma fala direcionada especialmente aos núcleos familiares que estivessem enfrentando dificuldades financeiras, ao afirmar no artigo 127 que os pais miseráveis também poderiam ser alvo da assistência prevista na Constituição.

O aumento da população era necessário para se povoar o território nacional. O avanço em direção ao interior do país era, na ideologia estado-novista, identificado pelo símbolo do bandeirante, que personificaria o “domínio, posse, superioridade, altivez”.<sup>63</sup> O bandeirante também era utilizado como símbolo nacional, afim de incentivar o nacionalismo e a identificação da população com o regime ditatorial. Por fim, a busca pela nacionalidade do brasileiro ressaltava o papel de bandeirante dentro do território nacional. O Sul do Brasil havia recebido levas de estrangeiros que se miscigenaram com a cultura e população locais, modificando-as e internacionalizando-as. Nesta direção, a migração dos nordestinos em direção ao Sul era importante, pois “retomariam a terra para os nacionais”.<sup>64</sup>

O nacionalismo varguista tinha, portanto, dois objetivos: ocupar “grandes áreas despovoadas e carentes de braços, como a Amazônia e o Centro-Oeste”<sup>65</sup> e renacionalizar territórios do Sul e Sudeste que haviam se desnacionalizado com as imigrações de estrangeiros.

Advém desses interesses territoriais e nacionalizantes a política estatal específica para o auxílio às famílias numerosas, já que estas seriam responsáveis pelo aumento populacional, pela ocupação do território brasileiro, pelas migrações internas que recuperariam o território nacional da ameaça estrangeira, além de produzirem braços para o trabalho na agricultura e fábricas e indústrias que surgiam.

A historiadora Ana Paula Vosne Martins aponta que a estratégia pela qual o Estado Novo buscou atingir os objetivos acima citados se deu através da oferta de assistência às famílias numerosas, incentivo à natalidade e criação de serviços que proporcionassem melhores condições de vida à população. A pesquisadora afirma que:

---

<sup>63</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. In: *Op. Cit.* P. 83.

<sup>64</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. O trabalhador brasileiro. In: *Op. Cit.* P. 161.

<sup>65</sup> *Ibidem.*

Defendendo políticas demográficas e natalistas, médicos e intelectuais voltaram-se para a célula-mater da sociedade e para a instituição do casamento. Conservadores e liberais defendiam a família, enalteciam a sua função social e moral, articulando uma imagem orgânica da sociedade cujo modelo hierárquico era a família chefiada pelo pai.<sup>66</sup>

A fala de Ana Paula Martins reflete uma necessidade do Estado: destinar auxílio aos indivíduos que estivessem sofrendo dificuldades financeiras a fim de prolongar a expectativa de vida e incentivar a natalidade. A necessidade do Estado se concentrar no atendimento da população mais pobre deve-se à percepção, também apontada por Martins, de que intelectuais do período concluíram, através de pesquisas e da observação da sociedade nacional, que “enquanto os tipos mais deploráveis e degenerados se multiplicavam sem peias, os homens e mulheres das classes favorecidas e instruídas se negavam a responsabilidade da paternidade e da maternidade”.<sup>67</sup>

Neste contexto temos a população pobre se multiplicando, fora do elo ideal que seria o casamento, enquanto as camadas mais favorecidas da população não eram tão prolíficas. Portanto, o Estado usa como estratégia o incentivo ao casamento civil, defendendo a moral através da formação de uma família, assim como busca a solução para as dificuldades enfrentadas pela população pobre, que correspondia às necessidades de multiplicação populacional do Estado.

Os objetivos do Estado eram, portanto, o incentivo à natalidade e ocupação territorial. Porém, como aponta Martins, há um fator que se torna incongruente quando analisamos as especificidades da legislação que organiza a assistência às famílias numerosas: o fato de, apenas serem consideradas numerosos aqueles núcleos familiares compostos por 8 ou mais indivíduos menores de idade ou incapazes de trabalhar. Desta forma, como alerta a historiadora “ao sobrepor o aspecto quantitativo

---

<sup>66</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. “**Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo**”. In: RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES PÓS-DOCTORAIS APRESENTADO AO CNPq. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2004. Artigo no prelo.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

ao pauperismo, famílias muito pobres com quatro ou seis filhos ficavam desamparadas”.<sup>68</sup>

A justificativa para a assistência oferecida pelo Estado às famílias numerosas é decorrência do discurso da União segundo o qual o Estado devia se tornar responsável pela formação moral, física e intelectual dos jovens e das crianças, caso isso não fosse provido pela própria família. No artigo 127 há a declaração de que “o abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las dos confortos e cuidados indispensáveis à preservação física e moral”.<sup>69</sup>

A busca pela moralização dos brasileiros permitiria a construção de um povo identificado com o trabalho e com os deveres da paternidade e da maternidade. Nesta direção há uma divisão social com relação à cultura, “à elite cabe predominantemente a educação política, entendida como desenvolvimento do ‘espírito público’, ao povo, a ‘educação cívica e militar’”.<sup>70</sup> A educação cívica e militar corresponde aqui aos ideais estado-novistas, ou seja, orientada para o nacionalismo, a defesa nacional e a preparação do corpo para o trabalho.

Nesta direção, na organização da população em torno dos ideais propagados por Getúlio Vargas, a Igreja Católica teve importante participação. A instituição eclesiástica se envolveu principalmente na questão moral, “na luta contra os males da civilização moderna, como o divórcio, o neo-malthusianismo, o trabalho feminino fora do lar e os costumes liberalizantes da vida urbana”.<sup>71</sup> Era a defesa pela família constituída sob a égide da figura paterna e da presença materna no lar.

Ainda relacionado à presença da Igreja Católica na defesa e apoio das políticas varguistas voltadas à família, há o artigo 133 da Constituição de 1937. Neste artigo lê-se que “o ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das

---

<sup>68</sup> *Idem*. P. 10.

<sup>69</sup> BRASIL. Constituição (1937). Artigo 127.

<sup>70</sup> VELLOSO. Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. In: *Op. Cit.* P. 89.

<sup>71</sup> MARTINS. *Op. Cit.* P. 7.



escolas primárias, normais e secundárias”.<sup>72</sup> O ensino religioso era uma estratégia de formação moral dos brasileiros desde a infância. Contudo, não havia obrigação de presença dos alunos nas aulas dessa disciplina. Compreendemos que esta ausência de obrigatoriedade e controle presencial deve-se ao fato de todos os cultos serem livres no Brasil, não havendo formas pelas quais se obrigar um aluno pertencente a outra religião, freqüentar as aulas de ensino religioso.

A presença da Igreja Católica, portanto, era marcante. Esta instituição eclesiástica exercia importante papel junto ao Estado Novo. Sua função não se restringia à influência exercida sobre as camadas populares e a moral religiosa, mas também como uma instituição parceira do Estado na sua legitimação.

Esta relação foi exposta por Alcir Lenharo, quando o autor aponta para uma confluência de interesses entre a Igreja Católica e o Estado durante o período do Estado Novo. Segundo o autor, o aparelho estatal teria recebido dois auxílios principais da instituição eclesiástica: “o primeiro de caráter mais constitucional, significou um apoio político decisivo em momentos cruciais da década; o segundo, não menos importante, relacionou-se à função milenar e indispensável de domesticação das consciências”.<sup>73</sup> Esta segunda é especialmente desenvolvida por Lenharo. Segundo o estudioso, a Igreja Católica é eficiente na domesticação das consciências dos fiéis. Os clérigos e a assembléia estariam habituados ao “culto das imagens, dos símbolos, das comparações”,<sup>74</sup> devido ao uso comum de “parábolas evangélicas”<sup>75</sup> na propagação dos ensinamentos cristãos durante a liturgia.

Utilizando-se da parábola do Corpo Místico de Cristo, freqüentemente mencionada nas missas, o Estado traçou uma analogia ao nacionalismo. O Corpo Místico de Cristo expõe o pensamento de que todos os fiéis cristãos participam da obra de Cristo a partir do momento em que respeitam as normas e regras por ele criadas. Nesta teoria, Cristo desempenha a função de cérebro, regulando as relações entre os fiéis e definindo padrões morais e comportamentais.

---

<sup>72</sup> BRASIL. Constituição (1937). Artigo 133.

<sup>73</sup> LENHARO. *Op. Cit.* P. 190.

<sup>74</sup> *Idem.* P. 16.

<sup>75</sup> *Ibidem.*

A apropriação que o Estado fez desta teoria colocava a instituição estatal usufruindo a mesma posição de Cristo e a sociedade civil, por sua vez, ocupava a mesma dos fiéis. Nesta direção, temos Getúlio ocupando a posição máxima de cérebro, aquela racional, que toma decisões e age para o bom funcionamento do corpo. No outro extremo temos a sociedade brasileira, atuando de acordo com as decisões do cérebro, sem questioná-lo e agindo em conjunto para o bem estar de toda a sociedade.

A comunhão entre Estado e Igreja Católica, contudo, não era total. Como apontado anteriormente, estas instituições combatiam o comunismo e defendiam a família e a educação. Os interesses estatais e eclesiásticos quanto a estes fatores já foram explicitados. Apontamos também o fato da Igreja Católica auxiliar imagneticamente na legitimação do Estado. No entanto, não esclarecemos ainda quais os interesses e objetivos eclesiásticos frente a este auxílio. É neste ponto que percebemos as divergências de interesses entre Igreja Católica e Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

As diversas políticas de assistência promulgadas durante o período estado-novista tinham por objetivo regulamentar as relações entre Estado e sociedade brasileira. Estes auxílios estatais, contudo, objetivavam a construção de uma nação brasileira identificada com os ideais do trabalho e da família e, principalmente, identificada com a figura de Vargas.

O auxílio da Igreja ao Estado, através da conscientização da população e da legitimação do governo do Estado Novo perpassa interesses próprios da instituição eclesiástica: a busca da Igreja Católica por influência sobre diferentes grupos sociais brasileiros através das ações assistenciais mantidas e estimuladas pela instituição.

Aos pobres, a Igreja Católica oferece uma grande quantidade de instituições assistenciais onde estes sujeitos podem recorrer auxílio. Estas instituições já existiam há muito tempo. O que surge de novo no período estado-novista é a forma como a assistência acontece.

O auxílio de instituições eclesiásticas e religiosas às pessoas necessitadas é uma constante na história e existe no Brasil desde a chegada dos jesuítas. No Brasil dos anos 1937 a 1945, o que muda é a forma de atuação da Igreja e das instituições religiosas.

Como apontado anteriormente, a preocupação católica com a exploração do trabalhador e com o avanço do socialismo estava presente já na Encíclica *Rerum Novarum*. A defesa de um sistema social mais justo e que criasse alianças entre empregadores e empregados é o mote do documento. Para tratar de diferentes assuntos (família, poder do Estado, estrutura econômica de exploração da mão-de-obra e outros) a Igreja destacou os erros cometidos pelas instituições temporais e salientou a importância da sociedade se voltar aos ideais cristãos. Esses ideais foram defendidos pela Liga Eleitoral Católica quando da Assembléia Constituinte em 1934 e algumas vitórias foram obtidas. Estas conquistas, que já foram analisadas, também são apontadas por Martins ao afirmar que na Constituição de 1934, “no que diz respeito à família a vitória foi dos católicos, que barraram o divórcio e garantiram no texto constitucional sua definição de família”.<sup>76</sup>

A Igreja Católica, no entanto, desejava mais. Queria retomar a posição de instituição religiosa oficial no Brasil, posição que perdera com a Proclamação da República. Segundo Marchi, este fato foi o fator responsável pela instituição, “atendendo ao que propunham as orientações da romanização da Igreja”<sup>77</sup>, voltar-se para o laicato. Esta tendência da Igreja Católica já era percebida desde a segunda metade do século XIX, quando movimentos republicanos nos Estados Unidos e Europa levaram o Estado a romper com a Igreja, forçando a instituição eclesiástica a buscar apoio junto à população laica.

A estratégia da Igreja foi a de se aproximar dos leigos católicos a fim de aumentar sua influência sobre diferentes setores da sociedade e, desta forma, continuar dispondo do reconhecimento da sociedade e do Estado brasileiros. Segundo Vianna a instituição eclesiástica teria como objetivo inserir-se na sociedade civil brasileira a fim de criar uma elite intelectual católica, à qual “caberia desencadear o processo de recristianização da sociedade brasileira, ressacralizando, por fim, a instituição do Estado”.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> MARTINS. *Op. Cit.* P. 7.

<sup>77</sup> MARCHI. *Op. Cit.* Pp. 211 - 212.

<sup>78</sup> VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4. ed. Ver. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. P. 207.

Neste sentido, da aproximação da Igreja Católica com a sociedade civil na busca da supremacia dentro da sociedade brasileira e do objetivo por controle sobre o Estado através da ressacralização deste, temos as palavras da Encíclica *Quadragesimo Anno*. Neste documento, o Papa Pio XI afirma que o objetivo da instituição católica é fazer “brotar, como esperamos, aquela tão desejada e completa restauração da sociedade humana em Cristo, e aquela «Paz de Cristo no reino de Cristo»”.<sup>79</sup> Esta tarefa seria realizada através da Caridade praticada por leigos e clérigos. A estes “valerosos colaboradores”, “aos Nossos amados Filhos da Acção Católica” que “com tanto prazer vemos dedicarem-se generosamente comNosco à solução dos problemas sociais, na persuasão de que a Igreja por fôrça da sua divina instituição tem o direito e o dever de se ocupar d’eles”, a Igreja Católica louva.<sup>80</sup>

Percebemos pelo discurso presente na Encíclica Papal *Quadragesimo Anno*, que a aproximação da instituição católica com a sociedade civil já acontecia em 1931 através da Ação Católica. Temos, portanto, mesmo anteriormente aos trabalhos da Assembléia Constitucional, que foram marcados pela Ação Católica em 1934, importante atuação de uma organização formada por leigos, porém dirigida pela instituição eclesiástica, direcionada à conquista de objetivos relacionados com o cristianismo.

A Ação Católica merece importante destaque devido ao importante papel político desenvolvido no contexto brasileiro, contudo, não foi apenas esta organização leiga que denunciou o interesse eclesiástico em aproximar-se da sociedade civil brasileira. É nesta direção que se configurará forte incentivo católico às instituições religiosas voltadas à assistência social. Desta forma a Igreja desenvolveu práticas voltadas à aproximação das diferentes camadas sociais brasileiras.

Junto às elites sociais temos uma ideologia estruturada de modo a “diminuir a desigualdade entre as classes e os povos, sempre dentro dos limites do todo hierarquizado”.<sup>81</sup> Desta forma a Igreja, ao defender uma melhoria de vida dos pobres através da caridade, atendendo às reivindicações destes sujeitos, procura apaziguar os

---

<sup>79</sup> Encíclica *Quadragesimo Anno*. Subtítulo Remédios, parte B: A Lei da Caridade.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> ROMANO. *Op. Cit.* P. 55.

conflitos de interesses, agradando às elites já que interfere socialmente, porém não hierarquicamente, conservando a estrutura social vigente, apenas diminuindo as diferenças entre cada camada social através de suas ações.

Seu discurso junto aos industriais percorria ressaltar sua capacidade de “elemento domesticador dos dominados”.<sup>82</sup> Exercendo grande influência sobre as camadas pobres da população, a Igreja usufruía desta capacidade para criar um discurso direcionado aos industriais. Com a organização do mundo do trabalho e o crescimento das reivindicações, era interessante aos empresários e industriais exercer algum controle sobre esses trabalhadores. A oportunidade surgiu da aproximação e aliança com a Igreja, que tinha capacidade de usufruir e exercer este controle.

Relacionado às mulheres, o discurso eclesiástico buscará a maternidade. A função da mulher, defendida pelo Estado Novo e culturalmente aceita, era a de dona do lar, sendo presença essencial na vida familiar e, portanto, tendo suas principais atividades vinculadas à casa e à família. Essa maternidade seria estendida à vida pública ao conclamar as mulheres à prática da caridade. Nesta direção, as mulheres seriam as personagens ideais da prática assistencial, pois teriam, desde sempre, sido educadas e exercido atividades voltadas ao próximo. Portanto, as mulheres seriam de grande importância na estratégia eclesiástica, pois estariam atuando diretamente com grupos sociais empobrecidos, que necessitassem de auxílio. Formariam o elo entre diferentes camadas sociais através da ação caritativa.

Direcionando-se aos trabalhadores, a Igreja dedicava-se à defesa do trabalho e afirmava que a provação pela qual passavam cotidianamente, nos baixos salários recebidos, na exploração de sua mão de obra e nas condições de vida geralmente insuficientes, eram vivências em comum que tinham com Cristo, pois “seguem mais de perto Aquele que, sendo Deus, quis na terra fazer-se operário e ser considerado como filho de operário”.<sup>83</sup>

Aos pobres, por sua vez, restaria receber o auxílio prestado por instituições eclesiásticas ou religiosas. Nesta direção, afirma a Encíclica de Pio XI, “os ricos converterão em amor solícito e operoso o antigo desprezo pelos irmãos mais pobres;

---

<sup>82</sup> *Idem*. P. 72.

<sup>83</sup> Encíclica *Quadragesimo Anno*. Subtítulo Remédios, Parte B: A Lei da Caridade.

acolherão os seus justos pedidos com bom rosto e coração aberto, perdoar-lhes-ão até sinceramente as culpas e os erros”.<sup>84</sup>

Com sua estratégia de aproximação da sociedade civil, a Igreja Católica criava vínculos com as mais diversas camadas sociais brasileiras, aumentava sua influência social e unia, numa só ação – a caridade – todos os grupos sociais.

Neste contexto brasileiro, de busca de influência na sociedade por parte da Igreja Católica e do Estado, temos o desenvolvimento de uma convergência de interesses entre tais instituições. A conquista de apoio em diferentes grupos sociais não era fácil, necessitava uma ideologia estruturada, discursos viáveis e direcionados a cada grupo social e ainda, estratégias de conquista.

O Estado possuía influência nas elites, grupo social com quem mantinha forte relação, que poderia ser de apoio ou oposição. Contudo, a influência estatal junto a grupos políticos era grande devido ao fato do regime político brasileiro ser uma ditadura, o que dificultava a permanência no poder de indivíduos oposicionistas. A estratégia de Getúlio para permanecer no poder foi a criação do “homem novo”, o qual estava espelhado no trabalhador nacional, o qual, com a força do seu trabalho, construía riquezas para o país. Este conceito do “homem novo” será explorado no próximo capítulo, portanto não nos concentraremos nele neste momento.

A Igreja Católica, por sua vez, estendeu sua influência aos pobres e, principalmente, às mulheres das camadas médias e altas da sociedade brasileira através das instituições de assistência social que ela mantinha ou incentivava. Havia também busca de diálogo com os industriais, que foram mencionados nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. A política também foi uma área de interesse e atuação eclesiástica através da Ação Católica, por exemplo.

As instituições eclesiástica e secular tinham, portanto, influências junto a diferentes grupos sociais, o que provocou a aproximação entre elas a fim de conquistarem diálogo junto às camadas sociais às quais a instituição parceira tinha já alguma participação. Destes interesses particulares de cada instituição, e dos interesses partilhados por elas, surgiram textos legislativos, como as Constituições de

---

<sup>84</sup> *Ibidem*.

1934 e 1937. Salientamos também a forte pressão eclesiástica em direção à criação de políticas assistenciais, que resultaram em diferentes legislações, entre as quais as Leis Trabalhistas, o Decreto da Família e o incentivo ao desenvolvimento de instituições assistenciais como a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo – que eram lugares sociais onde se protagonizava a relação eclesiástico-temporal.

### 3. SEGUNDO CAPÍTULO - COM A PALAVRA, OS POBRES.

As políticas estatais de assistência foram divulgadas de diferentes formas durante o Estado Novo. Este período histórico nacional é dividido em duas etapas por Maria Helena Capelato. Segundo a historiadora os anos de 1937 a 1942 caracterizaram-se “pelas reformas mais significativas e pela tentativa de legitimação do novo regime”<sup>1</sup>; os anos de 1942 a 1945, por sua vez foram marcados pela “entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados”,<sup>2</sup> o que deixou explícitas as contradições do regime. Devido a essas contradições “o governo se voltou, de forma mais direta, para as classes trabalhadoras, buscando apoio”.<sup>3</sup>

Considerando a divisão apresentada por Capelato teríamos de verificar, na prática estatal, uma ênfase nas políticas assistenciais a partir de 1942. Como veremos detalhadamente adiante, isso em parte pode ser comprovado. Ainda em 1941, houve a promulgação de importante legislação social, o Decreto da Família, que foi alvo de análise de Ana Paula Vosne Martins.<sup>4</sup> Este decreto especificou as formas através das quais o Estado assistiria as famílias numerosas e pobres e também estipulou os meios pelos quais a população deveria demandar os auxílios divulgados por este decreto-lei.

Contudo, os anos de 1941 e 1942 não foram ‘divisores de águas’ dentro da perspectiva da assistência estatal. Outros tipos de auxílio já haviam sido criados, como as leis trabalhistas.

A forma pela qual se estabeleceu o diálogo da população pobre em direção a Getúlio Vargas foi composto, principalmente, de correspondências.

---

<sup>1</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **Brasil Republicano**. Vol. 2. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, 2003.P. 113.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. “**Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo**”. In: RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES PÓS-DOCTORAIS APRESENTADO AO CNPq. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2004. Artigo no prelo.



Estas começaram a aparecer em quantidade considerável no ano de 1939, quando iniciaram-se algumas políticas assistenciais do Estado. Cabe analisarmos o que o envio destas missivas ao Estado nos fornece de informações para compreendermos o contexto sócio-político da época estado-novista.

As demandas apresentadas nas correspondências coincidiam com as principais preocupações e políticas criadas pelo Estado na época estado-novista. Cabe perguntarmos se: 1) tal fato decorre de uma coincidência entre os interesses dos remetentes e a assistência estatal, 2) se as cartas enviadas foram resultado da propagação das políticas estatais através de veículos de comunicação aos quais a população tinha acesso ou ainda, 3) se a criação das políticas assistenciais por parte do Estado foram uma consequência da pressão que os pobres fizeram junto ao Presidente Getúlio Vargas através da emissão de inúmeras cartas, nas quais as demandas desta população eram expostas.

As respostas a estas questões só são percebidas através da leitura das correspondências e da percepção do fato do volume de missivas enviadas crescer a partir da propagação de notícias sobre as políticas estatais promovidas no período. Considerando que as notícias que remetiam a estas políticas estatais em geral precediam o envio de correspondências, além do fato do volume de cartas enviadas aumentar à medida que se noticiava o surgimento de políticas assistenciais, somos levados a responder positivamente às duas primeiras questões propostas e negativamente para a terceira. A análise a seguir esclarecerá o caminho através do qual conseguimos determinar as respostas apresentadas.

De que forma a população tomava conhecimento das práticas de auxílio estatais? Quais os meios através dos quais o Estado as divulgava? Como muito já se estudou, a propaganda política foi essencial no Estado Novo. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi importantíssima, pois “ele tinha o encargo de produzir material de propaganda, incentivando a produção de cartazes, objetos, espetáculos, livros e artigos enaltecendo o poder”.<sup>5</sup> Neste sentido, há o incentivo estatal aos intelectuais brasileiros e à produção destes.

---

<sup>5</sup> *Idem*. P. 123

Como demonstra Velloso ao afirmar que “o Estado Novo teria o mérito de ir ao encontro do intelectual, oferecendo-lhe o necessário amparo moral e material”.<sup>6</sup>

Os materiais de divulgação produzidos pelo DIP e por artistas ou instituições privadas abarcavam os mais diferentes tipos de arte e meios de comunicação. Temos desde o discurso proferido ao vivo pelo Presidente da República, geralmente em momentos de enaltecimento da nação, como a data comemorativa da Independência do Brasil (sete de setembro) ou o Dia do Trabalho, passando por revistas, jornais, rádio, cartazes, filmes, documentários e cine-jornais. Em geral eram produções ligadas à União. Em outros casos eram produções vencedoras de concursos criados pelo Estado, o que necessariamente, provocava a criação artística voltada aos interesses estado-novistas. Para coibir a divulgação de produções divergentes dos ideais do Estado havia a censura, exercida pelo DIP. É o que afirma o seguinte trecho de matéria publicada na revista Cultura Política, do DIP: “O governo pede apenas a colaboração de todos os homens de boa vontade para a consecução da enorme tarefa que a si mesmo se impõe. Quem não quiser ajudá-lo, pelo menos não o impeça”.<sup>7</sup> Como aponta Velloso, a forma como a frase foi construída emana um tom de “ameaça velada aos que se negam”<sup>8</sup> a participar.

Angela de Castro Gomes apresenta uma análise das formas através das quais o Estado falava aos trabalhadores brasileiros. A autora destacou o jornal oficial do Estado Novo, denominado *A Manhã*, assim como abordou o programa radiofônico *Hora do Brasil*. Segundo Gomes, o fato de “não ter sido conquistada ao longo de uma epopéia de lutas, e sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação [social e as políticas assistenciais] exigia divulgação e esclarecimentos”.<sup>9</sup> A preocupação em utilizar diferentes formas de divulgação

---

<sup>6</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. P. 93.

<sup>7</sup> Referenciado em *Ibidem*.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. P. 212 – 213.

devia-se, de acordo com Gomes, às “dificuldades de comunicação entre as regiões do país” <sup>10</sup>, questão que constituía apenas a “faceta geográfica” <sup>11</sup> do problema.

Os comícios de Primeiro de Maio, por sua vez, eram eventos onde o Presidente era presença obrigatória. Devido ao fato do trabalhador ter sido eleito como um dos pilares de seu governo, a presença de Getúlio Vargas à comemoração do Dia do Trabalho era esperada, “já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presente da festa”. <sup>12</sup>

Para pensarmos esses questionamentos, é necessário que não esqueçamos a ideologia do Estado Novo, pensamento que pauta as ações estatais durante o período abrangido entre os anos de 1937 e 1945. Relembremos que a ideologia estado-novista estava voltada à interlocução entre Getúlio Vargas e os trabalhadores brasileiros, tema já abordado através dos estudos de Angela de Castro Gomes e Mônica Pimenta Velloso. No artigo de Velloso analisado em nosso estudo, encontramos a afirmação de que “o discurso (estado-novista) mostra que a originalidade do regime consiste na relação harmônica entre o homem (enquanto pessoa e indivíduo) e o Estado”. <sup>13</sup> Por este prisma, todos os homens, mulheres, crianças, seriam abarcados pelas políticas assistenciais do Estado. Por que, e de que forma, o Estado seleciona o trabalhador como o principal objeto das políticas de auxílio e diálogo? Segundo Gomes, o discurso estatal, propagado nas palavras de Almir de Andrade, em artigo publicado na Revista Cultura Política, assinala que

O trabalho – outrora forma de escravidão – é hoje um meio de emancipação da personalidade, algo que valoriza o homem e o torna digno do respeito e da proteção da sociedade. *Viver honestamente do trabalho* (...), encontrar em seu próprio esforço, esse sentido de utilidade

---

<sup>10</sup> *Idem*. P. 212.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> *Idem*. P. 217.

<sup>13</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. In: *Op. Cit.* P. 91.

social capaz de canaliza-lo para o bem comum – é o maior dever do cidadão e sua mais alta virtude, no Estado moderno.<sup>14</sup>

O trabalhador alcança legitimidade e respeito da sociedade com o Estado Novo, pois é produtivo, provoca o crescimento econômico nacional e o bem-comum, pois “o trabalhador, mesmo sendo pobre, era um homem bom e honesto”<sup>15</sup> e ganha a vida “honestamente da venda de seu trabalho no mercado, merecendo, por esta razão, toda a proteção do Estado”.<sup>16</sup> No seu oposto, o Estado defendia que o “*malandro*, o inimigo interno (...) se definia como avesso ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída”.<sup>17</sup>

O reconhecimento da importância do trabalhador pela sociedade e pelo Estado, por ocasião do desenvolvimento econômico nacional que surgia a partir de seu trabalho, são as motivações que levaram a ideologia estado-novista a eleger o trabalhador como principal foco das políticas assistenciais criadas durante o período. É essa assistência que os trabalhadores buscavam ao enviar as correspondências a Vargas.

Personagem central da política brasileira estado-novista, Getúlio Vargas era o Presidente da República, representante de um sistema político centralizador e ditatorial. Portanto, uma carta que o tivesse como destinatário seria marcada por uma estrutura bem definida. Há, em geral, a exaltação de Vargas e o elogio às políticas sociais do Estado Novo, seguidas pela exposição das dificuldades cotidianas enfrentadas pelo remetente e, por último, a apresentação de um pedido, de uma demanda.

Por outro lado, temos a ideologia do regime estado-novista. A relação Estado-sociedade civil está no cerne da ideologia do período. A cidadania do homem brasileiro era um projeto político do Estado Novo, onde o *homem novo*<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **ESTADO NOVO: IDEOLOGIA E PODER**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. P.127

<sup>15</sup> GOMES. Ângela Maria de Castro. O trabalhador brasileiro. In: *Idem*. P.164

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

tomaria sua posição de destaque juntamente com as riquezas naturais brasileiras, diferenciando-se da concepção liberal do homem brasileiro, segundo a qual “o Brasil liberal era o país onde tudo era grande, menos... o homem”.<sup>19</sup> Seguindo a ideologia estado-novista, presente nas publicações *Cultura Política* e *Ciência Política* a respeito do *homem novo*, o Estado Novo é o poder que emana do povo e para o povo, que tem a população brasileira como seu foco, como sua base, de forma a fortalecer-se fortalecendo o povo.<sup>20</sup> A ideologia estado-novista, definindo o homem, a população nacional, como base para seu projeto político de desenvolvimento de uma nação brasileira, pautada em objetivos e características nacionais e não européias, a ditadura varguista sentiu a necessidade de “abandono dos problemas políticos”<sup>21</sup> e concentração de esforços em torno de uma “série de objetivos englobados e definidos como medidas responsáveis pelo bem-estar social”.<sup>22</sup> Portanto, Gomes aponta que a partir desse discurso, o governo Vargas fortaleceu o povo brasileiro para fortalecer-se também, pois deste público-alvo surgiu o apoio às políticas estatais e permanência de Vargas no poder, além do nascimento de uma nação realmente brasileira, pois pautada numa política condizente com a realidade nacional e não importada da Europa, como o Império brasileiro e o liberalismo econômico nacional haviam sido.

No desenvolvimento de seu projeto político, pautado na ideologia de desenvolvimento do homem brasileiro e de criação de uma identidade nacional, o trabalho e o trabalhador se tornaram símbolos das políticas estatais, pois segundo a revista *Cultura Política*, “pelo trabalho o homem conquista a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e a proteção do Estado”.<sup>23</sup> Nesta

---

<sup>18</sup> *Idem*. P. 151-166.

<sup>19</sup> FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional como expressão das necessidades brasileiras. *Cultura Política*, nº 11, janeiro 1942, pp. 36 e 40. In: GOMES, Ângela de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: *Idem*. P 115.

<sup>20</sup> GOMES, Ângela de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: *Idem*. P. 116 a 119.

<sup>21</sup> *Idem*. P. 120.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> *Idem*. P. 126. *Apud.*: nota nº 33.

direção, o trabalhador urbano, aquele inserido num processo de modernização dos meios de produção, envolto num sistema exigente por atender às demandas do mercado, figura como o alvo central das políticas estatais, da chamada justiça social do projeto do Estado Novo.

Em sua obra *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, Jorge Ferreira percebe, após análise de uma quantidade expressiva de correspondências enviadas pela população ao Presidente da República, que há forte presença de pedidos por alguma ocupação e melhores salários. Esta percepção de Ferreira é, para nós, consequência de um contexto social no qual os trabalhadores enfrentam grandes dificuldades de sobrevivência. Estas demandas também seriam resultado, em nossa interpretação, da ideologia estado-novista, em que encontramos o trabalho como pedra fundamental desta nova sociedade brasileira, fazendo com que o sujeito desempregado se visse estimulado a ingressar no mercado de trabalho. Percebemos que a prática do Estado Novo é eleger o trabalhador e o trabalho como base da reformulação da sociedade brasileira, oferecendo-lhe assistência e, em resposta a essa ideologia encontramos populares direcionando epístolas ao Presidente da República.

Compartilhamos, portanto, da interpretação formulada por Jorge Ferreira, já que percebemos a escrita das cartas como consequência de péssimas condições de vida, assim como resultado de incentivo estatal para que a busca por emprego acontecesse. Reconhecemos também, nestas ações, identificação política entre os sujeitos que remeteram correspondências e indícios de uma cultura de um grupo particular.

A busca por melhores condições de vida e/ou atividade econômica que possibilitasse aos missivistas sua própria sobrevivência e a de seu núcleo familiar é, a nosso ver, o verdadeiro motor que motivava a escrita de correspondências a Vargas. Para Jorge Ferreira, além da necessidade de sobrevivência, a conquista de um posto de trabalho tinha também outro objetivo: a conquista da cidadania. Essa idéia está vinculada à estreita relação estabelecida entre Estado e população trabalhadora brasileira do período e, conseqüentemente, era alvo das políticas assistenciais criadas pelo Estado Novo. Ferreira salienta que “a primeira meta dos

indivíduos”<sup>24</sup> era participar do mercado de trabalho, pois “o desempregado, e o subempregado, categorias que não se beneficiavam das leis trabalhistas, estavam à margem dos valores pregados pelos governantes e, logo, dos direitos de cidadania”.<sup>25</sup>

Concordamos com Ferreira quanto a esta questão da cidadania, pois também verificamos que, ao estar vinculado a uma atividade produtiva, o sujeito poderia candidatar-se a diferentes políticas assistenciais criadas pelo Estado. A importância que o trabalhador alcança dentro do projeto ideológico do Estado Novo é central, assim como se torna interessante ao indivíduo inserir-se no mercado de trabalho, pois desta forma tem sua importância reconhecida pelo Estado e ainda usufrui dos direitos trabalhistas criados pelo Presidente da República.

A cidadania dos pobres é manifestada na escrita das correspondências e na criação, por parte do Estado, de um espaço de reivindicação que era usufruído por estes sujeitos. Portanto, as missivas correspondem à auto-percepção dos pobres como cidadãos e ao reconhecimento estatal da cidadania destes indivíduos. A cidadania dos missivistas é apontada por Ferreira no seguinte trecho: “para os desempregados, que desejavam participar do mercado de trabalho e, portanto, tornar-se cidadãos, a aceitação da doutrina estado-novista relativa ao trabalho implicava uma estratégia de vida”.<sup>26</sup>

A inserção no mercado de trabalho era uma necessidade de manutenção da família e uma forma de conquista da cidadania. Nesta direção, concordamos com a importância que a cidadania confere aos trabalhadores no sentido de que a conquista dos direitos trabalhistas era “sinônimo da condição de cidadania em um regime político autoritário como o brasileiro”,<sup>27</sup> direitos estes que estavam

---

<sup>24</sup> FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular. Rio de Janeiro : FGV, 1997. P. 31.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> *Idem*. P. 32.

<sup>27</sup> GOMES, Angela de Castro. 1994. *Op. Cit.* P. 178.

vinculados à situação de trabalhador ativo. Portanto, ser trabalhador denotava cidadania pois possibilitava ao sujeito ser alvo das leis trabalhistas.

As relações estabelecidas entre Getúlio Vargas e os pobres missivistas é uma relação entre sujeitos políticos. Afirmamos isso baseados na interpretação de que a escrita das missivas configura uma ação política. É uma ação de apresentação de demandas, de exposição das dificuldades em busca da sensibilização de Getúlio Vargas em direção à conquista do pedido apresentado na epístola. É uma ação pensada e efetuada em busca de um objetivo bem definido: minorar as dificuldades cotidianas enfrentadas através da conquista de um auxílio estatal.

Outro ponto de apoio desta nossa interpretação é encontrado no texto de apresentação de *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*, assinado por Angela de Castro Gomes. A historiadora afirma “a impossibilidade de se compreender uma relação social sem que se atribua o estatuto de sujeito político, com limites e escolhas, aos dois termos nela envolvidos – no caso o povo e Vargas”.<sup>28</sup>

Os limites e escolhas enunciados por Gomes correspondem, neste conjunto de fontes epistolares, às formas de escrita e apresentação dos discursos dos sujeitos pobres. De que maneira eles estruturam suas demandas? A leitura das correspondências nos permite afirmar que há duas configurações distintas: uma em que os sujeitos afirmam contundentemente sua situação de pobreza a fim de sensibilizar Getúlio Vargas e conquistar as demandas pleiteadas; a outra forma de exposição textual perpassa a idéia de que há mútuas influências entre a cultura de diferentes grupos populacionais que compõem uma sociedade. Alguns peticionários elaboram textos em que é possível perceber a apropriação de idéias governamentais. Alguns dos sujeitos pobres reempregam de maneira singular informações obtidas no discurso varguista. Nesta direção, Thompson aponta que “há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado”,<sup>29</sup> ou

---

<sup>28</sup> FERREIRA. *Op. Cit.* P. 11.

<sup>29</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 17.



então quando o autor afirma que “a cultura plebéia (...) não se autodefinia, nem era independente de influências externas”.<sup>30</sup> Nesta direção, temos o reconhecimento, de que há uma influência mútua entre diferentes grupos sociais. Angela de Castro Gomes reconhece a troca de idéias entre Estado e operários. Segundo a autora há também uma apropriação dos ideais dos trabalhadores por parte do Estado. Sua fala esclarece que

O Estado não se mostrava apenas como produtor de materiais, mas também como articulador das demandas e tradições da classe operária, e os apresentava como seus – além de ressaltar os benefícios sociais como tendo sido generosamente concedidos pelo chefe do governo, o que, em troca, exigia reconhecimento e retribuição.

Jorge Ferreira também reconhece a existência de influências entre as diferentes camadas sociais do período estado-novista. O autor afirma que,

os trabalhadores manipulavam todo o arcabouço doutrinário do Estado varguista, selecionavam aquilo que poderia beneficiá-los – a legislação, os discursos sobre a família, o trabalho, o progresso, o bem-estar etc. – e deixavam de lado todo o aparato autoritário, repressivo e excludente.<sup>31</sup>

Ana Paula Vosne Martins também se aproxima destas interpretações. Segundo a historiadora “não era apenas o presidente Vargas que se dirigia aos ‘trabalhadores do Brasil’, mas estes, na sua interpretação do contrato de fundação de um novo Estado, também se dirigiam ao presidente”.<sup>32</sup> De acordo com a interpretação de Martins, temos a criação de um contrato social para a configuração de uma nova forma de Estado no Brasil, onde os contratantes seriam o Presidente Getúlio Vargas e os trabalhadores brasileiros. Um contrato social que busque uma nova configuração política para o país só pode ser fundamentado na relação entre atores políticos que se reconhecem como tal. Portanto, nesta direção, temos os trabalhadores desfrutando do reconhecimento de cidadania por

---

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> FERREIRA. *Op. Cit.* P. 33.

<sup>32</sup> MARTINS. *Op. Cit.* P. 2.

parte do Estado. É o que aponta Martins quando afirma que “o que [os missivistas] pediam não era caridade, mas um direito que estava previsto na Constituição”.<sup>33</sup>

A partir da eleição dos trabalhadores como um dos pilares da ideologia estado-novista, através do reconhecimento da cidadania dos pobres pelo Estado e do reconhecimento de uma mútua-influência entre os pobres e o Estado Varguista, afirmamos que os missivistas são sujeitos políticos, pois agem politicamente ao enviarem missivas e apresentarem demandas a Getúlio Vargas.

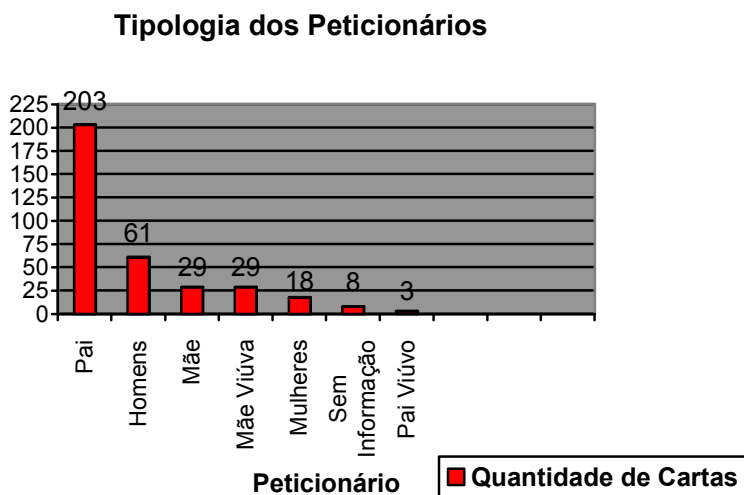
As políticas assistenciais promovidas pelo Estado atendem a diferentes públicos. Algumas são direcionadas aos trabalhadores ativos, como as Leis Trabalhistas, outras referenciam-se a indivíduos miseráveis e desempregados, como por exemplo, a Lei da Família, sendo apenas necessário que a família do peticionário fosse constituída por 8 filhos menores de idade ou mais. Há, portanto, diferentes políticas para diferentes grupos sociais.

As correspondências enviadas a Vargas pelos indivíduos pobres serão as fontes privilegiadas neste capítulo. Estes documentos, selecionados dentre uma gama muito numerosa, somam um total de 351 missivas. Como afirmamos na introdução de nosso estudo, os indivíduos que atuarão escrevendo correspondências ao Presidente da República constituem um grupo bastante heterogêneo. Sem definição de classe, porém, apresentando objetivos comuns e atuando de forma individualizada, os sujeitos que remeteram correspondências a Getúlio Vargas representavam diferentes profissões, interesses, e apresentavam diferente poder aquisitivo. Embora a maioria dos sujeitos apresentasse relatos em que denunciavam sua pobreza, há indivíduos que tiveram acesso à cultura, com boa escolaridade e conhecimento da legislação.

Também se faz interessante percebermos quem são estes sujeitos que escreviam e enviavam missivas ao Presidente da República. Do total de 351 correspondências selecionadas para a realização de nosso estudo encontramos a seguinte relação de remetentes, conforme registrado nos próprios documentos:

---

<sup>33</sup> *Idem.* P. 5.



A partir da visualização do gráfico e considerando-se o contexto político e social do período do Estado Novo, temos a representação da forte presença da figura paterna. A ideologia estado-novista defendia que a família estivesse estruturada sob a égide da figura paterna. Da mesma forma, a sociedade brasileira era caracterizada pela força da paternidade e da masculinidade.

A interpretação que fazemos do gráfico deve considerar estes fatores. Nesta direção, percebemos a grande participação dos homens no envio de correspondências ao Presidente da República. Do total de 351 missivas selecionadas por nós, temos os homens remetendo 267 cartas. Destes, apenas 3 eram viúvos e pais de família, 61 eram homens que não relataram seu parentesco com a família que estava exposta na fonte e 203 afirmaram ser chefe de família.

O fato de tantos pais e homens escreverem missivas pode ser resultado de diversos fatores. Reproduz a questão cultural da posição hierarquicamente destacada do homem dentro da família e da sociedade. Pode também refletir um maior domínio da escrita dos homens frente às mulheres.

As mulheres têm uma participação bem menor, sendo responsáveis pelo envio de 76 petições. Destas 58 identificaram-se como mães, sendo que metade delas são viúvas. Outras 18 não nos forneceram informações que possibilitassem descobrir sua relação com a família descrita na missiva.

Nossa análise da fraca presença feminina entre os missivistas é resultado da análise apresentada frente à presença marcante de homens na escrita das cartas. As mulheres tinham uma posição social inferior à do homem e, por isso, em menos casos se tornam o arrimo da família. Portanto, como social e culturalmente o homem é tido como o responsável por sustentar seu núcleo familiar, enquanto a esposa faz pequenos serviços para terceiros e cuida da casa, os casos em que as mulheres se tornam responsáveis pela manutenção da família são quantitativamente menores àqueles em que os homens assumem esse papel. Deste fato decorre a presença de um número 9 vezes maior de mães viúvas escrevendo petições em relação ao número de pais viúvos.

A presença de indivíduos que não relataram qualquer ligação familiar com as famílias cujas histórias estavam expostas nas missivas, leva-nos a considerar a hipótese, confirmada na leitura e análise das fontes, de que havia terceiros que escreviam as correspondências de forma manuscrita ou datilografada. Indivíduos que não sabiam ler ou escrever eram uma realidade na sociedade brasileira do período do Estado Novo. Portanto, se necessitavam enviar uma correspondência ao Presidente da República, pediam auxílio a terceiros, amigos, vizinhos, prefeito, escrivão, que o fazia em troca de dinheiro ou pelo simples fato de lhe ter sido pedido.

As missivas eram enviadas de todas as partes do Brasil, sendo representativas das cinco macro-regiões nacionais. Há correspondências originárias de quase todos os estados nacionais. No entanto, há grande desequilíbrio quantitativo entre estados.

A análise da procedência das cartas aponta que, de um total de 351 correspondências, dois estados (São Paulo e Rio de Janeiro) foram responsáveis pelo envio de 104 missivas. Deste montante, temos que 42 são oriundas do estado paulista e 62 eram fluminenses. Essa amostragem é compatível com a importância política inerente a estes estados no período estado-novista. São Paulo era o território que concentrara as terras cafeicultoras e as elites responsáveis por sua produção. Por outro lado, também temos o fato de São Paulo ter concentrado

grande poder político por ser um dos estados da política do café com leite – política que sofreu forte revés com a ascensão de Vargas ao poder.

O universo de cartas enviadas a partir do estado do Rio de Janeiro, unidade federativa que desponta como aquela que enviou a maior quantidade de missivas ao Presidente Getúlio Vargas é resultado da condição de capital federal desfrutada pela cidade do Rio de Janeiro. A concentração de poder efetuada por Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo, é referência importante quando analisamos este dado, já que o homem que representava o ideal de nação brasileira, de brasilidade, residia nesta cidade a propagar seu poder, suas ordens a toda a nação.

Outro estado nacional que demonstrou sua relevância na sociedade brasileira do período, através do número de correspondências enviadas ao representante da nação, foi Minas Gerais. Totalizando 58 epístolas enviadas a Getúlio Vargas, esta unidade federativa desponta como a segunda maior emissora de cartas ao governo federal dentre o universo pesquisado.

A gama de missivas enviadas a Getúlio Vargas é, portanto, sintomático da posição política nacional desfrutada por estes três estados, e em grande medida, corresponde à participação e importância dos demais estados da federação. Além disso, compreendemos que estes números refletem a maior ou menor relação e proximidade dos diferentes estados brasileiros com a política e com Vargas em particular, devido à proximidade geográfica, à propagação das políticas estatais nos periódicos regionais e programas radiofônicos locais. Podemos inferir que a maior proximidade relacional com a capital federal desdobrava-se numa maior facilidade de obtenção e propagação de informações sobre as ações e políticas estatais, o que, em certa medida, auxiliaria na justificação quanto à supremacia destes três estados brasileiros no envio de correspondências ao poder central.

Podemos apontar ainda a concentração populacional que ocorria nestes estados. São Paulo e Minas Gerais eram os dois estados mais populosos do Brasil, contando respectivamente, com 7.180.316 e 6.736.416 habitantes.<sup>34</sup> O Rio de Janeiro concentrava a quarta maior população do Brasil, somando 3.611.998

---

<sup>34</sup> Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1940.

habitantes, e perdendo a terceira colocação para o estado da Bahia, que possuía uma população total de 3.918.112 habitantes. A partir destes números podemos compreender a grande quantidade de correspondências enviadas por estes estados, os quatro maiores montantes de missivas encontrados dentre a documentação analisada. Uma maior concentração populacional proporcionaria uma maior participação dos habitantes destes quatro estados junto à União, devido ao significativo contingente de possíveis remetentes de epístolas.

Outra questão que se coloca em relação à concentração populacional nos quatros estados acima apontados é a relação lógica que existe entre maior concentração populacional e maior concentração de indivíduos pobres. As migrações internas ocorridas entre os estados do norte e nordeste em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo, que aconteciam desde a década de 1920,<sup>35</sup> provocaram uma grande concentração populacional nas capitais destes estados. A migração, descontrolada tem como características a formação de contingente excessivo de mão-de-obra, o que forma um exército de reserva de trabalhadores para as indústrias e acarreta o empobrecimento destes imigrantes. Além disso, o aumento populacional abrupto e desordenado foge à capacidade de atendimento dos governos municipais e estaduais, que não conseguem organizar uma infraestrutura adequada ao atendimento de grande público no que se refere à educação, saúde, saneamento básico e outros. Nesta direção, a migração também foi importante fator no empobrecimento de grande parcela das populações urbanas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Portanto, havia uma concentração de indivíduos pauperizados nessas capitais, o que, concomitantemente à propagação de políticas assistenciais pelo Estado, provocou grande remessa de missivas por parte da população destes quatro estados.

Os outros estados que são representados nesta amostragem de correspondências que compõem a principal fonte de nosso trabalho são em número de 18, listados abaixo e seguidos de parênteses que informa o total de cartas emitidas por cada uma destas unidades federativas na amostragem de 313

---

<sup>35</sup> GOMES, Angela de Castro. O trabalhador brasileiro. In: *Op. Cit.* P. 161.

que compõem nosso grupo de fontes. Os estados que também enviaram cartas a Vargas, além de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, foram: Rio Grande do Sul (6), Paraná (5), Espírito Santo (7), Mato Grosso (2), Goiás (2), Bahia (37), Maranhão (10), Piauí (10), Ceará (11), Rio Grande do Norte (11), Paraíba (13), Pernambuco (15), Alagoas (8), Sergipe (1), Pará (6), Amazonas (6), Amapá (1) e Acre (1). Outras 37 fontes são cartas enviadas a Vargas e que não possuem informações a respeito de sua origem, do estado e/ou da cidade de onde foi remetida, portanto, não foram contabilizadas entre as unidades federativas nacionais. Somando-se esta última gama de correspondências - sem dados sobre sua origem - às demais enviadas por cada um dos estados representados por nosso universo documental, temos o total de 351 documentos emitidos de diferentes municípios brasileiros ao Governo Federal.

Embora com uma representatividade menor do que os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o estado da Bahia também se destacou frente aos demais quanto à quantidade de epístolas enviadas a Getúlio Vargas. A explicação quanto a este fato pode decorrer do importante passado político e econômico vivido pelo estado baiano. Este histórico está relacionado à política e a relações de poder, já que a Bahia já havia sido o centro da vida política brasileira, perdendo o posto para a cidade do Rio de Janeiro. Esta reflexão nos leva à mesma síntese apresentada anteriormente quanto aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais: a proximidade e as redes de relações estabelecidas entre os baianos e o poder nacional acarretariam um acesso facilitado às informações sobre as políticas assistenciais do Estado Novo, o que estaria concretizado e exemplificado no volume de cartas enviadas a Vargas pelos cidadãos baianos.

Analisando sob o aspecto regional, temos uma distribuição também desigual entre as cinco regiões geográficas que constituem o território brasileiro. Por um lado, temos 162 das 313 correspondências cuja origem nos foi possível identificar, remetidas pela região sudeste, o que representa mais da metade das fontes de que dispomos, ou seja, 52% do total. Em contrapartida, a região nordeste apresenta uma participação próxima aos 37%, contando com 115

correspondências, sendo que o estado da Bahia, sozinho, compreende um terço deste total. A participação da região norte é bem menor, contando com apenas 14 cartas encontradas, o que, em termos percentuais, corresponde a 4% do universo de 313 correspondências cuja origem é conhecida. Por último, temos as regiões centro-oeste e sul contabilizando o mesmo número de epístolas enviadas a Vargas, ou seja, 11 missivas cada uma. Percentualmente, este dado corresponde a 3,5% do total para cada uma dessas regiões.

É evidente, através da observação destes dados quantitativos, o quanto é disforme a participação de cada estado brasileiro e/ou macro região nacional na ação de escrita de epístolas a Getúlio Vargas durante os anos de 1937 e 1945.

Esta evidência vem exemplificar as razões anteriormente apontadas sobre a relevância de cada estado no quadro político e econômico nacional, sua importância na sociedade brasileira do período, e nos leva a levantar um interessante questionamento: haveria maior interesse do Estado varguista em atender um público, ou uma região específica em detrimento das demais ou esses números são resultados de uma maior concentração demográfica e politização das áreas urbanas nacionais, que se concentravam, nessa época, nas regiões sudeste e nordeste do Brasil? O contato facilitado entre o Estado e as principais concentrações urbanas, também poderia ser responsável por uma maior politização e ocorrência de debates nessas áreas, devido à concentração de economias dinâmicas, como o café, de sindicatos e demais ambientes propícios à conversação e reunião de diferentes grupos. Haveria privilégios para as regiões sudeste e nordeste quanto à disponibilização e propaganda destas políticas assistências do período? Os veículos informativos utilizados na divulgação destas ações e políticas estatais eram regionais, ao invés de periódicos nacionais? De que forma se dava a divulgação da assistência social promovida pelo Estado brasileiro?

As respostas a estes questionamentos são encontradas nas correspondências enviadas pelos peticionários. Algumas missivas apresentam em seus relatos, informações sobre os veículos noticiosos através dos quais tomaram conhecimento das políticas estatais de assistência voltadas ao auxílio dos



indivíduos pobres. As cartas que apresentam este tipo de informação não é privilégio de uma ou outra região ou estado brasileiro, pois encontramos referências a informações jornalísticas em missivas provenientes de diferentes regiões do território nacional. Sendo assim, podemos afirmar que a grande quantidade de correspondências enviadas por estados específicos é resultado da proximidade destes com o poder central representado por Vargas. Para melhor esclarecer esta afirmativa e exemplificar na documentação esta afirmação, seguiremos à análise de diferentes missivas.

Inicialmente, podemos apontar a correspondência enviada por Regina S. Bastos, residente no Rio de Janeiro e mãe de 9 filhos, sendo 5 menores e 4 maiores de idade, afirmando que se sentia envergonhada de pensar em escrever ao Presidente da República pedindo por auxílio, porém diz também, ter “se enchido” de esperança ao ler no “Jornal do Brazil de 4 do corrente, um artigo com o titulo Abono Familiar”.<sup>36</sup> Portanto, temos, neste primeiro exemplo, a percepção de que o jornal de circulação nacional era um veículo utilizado para a divulgação das políticas assistenciais propagadas pelo Estado. Percebemos também que, se o objetivo da reportagem sobre o abono familiar era sua divulgação, este foi cumprido.

Da cidade de Encruzilhada chega uma confirmação da importância dos jornais para a propagação das políticas estatais, quando Conceição Borges Braga afirma que “como vi nas columnas de journaes o abono Familiar, venho por meio d’esta solicitar à V. Excia. o meu desejo e necessidade de n’elle partilhar”.<sup>37</sup>

Os periódicos tinham, portanto, importante papel na informação da população sobre as práticas de auxílio voltadas aos pobres durante o período estado-novista. Contudo, não era a única fonte de obtenção dessas informações. Percebemos isto através da correspondência de Adamastor Cerqueira, que foi escrita em cartório da cidade de Além Paraíba, estado de Minas Gerais, onde este residia, mas apenas assinada pelo peticionário:

---

<sup>36</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 401. Ano 1942. Código 18751.

<sup>37</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 401. Ano 1942. Código 22691

Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Digníssimo Presidente da Republica:

Adamastor Cerqueira, brasileiro, casado e residente neste município, vem perante V. Excia. Pedir proteção que lhe deve ser dispensada, por força do art. 124 da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937 (...)

O documento de onde Adamastor retirou as informações através das quais construiu o discurso de pedido apresentado a Vargas foi a própria constituição federal de 1937, documento de domínio público mas que, geralmente, apenas pessoas de maior escolaridade ou voltadas ao estudo das legislações tinham acesso. O uso do texto constitucional para a construção do discurso apresentado na epístola, pode nos levar a considerar a possibilidade de Adamastor não se enquadrar numa categoria economicamente pobre. Contudo, como apresentado anteriormente, nosso conceito de pobreza e de indivíduo pobre não envolve necessária e unicamente a capacidade financeira e o poder aquisitivo do sujeito, mas outras categorias de reconhecimento da pobreza diferentes desta.

Por outro lado, outra interpretação possível é a de que Adamastor não escreveu a missiva de próprio punho. É possível que outra pessoa, letrada e possuidora de conhecimentos legislativos, tenha redigido a correspondência para ele. Outra possibilidade seria a de que Adamastor escreveu a missiva, contudo, tendo recebido ajuda de pessoa com conhecimentos lingüísticos e legislativos correspondentes à menção à Constituição feita na correspondência.

Não era apenas o texto da Carta Constitucional de 1937 que servia de fonte de informações para a população sobre as ações assistenciais desenvolvidas pelo Estado getulista, mas outros textos legislativos também se serviam a esta função. Como exemplo desta afirmação temos o pedido de Afonso Ribeiro Machado, no qual encontramos o seguinte: [Afonso Ribeiro Machado] “REQUER lhe seja concedido o Abano Familiar, a que se refere o citado decreto-

lei, que uma vez autorizado se terá feito ato de verdadeira justiça”.<sup>38</sup> Na documentação, Afonso Machado referia-se ao decreto-lei nº 9.816 de julho de 1942, o qual regulamentava o auxílio estatal voltado aos funcionários públicos federais, estabelecendo os requisitos necessários ao peticionário para que este tenha acesso ao auxílio do governo federal.

Outras formas de divulgação também constam dos textos das correspondências, como o boca-a-boca e também a propaganda feita pela prefeitura municipal, que muitas vezes enviava documentos comprobatórios da pobreza vivida pelo remetente. A intermediação de pessoas públicas em prol dos indivíduos pobres é exemplar. Cidadãos sensibilizados pelo sofrimento cotidianamente por enfrentado por conterrâneos tomavam a liberdade de escrever correspondências a Getúlio Vargas pedindo a intervenção deste junto ao núcleo familiar necessitado. É este o caso do documento enviado do município de Afonso Pena, na Bahia, onde temos uma reunião de eminentes cidadãos desta cidade para atuar em favor de uma família pobre e numerosa.

Afonso Pena (Bahia), 9 de Maio de 1940

Exmº Sr. Presidente da Republica.

Confiados nos altos sentimentos generosamente cristãos de V. Exa., vimos solicitar compaixão para uma pobre e numerosa família, agora completamente desamparada com o falecimento de seu chefe.

(...)

Numa Cidade, como a que residimos, sem nenhum estabelecimento fabril, sem uma casa de caridade, como prestar-lhes auxilio e qualquer amparo, senão recorrendo a V. Exa.? É o que fazemos, certos de que chegarão sem tardança, pois não cremos que o Presidente da Republica consinta que no Brasil qualquer de seus filhos sofra os horrores da fome e da miséria.

Queira V. Exa., de já, aceitar a expressão de nosso reconhecimento e de nosso respeito.

João Antonio [ilegível]	- Prefeito
[ilegível]	- Coletor Federal
[ilegível]	- Coletor Estadual
Antonio Ribeiro [Farias]	- Bancário
José Martins [ilegível]	- Negociante

<sup>38</sup>Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 401. Ano 1942. Como Afonso Ribeiro Machado era serventuário, mas não no nível federal, pertencia ao grupo de indivíduos que não se enquadrava nas exigências do decreto. Desta forma, Afonso Machado obteve resposta negativa ao seu pedido.

Clodoalda Marinho Brandão	- Negociante
Padre Edesio Torres	
[ilegível]	- Tabelião
João Borges [ilegível]	- Negociante
José [En]contiliano Juca	- Negociante
Enio Santos	- Escrivão Federal
[ilegível] Campos	- Comerciante <sup>39</sup>

Percebe-se, através da leitura dos signatários da carta enviada em nome de uma família pobre do estado da Bahia, que nem sempre são os pobres que tomam a iniciativa de escrever ao Presidente da República, ou que tivessem informações a respeito das políticas de assistência social praticadas pelo Estado Novo. Podemos inferir também que, pelo fato da mãe de família não ter assinado a correspondência, talvez esta não soubesse da atitude tomada por ilustres concidadãos do município de Afonso Pena em prol de seu auxílio.

Numa inversão dos papéis protagonizados pelo prefeito da cidade e pelo pai/mãe de família, apresentam-se casos em que a autoria da correspondência é do sujeito pobre e o texto demonstra uma aproximação deste com o poder público regional, numa relação de baixo para cima. Ou seja, casos como o de Conceição Carvalho, que afirma em sua carta, que a resposta a seu pedido deve ser direcionada ao prefeito da cidade, contudo, este não assina o documento.

Uruguaiana, 1º de dezembro de 1941  
 Illusº Snr. Presidente da Republica  
 Dr. Getulio Vargas

(...)  
 Qualquer coisa que Vossa Senhoria ordenar pode dirigir ao Prefeito de Uruguaiana Francisco Maria Piquet: para entregar a Vva. Conceição Carvalho, estou com 42 anos. Pedindo-lhe desculpa do atrevimento subscrevo-me agradecida.  
 Da creada obg.<sup>da</sup>  
 Conceição Carvalho <sup>40</sup>

A inversão de papéis ocorrida entre estas duas últimas correspondências é interessante para observar duas formas diversas de relação estabelecidas entre

<sup>39</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276. Ano 1940. Código 11792.

<sup>40</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 336. Ano 1942. Código 35453.

cidadãos locais e o poder municipal estabelecido, entre o indivíduo pobre e aqueles que desfrutam de cargos administrativos.

No primeiro caso, da cidade de Afonso Pena, há provavelmente um relacionamento mais próximo entre o prefeito e a mãe de família pobre e necessitada, pois ocorre uma conjunção de indivíduos social e hierarquicamente importantes em torno daquela família, penalizados e mobilizados pelo sofrimento vivenciado por aquele núcleo familiar e atuando com o objetivo de minorar tal sofrimento.

Por outro lado, a relação estabelecida entre Conceição Carvalho e o prefeito de Uruguaiana, Francisco Maria Piquet, apresenta maiores dificuldades de compreensão e interpretação, visto que a pobre remete a carta em seu nome, assinada apenas por ela. Podemos refletir que, apesar de nomear o prefeito de seu município como aquele a quem a resposta e benefícios esperados do governo federal devam ser endereçados, não havia uma proximidade tão grande entre eles, como se faz transparecer no documento anterior. Surgem, desta percepção, duas interpretações possíveis: Conceição Carvalho não possui uma caixa de correios própria, tendo por isso apresentado o prefeito como destinatário da resposta, utilizando-se de uma estrutura de correio de que não dispunha, ou mesmo a possibilidade de ser difícil o acesso até a residência da remetente, obrigando-a a apresentar outro destinatário para receber a correspondência remetida pelo governo federal; ou então, como segunda interpretação, Conceição Carvalho, enfrentando grandes dificuldades cotidianas, poderia ter se dirigido ao prefeito e dele recebeu autorização para utilizar seu nome na correspondência a ser enviada a Getúlio Vargas.

A dificuldade e mesmo impossibilidade, em percebermos o que de fato poderia ter provocado a nomeação do prefeito da cidade como destinatário da resposta à carta enviada por Conceição Carvalho não diminui a importância das relações verticalizadas percebidas no documento, pois as relações entre camadas distintas da sociedade é que provoca nosso interesse maior. As duas interpretações acima apresentadas são possíveis e viáveis de terem ocorrido, contudo, o texto epistolar não apresenta nenhuma clarificação a respeito destas

hipóteses. As duas correspondências são exemplos do estabelecimento de relações entre indivíduos de diferentes grupos sociais que reivindicam uma melhoria na qualidade de vida, sua ou de outrem, objetivando uma sociedade mais justa e menos desigual, na direção proposta pela ideologia estado-novista.

A busca por melhores condições de vida e igualdade social engloba um universo vasto de possibilidades. Os diferentes tipos de pedidos apresentados nas cartas ao Presidente da República, demonstra a gama de itens que constitui o que é entendido como melhor condição de vida para os indivíduos pobres do Estado Novo. Nos 351 documentos estudados para a realização desta pesquisa encontramos 8 diferentes tipos de demandas, as quais englobam os diversos temas que abarcam o cotidiano desses indivíduos: emprego, moradia, saúde, questões financeiras e outros. No entanto, é importante salientar que a mesma correspondência pode, às vezes, ser classificada como pertencente a diferentes categorias, pois pode apresentar mais de um tipo de demanda. São, portanto, categorias organizativas criadas a partir das informações constantes das missivas, contudo, não são categorias estanques.

As oito categorias dos pedidos recorrentes na documentação apresentam demandas por saúde (S), educação (E), impostos (I), trabalho (T), auxílio para manutenção da família (AM), direitos conferidos pela legislação vigente (L), auxílio na aquisição de moradia (AAM) e convite para batizar membros da prole (BP). Da combinação entre estas diferentes temáticas, temos a constituição de menor parte dos textos epistolares.

Quantitativamente, temos uma divisão bastante equilibrada entre 5 temas, os quais concentram 366 pedidos, dos 416 por mim analisados. O restante do montante engloba os 3 outros temas além das missivas que não apresentaram, em seu texto, nenhum pedido específico ao Presidente. É preciso ressaltar que o número de demandas apresentadas a Getúlio Vargas é superior à quantidade de missivas analisadas. Ou seja, enquanto contabilizamos um total de 416 pedidos apresentados, as correspondências estudadas somam o total de 315 documentos. Esta diferença é decorrente do fato de alguns sujeitos apresentarem mais de um pedido em suas epístolas, o que, logicamente, resulta numa quantificação maior

de demandas em relação às correspondências que as apresentaram a Getúlio Vargas.

Considerando que as 5 temáticas quantitativamente mais significativas sejam saúde, educação, auxílio para a manutenção do núcleo familiar, pedidos referentes a direitos concedidos na legislação vigente e ocupação/trabalho, percebemos que a maior preocupação dos indivíduos pobres girava em torno dos itens que promovem a sobrevivência e o desenvolvimento pessoal. Ou seja, os pobres desejavam a conquista de bens que possibilitariam a melhora imediata de sua condição de vida, como a conquista de um posto de trabalho. Tratamento de saúde que permitisse maior qualidade de vida ou o retorno ao mercado de trabalho assim como facilidades de ingresso em um estabelecimento de ensino, para a conquista futura de melhores oportunidades, são exemplos de pedidos que buscavam o desenvolvimento pessoal e a possibilidade de ascensão profissional e entrada ou retorno ao mercado de trabalho. Auxílios financeiros para a manutenção do núcleo familiar também é uma demanda que aparece significativamente representada nas correspondências, devido aos baixos salários recebidos mensalmente, não sendo suficiente para a manutenção da prole. Temos ainda a demanda por direitos concedidos no decreto da família, cuja principal política era o abono familiar destinado a famílias pobres e numerosas.

Ao analisarmos as principais finalidades dessas cinco demandas mais freqüentes percebemos que os dois principais objetivos a serem alcançados são: um posto no mercado de trabalho e maior disponibilidade financeira para a manutenção da família. Esta percepção, como apontado anteriormente, é também percebida por Jorge Ferreira. Confrontando estes dois objetivos principais com a ideologia estado-novista, percebemos que as demandas são favorecidas pela própria política do regime varguista, já que este era caracterizado pelo diálogo com o trabalhador urbano e pela valorização do trabalho, pois “pelo trabalho o homem conquista a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e a proteção do Estado”.<sup>41</sup> A conquista de uma ocupação era, portanto, o principal meio através do qual o indivíduo via-se incorporado à “nova” sociedade brasileira

---

<sup>41</sup> GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: *Op. Cit.* PP. 126-127.

A família era vista como uma extensão do próprio trabalhador, pois “era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado” já que “era pela família que ele (o Estado) o atingia mais profunda e rapidamente”.<sup>42</sup> Portanto, os principais objetivos das demandas apresentadas pelos pobres condiziam com a ideologia estado-novista, já que englobava as duas principais ferramentas de diálogo deste Estado com a sociedade do período: o homem trabalhador e sua família.

Essa convergência entre as demandas apresentadas pelos pobres nas correspondências remetidas ao Estado e a ideologia do Estado Novo não é resultado de coincidências, mas de políticas criadas pelo governo federal direcionadas ao atendimento específico destes dois objetos principais: o trabalhador urbano e sua família. Há, portanto, a propagação de legislação diversa voltada ao atendimento destas demandas, o que, por sua vez, acarreta no crescimento das demandas apresentadas pelos indivíduos pobres.

Os pedidos apresentados com os objetivos de aquisição de uma propriedade privada também têm forte vinculação com a ideologia estado-novista, já que o Estado reconhecia a importância do acesso dos trabalhadores a uma propriedade privada. Este reconhecimento deve-se ao fato de que, na primeira metade do século XX,

muitas doenças em nossas cidades se propagavam pelas más condições de higiene das moradias populares, o que tornava o trabalhador revoltado e “preguiçoso”. [Por isto] o governo também reconhecia que a casa própria era uma aspiração legítima do trabalhador, que só tinha em vista o bem-estar e a segurança de sua família.<sup>43</sup>

A proteção da família do trabalhador urbano brasileiro era uma presença constante na ideologia e nas práticas do Estado Novo. Essa preocupação era estendida a diferentes âmbitos da vida do trabalhador, englobando o poder aquisitivo, a produtividade dele e de seu núcleo familiar, a saúde necessária às atividades produtivas, o acesso à propriedade privada e o direito à cidadania. Os

---

<sup>42</sup> GOMES, Ângela de Castro. O trabalhador brasileiro. In: *Idem*. P. 158

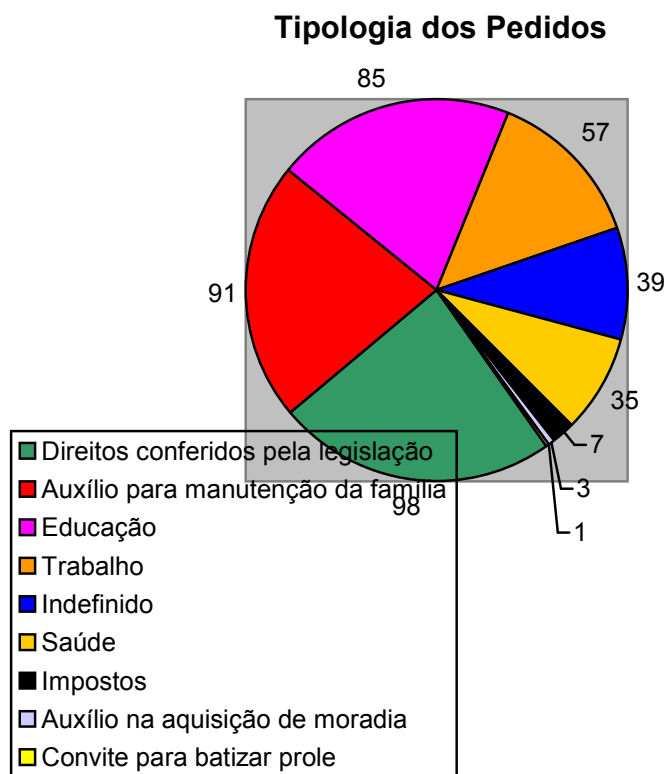
<sup>43</sup> *Ibidem*.



pedidos referentes à manutenção do núcleo familiar e/ou um de seus membros representam a importância que a instituição familiar tinha para o trabalhador e para o Estado. Somando-se a esta demanda temos, no viés financeiro, pedidos referentes à diminuição ou ao perdão de dívidas relacionadas a impostos não pagos ou a serem pagos. Visto que a principal preocupação era a família – tanto por parte do trabalhador, que precisava sustentá-la, quanto para o Estado – o perdão de dívidas tributárias ou a concessão de diminuição no valor dos impostos cobrados, recairia necessariamente na questão financeira, que seria positivamente atingida caso as demandas apresentadas fossem atendidas. Restaria aos pobres uma maior disponibilidade de recursos para o atendimento de suas necessidades cotidianas, como alimentação, vestuário e outras.

A congruência de interesses e a eleição do trabalhador urbano como principal objeto de políticas sociais do Estado, resulta num estímulo estatal pela aproximação entre estes sujeitos, o que é percebido no convite feito ao Presidente da República para batizar o filho de um trabalhador pobre. Apenas num contexto político e social em que houvesse o interesse do Estado, personificado na figura do Presidente Getúlio Vargas, na criação de uma imagem de proximidade entre si e a população nacional, seria cabível tal convite que demandaria uma vinculação entre indivíduo e Estado.

Para fins de visualização e compreensão das demandas apresentadas ao Estado pelos indivíduos pobres do período estado-novista, é interessante a projeção gráfica destas demandas.



Fonte: Fundo Secretaria da Presidência da República.

Para fins de análise, optamos por abordar separadamente cada uma das demandas. Desta forma, procuraremos perceber e compreender as diferentes estratégias utilizadas pelos missivistas na busca por um auxílio estatal. Nossa escolha é decorrente da percepção, durante a leitura e seleção das epístolas, de que os remetentes utilizaram de estratégias diversificadas no objetivo de ver sua demanda atendida. Nossa tarefa e objetivo neste capítulo é perceber as diferentes nuances dos discursos dos peticionários em relação a cada demanda específica e compreender a relação destes discursos com a ideologia estado-novista.

Iniciaremos nossa análise pelas correspondências contidas no conjunto denominado como “indefinido”. A parcela de documentos que foi enquadrada nesta classificação, num total de 39 cartas, caracteriza-se pelo relato das dificuldades cotidianas de seus remetentes, porém, até o término da missiva, não é apresentada nenhuma demanda específica. Constitui-se, portanto, num conjunto documental que não utiliza a prática do envio de correspondências ao Presidente

Getúlio Vargas para apresentar um pedido de auxílio específico, mas para documentar as dificuldades cotidianas enfrentadas pelo solicitante. O fato destas correspondências não apresentarem demandas específicas ao governo federal não representa, em nosso entender, o desconhecimento dos indivíduos pobres a respeito das políticas assistencialistas promulgadas pelo Estado, mas a tentativa de sensibilizar o poder central a fim de ver-se auxiliado por qualquer uma das políticas assistenciais existentes. Outra interpretação possível pode ser a dificuldade dos sujeitos em manifestar de forma clara uma demanda. Essa interpretação é plausível, visto que alguns peticionários apresentam informações sobre serem analfabetos e também por uma significativa quantidade de missivas pedir por auxílio referente à educação. Este pedido pode denotar dificuldade de parcela dos missivistas a estruturarem de forma clara um texto onde exponham uma demanda específica.

A fim de exemplificar este conjunto de correspondências que não apresentam nenhuma especificação a respeito de quaisquer demandas, expomos a epístola de Manoel Vieira dos Santos:

Itapetininga 23 de Janeiro de 1941. <sup>44</sup>

Exmo. Snr.

Dr. Getúlio Vargas

Respeitosas Saudações

Tomo a liberdade de escrever estás ligeiras palavras com grande prazer para V. Ecia, saber que o cabloco brasileiro é bem forte! Entre muitos e muitos outros destaca-se a obscura pessoa de Manoel Vieira dos Santos, que sou eu: Com muita honra quero que V. Ecia saiba que nasci no Bairro do Registro velho município de Itapetininga E. de São Paulo, no dia 4 de Dezembro de 1859, e de cor branca.

Casei-me com Anna Maria de Jesus, a qual nasceu no Bairro do Ribeirão Bonito município de Tatuhy do mesmo Estado dia 18 de Julho de 1868. Dia 3 de maio de 1941 completou 58 annos de casado. Resultou deste causório 12 filhos, temos 108 netos, 23 netos casados, 84 bisnetos, e baptisamos 132 creaturas que vieram ao mundo; tudo isso agradecendo a Nosso Senhor Jesus Christo.

Aguardando um gesto amigo de piedade, para o humilde servo.

Manoel Vieira dos Santos  
Rua aristides Lobo 165.

---

<sup>44</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276. Ano 1940. Código 2641.

O missivista Manoel Vieira dos Santos apresenta um relato da constituição de sua família, destacando a fertilidade e a quantidade de descendentes que possui, como forma de confirmar o quanto o “cabloco brasileiro é (...) forte” e quanto ele, “obscura pessoa”, se destaca “entre muitos e muitos outros”. Embora Manoel não faça nenhum pedido específico, afirma aguardar um gesto de piedade.

A numerosa prole enquadra o peticionário no ideal estado-novista. Conforme apresentado no capítulo anterior, o Estado incentivava a natalidade, para fins de obtenção de mão-de-obra para a terra e para as indústrias. A política de natalidade do Estado Novo é apontada por Ana Paula Vosne Martins quando a autora apresenta os parâmetros de redução do montante da dívida dos empréstimos matrimoniais relativo ao número de filhos do casal. O incentivo ao matrimônio e o atrelamento da diminuição das dívidas feitas em prol da realização do matrimônio é apontado por Martins na música de Ataulfo Alves, onde se lê que “quem for pai de quatro filhos o presidente manda premiar”. A redução no montante da dívida destaca Martins, acontece da seguinte forma: “com o nascimento dos filhos do casal na proporção de 20% para o primeiro filho, 20% para o segundo filho, 30% para o terceiro e a extinção da dívida com o nascimento do quarto filho”.<sup>45</sup>

Atrelando o crescimento populacional através do incentivo à natalidade, com a redução de dívidas e o incentivo ao matrimônio, Vargas desenvolve um discurso moral e religiosamente legitimador do regime. Desta forma, atendia aos anseios da população, que poderia ter o desejo de oficializar a união através do matrimônio - mas que não possuía meios financeiros pelos quais fazê-lo - com a necessidade de povoamento do território nacional e da criação de mão-de-obra.

Manoel Vieira dos Santos não qualifica a ocupação que tem, portanto não podemos descobrir qual sua atividade profissional. No entanto define-se como um “caboclo brasileiro”. Esta auto-definição é interessante, pois o caboclo é conhecidamente, o sujeito que habita o interior nacional, o campo. Nessa direção

---

<sup>45</sup> MARTINS, *Op. Cit.* P. 9.

podemos apontar a convergência da definição do missivista com a ideologia estado-novista, na medida em que o regime ditatorial havia definido o bandeirante como um dos símbolos da identidade nacional.<sup>46</sup> O papel do bandeirante era o de povoador do território nacional, portanto, a denominação utilizada por Manoel transpirava a idéia de que ele seria um desses bandeirantes ocupando o interior brasileiro, indo ao encontro da política demográfica estabelecida pelo regime.

Ao ressaltar que é “obscura pessoa”, Manoel procura demonstrar uma posição hierarquicamente inferior à de Getúlio Vargas e, na mesma direção, salientar o poder que emana do Presidente ao colocar-se como seu “humilde servo”. Ao mesmo tempo em que afirma ser uma pessoa comum, se destaca “entre muitos e muitos outros”. A característica pela qual Manoel se destaca dentre os demais caboclos fortes brasileiros deve-se à sua prolífica família. O missivista sabe que poucos são aqueles que possuem uma família tão numerosa, composta de diversos filhos, netos e bisnetos. Merece destaque também o fato de Manoel estar casado há 58 anos. Segundo as Constituições de 1934 e 1937, a família que fosse constituída pelo matrimônio indissolúvel seria alvo de proteção estatal e estaria de acordo com os ideais católicos. Nesta direção, a família de Manoel atendia aos objetivos estatais e eclesiásticos, pois era numerosa e formada a partir do matrimônio indissolúvel, pois que durava já 58 anos.

Temos ainda o fato do peticionário escrever em sua correspondência que é de cor branca. Esta referência, que à primeira leitura pode parecer fora de contexto e sem objetivo, pode ser analisada de forma a relacionar-se com o período estudado. O missivista reproduz um estigma existente na época, onde os indivíduos brancos são vistos como sujeitos afeitos ao trabalho, resultado mesmo da imigração de europeus ao país, enquanto que os negros, reproduzindo um estigma do período escravocrata, seriam indivíduos resistentes ao trabalho. Esta questão pode ser vista como uma permanência do imaginário eugenista de branqueamento. Ao destacar a cor de sua pele, o remetente poderia objetivar a concessão de maior atenção e breve atendimento para sua epístola. Tendo em vista que ele é um sujeito que se destaca entre tantos outros brasileiros,

---

<sup>46</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. In: *Op. Cit.* P. 85.

poderíamos compreender que uma das formas pelas quais o missivista se destaca se deva à coloração de sua epiderme.

Percebemos, através da análise da correspondência enviada por Manoel Vieira dos Santos, que embora algumas correspondências não apresentassem demandas, elas poderiam ressaltar, em seu texto, características portadas pelo remetente que lhe possibilitassem ser alvo das políticas assistenciais existentes. Mais do que isso, o texto da missiva, embora não apresentasse qualquer demanda específica poderia, através das informações nela contida, destacar o remetente e seu núcleo familiar frente aos inúmeros pedidos enviados a Getúlio Vargas.

A correspondência de Manoel era favorável ao atendimento, pois apresentava inúmeras características de seu núcleo familiar que eram condizentes com o ideal de cidadão brasileiro que o Estado Novo desejava. Portanto, embora não apresentasse nenhum pedido específico, Manoel podia, através do texto formulado, ver-se assistido pelo Estado, pois atendia aos ideais estado-novistas relacionados à família, ao “homem novo” e à política demográfica que vigorava no período.

Tal é a convergência entre a vida de Manoel e a família composta por ele e Anna Maria de Jesus que sua correspondência obteve o seguinte despacho: “a situação do missivista poderá ser objeto de providencias oficiais, uma vez expedida a lei de proteção à família”.

A resposta obtida por Manoel Vieira dos Santos referencia um decreto-lei assinado por Getúlio Vargas em 1941 e que, a partir de diferentes prismas e temáticas, preocupava-se em legislar sobre a família brasileira e as formas de assistência que esta poderia receber. O preâmbulo deste texto legislativo “dispõe sobre a organização e proteção da família”.<sup>47</sup>

A correspondência de Manoel recebeu a resposta referente aos artigos 28 e 29 deste decreto. Estes artigos discorrem sobre o Abono Familiar. No artigo 28 temos que este abono era uma contribuição mensal da União às famílias pobres e

---

<sup>47</sup> Decreto-Lei N. 3.200, de 19 de abril de 1941. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 19 abr. 1941.. Preâmbulo.

numerosas cujo chefe de família, quando funcionário público, na ativa ou aposentado, recebesse, “por mês, menos de um conto de réis de vencimento, remuneração, gratificação, provento ou salário”.<sup>48</sup> O valor do abono variava entre “vinte mil réis por filho, se a retribuição mensal, que tenha, for de quinhentos mil réis ou menos, ou de dez mil réis, observada a disposição mensal for de mais de quinhentos mil réis”.<sup>49</sup>

Já no artigo seguinte, de número 29, temos as especificações da concessão do abono “ao chefe de família numerosa, não incluído nas disposições do artigo precedente, e que, exercendo qualquer modalidade de trabalho, perceba retribuição que de modo nenhum baste às necessidades essenciais e mínimas da subsistência de sua prole”.<sup>50</sup> A estes sujeitos, que não eram funcionários públicos, havia a concessão mensal do “abono familiar de cem mil réis, se tiver oito filhos, e de mais vinte mil réis por filho excedente”.<sup>51</sup>

Considerava-se família numerosa aquela que compreendia “oito ou mais filhos, brasileiros, até dezoito anos de idade, ou incapazes de trabalhar, vivendo em companhia e a expensas dos pais ou de quem os tenha sob sua guarda criando e educando-os à sua custa”.<sup>52</sup>

Tendo em vista que a família de Manoel Vieira dos Santos é constituída por 12 filhos, os quais lhes deram 108 netos e 84 bisnetos, podemos, sem dúvidas, considerá-la numerosa. Contudo, o missivista não conquistou qualquer assistência imediata, pois que teria de aguardar a expedição da lei da família. Esta lei é o Abono Familiar promulgado em 1941. No entanto, mesmo após ser promulgado, este decreto sofreu alterações, o que levou à votação de nova legislação sobre o tema. Esta nova definição a respeito da Lei da Família

---

<sup>48</sup> *Idem.* Artigo 28.

<sup>49</sup> *Ibidem.*

<sup>50</sup> *Idem.* Artigo 29.

<sup>51</sup> *Ibidem.*

<sup>52</sup> *Idem.* Artigo 37.

aconteceu em 22 de abril de 1943, no decreto 12.299, que “Regulamenta o art. 29 do decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941”.<sup>53</sup>

Grande parte das correspondências enviadas ao Presidente Getúlio Vargas e selecionadas para a realização de nosso estudo obtiveram respostas referentes ao Decreto-lei 3200. Estas respostas não eram apenas referentes ao Abono Familiar, já que não era esse o único assunto sobre o qual os peticionários escreviam. Há demandas relativas à educação, saúde, impostos, habitação e outros. As respostas do Estado aos pedidos apresentados nas cartas são resultado, em geral, de consultas à legislação existente. Ou seja, pedidos relacionados a questões previstas na legislação tinham maior probabilidade de serem atendidos. Como afirma Ferreira, “em geral, a variável central para o atendimento ou não dos pedidos era a legislação em vigor. O que não significa ausência de arbitrariedades, e sim, que a referência à legislação justificava as decisões da burocracia”.<sup>54</sup>

Sigamos nossa análise das diferentes categorias de pedidos encontradas. As fontes que apresentam pedidos referentes à legislação somam um total de 98 casos. Os textos destas fontes apresentam referências aos decretos e artigos da constituição seguidos dos pedidos dos autores em prol de sua família. Iniciaremos nossa análise pela correspondência de Francisco Edgar de Macedo.

Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas<sup>55</sup>

A Constituição de 10 de novembro e o recente projeto de decreto que ampara as famílias de proles numerosas, deixam á evidência o interesse de v. exc. pela situação do pater familie, o que, com o devido respeito, me anima expor a v. exc. o meu caso, em síntese, na esperança de ser atendido.

Mantenho uma prole de desenove (19) filhos, posto que sejam 9 de matrimonio e 10 com outra mulher solteira, professora normalista, sahida dentre sua familia, para ser mãe, muito digna de dez brasileiros que já se incluíram no recenseamento demografico que se realiza.

(...)

<sup>53</sup> BRASIL. Decreto 12299, de 22 de abril de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 22 abr. 1943.. Preâmbulo.

<sup>54</sup> FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*. P. 79.

<sup>55</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276. Ano 1940. Código24520.



Assim, suporto eu só, sem qualquer ajuda ou auxilio, o peso da subsistencia diaria, de vinte e oito (28) pessoas, inclusive serviçaes, uma pequenina parenta orfã e eu.

(...)

... conto apenas com 650\$000 mensaes, liquido de meus vencimentos do tesouro do Estado, como promotor publico em disponibilidade.

Advogado titulado em direito (...)

Ao grande Presidente Getulio Vargas suplico o seu valioso amparo para me ser concedida uma colocação e a meus filhos, de que me resulte os recursos suficientes para a subsistência modesta dos meus, sem tanta aflição e sacrificio.

É um apelo extremo ao Chefe da Nação e que vae d'um coração de pae a outro coração de pae.

Belém do Pará 7 de outubro de 1940

Francisco Edgar de Macedo

Rua P<sup>e</sup> Prudencio 353

ou

Redação da Folha do Norte

O missivista Francisco Edgar de Macedo, formado em direito, promotor público e funcionário do jornal Folha do Norte, considera-se um indivíduo pobre e passível de ser enquadrado como merecedor da assistência do Estado decretada através de seus textos legislativos: a Constituição Federal de 1937 e o decreto-lei 3.200 de 1941. Conhecedor destes documentos, devido inclusive, à sua formação e profissão, Francisco de Macedo utiliza-se de vários argumentos para legitimar-se frente ao Estado e conquistar os auxílios que pleiteia.

Pai de 19 filhos, resultantes de duas uniões, uma oficial e outra extra-conjugal, o pobre demonstra fazer jus ao decreto-lei 3.200, pois possui mais de oito filhos menores de idade. Somando-se às proles as duas mães, o próprio missivista e a órfã, temos um total de 23 indivíduos, o que, confrontado às informações contidas na epístola, demonstra que haviam 5 empregados trabalhando para as famílias, fazendo-se assim, o total de 28 indivíduos a serem diariamente alimentados com a remuneração de Francisco de Macedo. As dificuldades enfrentadas são resultado de um salário de 650\$000 que, por ser menor do que o um conto de réis especificado no decreto 3.200, torna o missivista e suas famílias adequadas ao recebimento do auxílio dispensado pelo Estado.

O peticionário deseja conquistar a indicação de si próprio e de seus filhos maiores de idade para uma colocação, a fim de receber remuneração condizente com as necessidades dos dois núcleos familiares mantidos pelo sujeito. Utilizando,

na sua argumentação, elogios à Vargas e às políticas assistenciais do Estado Novo, destacando a preocupação do novo Estado brasileiro no atendimento aos pais de família, Francisco ainda utiliza-se do fato de Getúlio Vargas ser pai para, assemelhando-se a ele, tentar sensibilizá-lo com a frase final: “é um apelo extremo ao Chefe da Nação e que vae d’um coração de pae a outro coração de pae”.

Cabe lembrar que o missivista também se remete, em sua epístola, ao texto constitucional do Estado Novo, destacando, também neste texto legislativo, a importância das políticas de assistência à família. A Constituição se antecede à criação das políticas assistenciais específicas que se seguiram durante o período estado-novista, evidenciando as preocupações estatais com a questão social no Brasil. Esta antecipação do texto constitucional levou Francisco de Macedo a citar este documento legislativo em sua missiva, fato que se repete em outras epístolas.

O mais interessante na análise deste documento não é seu texto, mas as informações do documento interno do Ministério da Educação e Saúde Pública – órgão responsável pela liberação dos abonos familiares e outras políticas assistenciais referentes a estes dois universos: educacional e medicinal. Estes trâmites internos serão a base da resposta enviada a Francisco de Macedo:

Sr. Presidente:

A concessão de amparo oficial às famílias numerosas se tornará efetiva uma vez baixada a lei que regulará a matéria.

Esse amparo, entretanto, deverá subordinar-se, entre outras, a condições de ordem moral.

Respeitosamente,  
Capanema

16.11.40

O ministro da Educação e Saúde Social, Gustavo Capanema, não menciona neste documento, se Francisco e suas famílias fazem jus às legislações por ele apontadas, mas de certa forma, decide pela negativa às demandas feitas. Esta conclusão é baseada na afirmação de Capanema de que, o amparo prestado pelo Estado deverá ser subordinado “a condições de ordem moral”. Ou seja, além do indivíduo que apresenta sua demanda necessariamente preencher as prerrogativas expressas em lei, para ser um candidato real ao auxílio estatal,

também deve demonstrar que não possui qualquer desvio moral. Neste ínterim, temos que, embora Francisco de Macedo preencha em seus dois núcleos familiares as especificações determinadas nos textos legislativos, sendo estas ganhos mensais inferiores a um conto de réis e uma prole constituída por 8 ou mais filhos menores de idade, seu pedido provavelmente não será encaminhado para atendimento.

A possível negativa decorre do fato de Francisco de Macedo ser chefe de duas famílias, portanto desrespeitador de uma das especificações do artigo 124 da Constituição de 1937, onde lemos que “a família constituída pelo casamento indissolúvel está sob a proteção especial do Estado”. Embora tenha afirmado que seus 19 filhos já haviam sido cadastrados no censo demográfico, o que vai ao encontro da política demográfica do Estado Novo, Francisco de Macedo torna-se inapto a receber assistência do Estado ao possuir duas famílias, uma legitimada pelo casamento e outra ilegítima.

Um dos objetivos do Estado Novo era incentivar a natalidade, mas esta deveria estar relacionada ao casamento. Não há separação entre casamento e prole, pois o homem novo deveria ter qualidades morais. Macedo demonstra não possuir uma das qualidades morais necessárias ao homem novo, qual seja o respeito à instituição da família, tão importante para a ideologia estado-novista, alicerce do ideal de trabalhador.

O missivista preenche os requisitos legais para recebimento de assistência social do Estado, no entanto, não preenche os requisitos morais. Tendo em vista o que afirmamos anteriormente: que o texto constitucional antecipou-se às políticas assistenciais criadas após 1937, assim como a defesa dos valores cristãos pela ideologia estado-novista; temos que Francisco Edgar de Macedo não complementa as especificações da legislação de assistência às famílias pobres e numerosas, não podendo receber os auxílios requeridos.

Seguindo esta interpretação, temos que a moral e os valores cristãos teriam sido utilizados pelo Estado como forma de negar a assistência demandada na correspondência enviada à Secretaria da Presidência da República. O cristianismo, no entanto, é parte da identidade nacional, como afirma o discurso

ideológico do Estado Novo, e portanto, pode ser utilizado pelos missivistas a fim de legitima-se frente ao Presidente da República e assim conquistar as demandas apresentadas por meio das cartas. Este é o caso de Arlindo Carneiro <sup>56</sup>, morador pobre do município de São Paulo. O peticionário inicia sua correspondência com um trecho da Constituição de 1937:

19.3.41

Exmo. sr. dr. Getulio Vargas.  
M.I. PREZIDENTE DA REPUBLICA.

A família, constituída pelo casamento indissolúvel, este sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção de seus encargos. (Constituição Federal, art. 124).

O peticionário escreve ao Presidente da República a fim de ver-se assistido de forma a minorar o sofrimento e as dificuldades cotidianamente enfrentadas por um “humilde profissional”. Há, nesta direção, o missivista se colocando como trabalhador, como um dos interlocutores do Estado Novo e, portanto, merecedor de seu auxílio.

Porém, a intenção inicial da correspondência era o pedido de promulgação e regulamentação “da pagina mais brilhante da nova Constituição da Republica”, ou seja, pressionar o Estado a tomar as medidas cabíveis para colocar em prática a assistência social mencionada no artigo 124. Porém, o discurso apresentado por Arlindo Carneiro não é apenas para elogiar e pressionar o Estado, mas também para criticá-lo.

O julgamento feito por Arlindo demonstra capacidade apreciativa, tanto quanto à burocracia estatal do regime anterior como na construção de uma crítica ao regime do Estado Novo. O sujeito apresenta argumentos explicativos para o fato de ainda não ter havido a “regulamentação especial” de tal artigo constitucional ao mesmo tempo em que faz suas críticas, através da afirmação de “que devido aos entraves, e dificuldades criados pelo espirito rotineiro, formalistico, que dominava a mentalidade dos juizes do antigo regime, salvo

---

<sup>56</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276. Ano 1941. Código 8774.

honroz as eceções, o dispositivo expresso do art. 124 da Constituição Federal torna-se-a letra morta”.

Arlindo Carneiro justifica a não regulamentação do artigo pela existência de entraves existentes na mentalidade dos juízes do antigo regime. Ao finalizar sua frase com a assertiva que classifica o dispositivo expresso pelo artigo 124 do texto constitucional de 1937 como “letra-morta”, o remetente demonstra sua insatisfação com a esfera pública do Estado Novo. Para o missivista, a esfera pública estado-novista estaria no mesmo patamar daquela do antigo regime, já que os mesmos juízes de espírito rotineiro do antigo regime se mantinham nos mesmos cargos durante o regime ditatorial varguista. Nesta direção, temos uma crítica múltipla sendo apresentada ao Estado, embora esta tenha sido feita “com maior respeito a magistratura brasileira”.

O peticionário, insatisfeito quanto à ausência de ação referente ao artigo constitucional que lhe despertou interesse, segue seu texto apresentando a Getúlio Vargas as formas através das quais seria possível regulamentar tal política. A solução para tal morosidade do Estado é, nas palavras do peticionário, que se “decretasse Assistencia Social a favor do requerente” a partir da emissão de ordem judicial que comprovasse sua necessidade de auxílio. Este processo seria precedido da prestação de “informações necessarias sobre a situação do requerente” e, posteriormente, seguido pela apresentação de pedido de auxílio do requerente “ao poder competente, União, Estado, Municipio, pedindo que lhe fosse concedido o beneficio da Assistência Social”. Cabe ainda ressaltar, que todo este processo seria livre de “formalidades inúteis, que exige o processo da justiça gratuita”.

A assistência social de que trata sua correspondência seria a obtenção de benefícios referentes à assistência nas áreas da saúde, educação, internamento, isenção tributária, pensão e outros mais que, como sabemos, posteriormente foram os objetivos da assistência social veiculada através do decreto-lei 3.200 de 1941. Este documento legislativo, contudo, ainda não havia sido promulgado no contexto de emissão da correspondência de Arlindo ao Presidente Getúlio Vargas, o que só ocorreria com o Decreto 12.299 de 1943. Os tipos de assistência social

listados pelo peticionário são, ao final da carta, por ele mesmo categorizados como sendo de “caridade cristã.”

No momento em que Arlindo Carneiro menciona a caridade cristã como um fim dos “governos bem intencionados pela cauza publica”, percebemos a construção de um discurso legitimador do pedido apresentado, sendo baseado na utilização de discursos emitidos pelo próprio Estado. Arlindo se aproxima da ideologia estado-novista, que proclama a importância dos valores cristãos para a construção de uma nova sociedade brasileira, como forma de autorizar suas críticas frente à burocracia estatal e defender o atendimento de sua demanda, já que os bons governos, cristãos, são aqueles que auxiliam os indivíduos carentes, de “forma que o pobre, o necessitado pudesse viver amparado pelo Estado”.

Assim como Arlindo, outros missivistas também escreveram ao Estado criticando-o. É o caso de Vivaldo Vieira d’Aguiar,<sup>57</sup> morador do município de Campo de Maria Paula, que escreveu em 12 de Agosto de 1940 sua segunda correspondência ao presidente. Em sua petição Vivaldo afirma ter se inscrito em setembro de 1939, “na Lei de Auxilio á Família Numerosos, e, de então, não mais tive noticias do assumto”.

Além de criticar de forma sutil a ausência de informações sobre a política de auxílio à família numerosa, o peticionário ainda afirma não resistir mais a “trabalhos pesados e pelas Leis vigentes, a minha idade e o meu estado de saúde, não me permitem concorrer a um emprego...”. Portanto, a crítica de Vivaldo perpassa a ausência de informações e de atendimento pela Lei da Família ao mesmo tempo em que critica a legislação estatal que lhe dificulta assumir funções que não sejam pesadas para seu corpo, que já gastou todas as suas “energias nas lutas do passado e sobre quem ainda pesam responsabilidades do futuro”.

As missivas que requerem assistência através da menção ao texto constitucional de 1937 ou a legislações diversas seguem um padrão. Geralmente iniciam elogiando Getúlio Vargas ou o governo do Estado Novo pela sua preocupação em assistir indivíduos e famílias empobrecidas e necessitadas. Num

---

<sup>57</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 243. Ano 1940. Código 19691.

segundo momento, passam a buscar formas de legitimar suas demandas exaltando seus próprios feitos em relação ao que o ideal estado-novista defende: seja o trabalhador, seja o procriador. Ao finalizarem, apresentam-se como criados, servos, admiradores de Vargas.

O fato de ser um Estado ditatorial, no entanto, não impedia que críticas surgissem emaranhadas nos textos estruturados com a intenção de elogiar e apresentar demandas ao governo.

O objetivo final das fontes que apresentam apontamentos sobre os textos legislativos é, em grande maioria, a obtenção de reforço financeiro para minorar os esforços na manutenção da família. Este objetivo, contudo, não aparece apenas nas correspondências que apresentam extratos das leis vigentes no país. Grande número de missivas que buscavam formas de manutenção facilitada de seu núcleo familiar o faz sem mencionar os textos legislativos. Este conjunto de fontes soma um total de 91 correspondências dentre o montante selecionado para a realização de nosso estudo e encontra-se denominado como Auxílio Manutenção.

O telegrama de Oto Fuber, habitante do Rio Grande do Sul é exemplificador:

1942 JUN

20

Procedência Porto Alegre – Rs.

Endereço Presidente Getulio Vargas.

Rio, Df.

Congratulando-me com feliz restabelecimento V. Excia., comunico minha senhora, Augusta, deu luz na maternidade Mario Tóta Porto Alegre, 3 crianças sexo masculino e peço que nomes meninos sejam dados por V. Excia. Sendo humilde operário das obras do Aéroport Federal de Porto Alegre, do Ministério da Aéronautica; e não tendo recursos para criá-los; nem educá-los, peço a V. Excia que os ponha á guarda do Govêrno. Ao todo, temos 5 filhos, sendo eu e minha esposa brasileiros do Rio Grande. Respeitosos cumprimentos.

Oto Fuber.<sup>58</sup>

O operário Oto Fuber escreve ao Presidente tratando-o apenas por V. Excia, o que comparado aos exemplos anteriormente dados, denota respeito do

<sup>58</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 401. Ano 1942. Código 16998.

pobre para com Getúlio Vargas, mas também demonstra simplicidade no tratamento mais direto utilizado pelo autor do telegrama, dado que opta por apenas um pronome de tratamento. O motivo pelo qual Oto Fuber escreve ao Presidente também se destaca, pois é uma motivação pessoal que demonstra confiança de Oto no mandatário brasileiro: o convite para que o Presidente da República escolha o nome de seus filhos. Este convite traduz-se, aliás, no único exemplo encontrado e classificado, dentre as fontes selecionadas e apresentadas em nosso gráfico, como um pedido para batizar a prole.

A escolha dos nomes dos filhos é um momento pessoal e importante dos pais e familiares dos recém nascidos. Ao abdicar de tal escolha, transferindo-a, através de um convite, ao Presidente da República, Oto demonstra grande confiança em Vargas. Além disso, a personalidade do telegrama também pode ser percebida na apresentação que Oto faz de sua esposa, colocando apenas seu primeiro nome, Augusta, sem maiores apresentações precedentes ou posteriores.

O convite feito por Oto Fuber nos leva a refletir sobre a questão do apadrinhamento. Esta relação, que ao se estabelecer aproxima dois sujeitos ou dois núcleos familiares, visa, por um lado, homenagear o padrinho pela escolha feita em seu nome, e por outro, buscar proteção e, às vezes, provimento para o apadrinhado. Sendo Getúlio Vargas uma personalidade de destaque na política nacional e possuindo grande carisma, é natural que seu apadrinhamento seja alvo de desejo de diversos indivíduos, interessados numa proximidade maior e mais informal com o Presidente. O convite de Oto a Vargas demonstra tal interesse, pois se Vargas o aceitasse, estariam firmando um elo entre sua pessoa e Oto, através dos filhos deste.

O tom pessoal e de aparente desinteresse, quase que homenageando Vargas através de um convite de grande responsabilidade, é deixado de lado na segunda parte do telegrama, quando Oto Fuber passa a requerer auxílio estatal para a manutenção e educação de sua prole. Nesta parte do texto, o remetente se assemelha a tantos outros que escreveram ao governo federal demandando auxílios diversos, deixando de ter um diferencial. Oto se apresenta como um “humilde operário”, chefe de um núcleo familiar de sete indivíduos. Oto é



trabalhador e admite não ter recursos pelos quais criar e educar sua prole devido ao repentino crescimento.

O peticionário se dirige sem grandes apelos ao Presidente, tratando-o apenas por um pronome de tratamento e escrevendo a ele de forma objetiva, sem rodeios, contudo, todo o respeito que Vargas desfruta daquele núcleo familiar está representado não pelo pronome de tratamento utilizado, mas pelo pedido, ou melhor, convite feito a Getúlio. Este convite, é por nós compreendido, como uma forma de Oto reforçar sua demanda junto à Vargas, pois reafirmaria a paternidade pública de Vargas junto a seu núcleo familiar.

A manutenção da prole também se fazia um problema para Alvaro Joaquim Teixeira,<sup>59</sup> que residia na cidade do Rio de Janeiro. Breve e objetiva esta correspondência apresenta uma forma diferente de apresentação da demanda, o que nos leva a apresentá-la na íntegra.

III<sup>mo</sup> Snr. D<sup>r</sup> Getulio Vargas  
DD. Presidente da Republica

Eu, Alvaro Joaquim Teixeira, casado, brasileiro, com, quatro (4) filhos pequenos, para sustentalos, e vivendo com dificuldades, divido ganhar pouco, e, alem disto, pedir-vos, um auxilio, para, poder dar o pão a meus filinhos, pois como V. Ex<sup>cia</sup> deve estar ao par dos preços, dos generos alimenticios, e do carvão, que é, o gás do pobre; poderá auxiliar o cego, que vos pede, e tem confiança em V. Ex<sup>cia</sup>, de ser atendido.

Sem mais agradeço a V. Ex<sup>cia</sup>, e tenho fé em Deus, de ser bem sucedido.

Deus vos dê pronto restabelecimento D<sup>r</sup> Getulio.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942  
Alvaro Joaquim Teixeira  
Resido a Rua: César Zame 13 Meyer.

A missiva de Álvaro Teixeira não foi escrita por ele, embora seja uma correspondência manuscrita. Podemos afirmar isto devido ao fato de, no original, a letra que aparece no corpo do texto ser diferente daquela que apresenta o endereço de residência. Esta caligrafia sim, nos parece ser condizente com as informações presentes na carta, de que o peticionário é pobre e cego.

---

<sup>59</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 401. Ano 1942. Código 16615.

O fato de ser pobre e cego é utilizado como forma de sensibilização dos leitores frente à sua demanda. A forma como o discurso foi construído dá a impressão de que Alvaro Joaquim Teixeira está mendigando atenção e assistência. Baseamos esta assertiva na frase em que o missivista afirma que Vargas é conhecedor do alto valor de mercadorias essenciais para a sobrevivência da população pobre, como o carvão e gêneros alimentícios e que, sabedor das dificuldades enfrentadas para a aquisição destes produtos “poderá auxiliar o cego, que vos pede”.

A resposta que Álvaro Teixeira obtém afirma “não ser possível o atendimento de vosso pedido, por falta de amparo legal”. Não há informações a respeito do porquê da petição de Álvaro não ter amparo legal. Confrontando as informações contidas na correspondência com a legislação assistencialista existente no Estado Novo apontamos, como uma justificativa possível para a negação de sua petição, o fato do peticionário não possuir oito ou mais filhos menores de idade ou impossibilitados de trabalhar, mas possuir uma prole composta por apenas 4 indivíduos. Considerando que o Decreto-lei 3.200 define como família numerosa aquela composta por uma prole de 8 crianças menores de 18 anos, temos o fator legal que desabilita Álvaro Teixeira de conquistar o auxílio que pleiteia.

Nesta situação, temos que a estratégia de petição utilizada na correspondência de Teixeira não é relevante para o Estado. O que o define como merecedor ou não da assistência de que afirma necessitar é a constituição familiar que, por não apresentar uma prole constituída por oito indivíduos, mas apenas quatro, o torna impossibilitado de receber amparo, pois não condiz com a estrutura familiar prevista em lei.

Verificamos diversos casos semelhantes ao de Álvaro Joaquim Teixeira. Petições de pessoas que relatam uma vida sofrida, enormes dificuldades para manter a família e educar a prole mas que, por serem famílias formadas por menos de 8 crianças e/ou pessoas incapazes de prover seu próprio sustento, são excluídas das políticas assistenciais pois não condizem com o incentivo à natalidade presente na ideologia estado-novista.

Nossa interpretação é confirmada pelo parecer negativo que Tereza Amaral Fostes <sup>60</sup> recebeu. A missivista afirmava necessitar de assistência, à qual teria “... direito, de acordo com o decreto-lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941”. Viúva e mãe de 6 crianças menores de idade e moradora em Miracema, município de Niterói, a peticionaria não obteve sucesso na sua demanda, pois, segundo o governo, “não fazeis jus ao abono familiar previsto no decreto-lei nº 3.200, por isso que o mesmo foi instituído para os pais que mantenham oito ou mais filhos menores de 18 anos”.

Embora Tereza tenha enviado as certidões originais de seus seis filhos, provando sua idade e a maternidade afirmada, medidas previstas em lei, a missivista não atendia à legislação em vigor, pois não era mãe de oito filhos menores. Em seu artigo Ana Paula Vosne Martins aponta que “apesar da realidade sócio-econômica brasileira apontar para a necessidade de políticas sociais que efetivamente combatessem o pauperismo, a ênfase do decreto-lei foi o incremento da natalidade”. <sup>61</sup> Esta também é nossa interpretação, pois que as correspondências enviadas pelos pais de famílias compostas por menos de 8 crianças eram descartadas das políticas assistenciais previstas no Decreto da Família.

As dificuldades de manutenção da prole também ficam evidentes na missiva de Getúlio Valença. Habitante da cidade de São Bento, “cidadezinha do interior de Pernambuco”, <sup>62</sup> o peticionário afirma ser casado, ter 44 anos, possuir pele branca e ser pai de 11 filhos, sendo que 8 são menores de 15 anos. O missivista afirma atrever-se a escrever a Getúlio Vargas “porque os atos de V. Ex.<sup>a</sup>, como Chefe da Nação, revelam o devotado patriotismo que V. Ex.<sup>a</sup>, vem pondo a serviço do Brasil”.

O remetente afirma que não escreve para “pedir pão, que já está acostumado de tê-lo escasso, mas para pedir instrução para meus filhos, uma vez

---

<sup>60</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 401. Ano 1942. Código 21411.

<sup>61</sup> MARTINS. *Op. Cit.* P. 9.

<sup>62</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276. Código 3938.

que já estou desenganado de o fazer às minhas custas”. A vontade de ver seus filhos instruídos é justificada pelo fato de, mesmo sendo “ninguém, desejo tanto o engrandecimento de minha pátria”. Valença ainda diz ter vontade de fazer seus filhos “químicos, (...) engenheiros, (...) ou qualquer coisa que melhor pudessem servir ao Brasil”.

O nacionalismo e o patriotismo de Getúlio Valença estão evidentes na correspondência, assim como o remetente também saliente esta característica no Chefe brasileiro. Da mesma forma, o peticionário justifica a preocupação em educar sua prole com base no desejo de vê-los servindo bem ao Brasil, pois deseja muito o engrandecimento da pátria.

O fio condutor da correspondência é o nacionalismo. Através desta escolha, o missivista buscou legitimar seu pedido e justificá-lo com base em uma intenção expressa pelo governo ditatorial, que era a construção de uma nação realmente brasileira. Além de colocar-se como um nacionalista, Valença também caracteriza Vargas desta forma, pois percebe nos atos do Presidente seu patriotismo. O nacionalismo que permeia toda a construção do discurso de Getúlio Valença é sua estratégia de apresentação de demanda.

Também é interessante perceber que o peticionário afirma estar acostumado a não ter pão em sua mesa, mas não pede por alimentos pois a preocupação em melhor servir a pátria é o que o move a escrever sua demanda. Da mesma forma como Manoel Vieira dos Santos, peticionário cuja correspondência foi analisada anteriormente, Getúlio Valença também destaca a cor de sua tez: branca. Repetimos nossa interpretação deste fato, pois o compreendemos como uma forma de distinção de Valença frente aos negros que eram vistos sob o preconceito, o qual os relacionava à preguiça, vagabundagem e falta de interesse relativo ao trabalho. Enquanto os brancos eram tidos como trabalhadores e responsáveis.

A missiva de Getúlio Valença obteve a seguinte resposta, emitida pelo Oficial de Gabinete Oscar Chaves, que por sua vez falava em nome do Presidente da República:

Os pais de família poderão fazer jus ao abono familiar, uma vez regulamentado o dispositivo legal referente a essa regalia. Desde já, poderão ainda obter redução de taxas escolares, se estiverem em condições de matricular mais de um filho no mesmo estabelecimento de ensino, de curso normal, profissional ou secundário.

Esta resposta está baseada no Decreto-lei 3.200 de 1941. Este decreto, como afirmado anteriormente, legisla sobre diferentes temas relacionados à instituição familiar, casamento e prole. Entre estes temas, a educação se faz presente. Encontramos, entre as fontes estudadas, 85 pedidos referentes à educação e, da mesma forma que os pedidos anteriormente analisados, estes também terão suas respostas estruturadas com base na legislação vigente. Confirmamos nossa assertiva pela leitura e estudo da fonte abaixo:

...batão, Estado da Parahiba.<sup>63</sup>  
8 de julho de 1941.  
Ex<sup>mo</sup> Snr. Dr. Getulio Dornelas Vargas.

Com devida venia cumprimento V. Ex<sup>cia</sup>

Em face do vosso decreto de 19 de Abril do corrente anno, sobre amparo a familia numerosa, tomo a liberdade de vos dirigir a presente, visto ser eu pae de 10 filhos menores de 17 annos, 9 do sexo masculino. (...) venho perante V. Ex<sup>cia</sup>, confiando na vossa grandiosa generosidade pedir um auxilio para que o meu filho Antonio Braulio de Medeiros de 15 anos, possa continuar os seus estudos, uma vez que está cursando o 3º ano ginasial no Ginásio Diocesano de Patos e estou na emergência de não puder custear as despesas.

Não tendo sido ainda posto em execução neste estado o vosso humanitario decreto, peço-vos [trabalho digneio] mandar-me instruções para agir dentro dos seus tramites legaes, por cujo favor ficarei eternamente grato, implorando aos céus vida longa a V. Ex<sup>cia</sup> para maior engrandecimento do Brazil.

De V. Ex<sup>cia</sup>, patricio e humilde criado

Sólon da Cunha Medeiros.

O missivista dirige-se a Vargas de forma respeitosa, destinando-lhe os títulos de excelentíssimo, senhor e doutor. Ainda em sinal de respeito, o pobre Sólon Medeiros pede permissão para cumprimentar Getúlio e iniciar seu relato. O autor da correspondência demonstra conhecimento em relação à legislação. Embora o Decreto-lei 3.200 de 1941 só tivesse sido promulgado há dois meses e

<sup>63</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 336. Ano 1941. Código 20277.

meio, Sólon já tinha conhecimento deste e, percebendo enquadrar-se em seu objetivo, decidiu encaminhar correspondência ao Presidente da República a fim de pleitear o auxílio dispensado no texto legislativo. O problema do missivista é financeiro, e repercute na educação de um de seus filhos devido à dificuldade de pagamento das taxas, mensalidades e demais responsabilidades monetárias que adviessem do ginásio freqüentado por seu filho Antonio.

Além de demonstrar conhecimento sobre o Decreto-lei, que para Medeiros é um decreto humanitário, o missivista também assinala, com seu texto, o conhecimento sobre o 24º artigo deste texto legislativo, pois é a este, principalmente, que o pobre se remete ao demandar auxílio para a educação de um de seus filhos. Este 24º artigo do decreto-lei 3.200 legisla sobre as taxas escolares, decretando que

As taxas de matrícula, de exame e quaisquer outras relativas ao ensino, nos estabelecimentos de educação secundária, normal e profissional, oficiais ou fiscalizadas, e bem assim quaisquer impostos federais que recaiam em atos da vida escolar discente, nesses estabelecimentos, serão cobrados com as seguintes reduções, para as famílias com mais de um filho: para o segundo filho, redução de vinte por cento; para o terceiro, de quarenta por cento; para o quarto ou seguintes, de sessenta por cento.

Parágrafo único: Para gozar dessas reduções, demonstrará o interessado que dois ou mais filhos seus estão sujeitos ao pagamento das citadas taxas, no mesmo estabelecimento.

Da mesma forma que Getulio Valença, Sólon da Cunha Medeiros é informado que pode requerer ao auxílio da redução de taxas para a educação de sua prole. Por também possuir prole numerosa se torna, automaticamente, passível de ser auxiliado através do abono familiar.

Relembrando que na Constituição Federal de 1937, em seu artigo de número 125, o Estado definira que a educação era um direito e dever dos pais para com sua prole, o missivista utiliza-se dessa obrigação paterna, escrevendo a carta ao Presidente e demandando auxílio para que seu filho pudesse continuar os estudos no ginásio em que estava matriculado através do auxílio prestado pelo Estado.

Ao afirmar que o decreto ainda não havia sido posto em prática no estado da Paraíba, o missivista pede informações através das quais poderia ver-se auxiliado pelo Estado. O peticionário demonstra conhecer as leis, saber do objetivo do decreto-lei 3.200 e querer ser assistido por ele. Porém, ao pedir informações sobre as formas através das quais poderia ver-se assistido, demandando “instruções para agir dentro dos seus tramites legais” e assim ser alvo da legislação, Sólon de Medeiros demonstra conhecer o decreto superficialmente.

O texto da correspondência foi escrito por alguém que, provavelmente, não teve acesso ao texto legislativo, mas tomou conhecimento de seus objetivos por outros meios, pois o missivista denuncia seu desconhecimento a respeito das formas através das quais conquistar assistência, embora o documento estatal apresente tais especificações.

Também podemos reconhecer seu conhecimento apenas parcial do texto legislativo quando Medeiros, embora requerendo auxílio estatal para a educação de um de seus filhos, não informa se mais algum deles estuda na mesma instituição ginásial. O parágrafo único do artigo 24 do decreto-lei 3.200, afirma que “para gozar dessas reduções, demonstrará o interessado que dois ou mais filhos seus estão sujeitos ao pagamento das citadas taxas, no mesmo estabelecimento”. Retomando o objetivo da epístola de Sólon, de busca de auxílio para a manutenção de um único filho no Ginásio Diocesano de Patos, podemos interpretar que o desconhecimento do peticionário em relação ao texto legislativo levou-o a não informar se mais algum de seus filhos frequenta o mesmo Ginásio Diocesano de Patos. Podemos ainda inferir que o missivista desconhecia o texto legislativo pelo fato de pedir um auxílio que não é oferecido pelo decreto-lei, já que não há propostas de redução de mensalidades para um único filho frequentador de uma unidade de ensino.

Se o peticionário conhece alguns dos objetivos gerais do decreto-lei 3.200, mas desconhece seu texto, podemos interpretar que o missivista não teve acesso à legislação escrita, mas tomou conhecimento desta através de algum recorte de jornal, algum comentário nos meios de comunicação, discurso

presidencial ou até mesmo, conversas informais com pessoas que tiveram acesso a este documento. Não podemos definir, contudo, a fonte exata de informação através da qual Sólon de Medeiros conheceu os objetivos assistenciais do decreto-lei 3.200.

O peticionário reconhece-se como chefe de família numerosa, pois possui 10 filhos, todos menores de idade. Temos aí mais uma indicação de que Medeiros obteve informações a respeito do Decreto-lei 3.200. O fato de ser chefe de família numerosa já lhe permitiria receber o abono familiar, mas, no caso de Medeiros é um fator que vai justificar a emergência de não poder custear as despesas dos estudos de Antonio.

Em alguns casos, a negativa é resultado da ausência de formas pelas quais o Estado poderia auxiliar o remetente. Maria Guimarães Lima,<sup>64</sup> menina de 16 anos de idade, habitante de Manaus, escreveu a Vargas afirmando ser “uma pobre menina” que teve de interromper os estudos no curso primário, pois seus pais não podiam arcar com os custos dos livros caros. Visto as dificuldades financeiras enfrentadas, Maria afirma ter-se visto obrigada a “ajudar a minha pobre mãe que trabalha dias e as noites no cabo de um ferro, para poder me dar que comer e comprar um pedaço de pano para me cobrir”.

Maria não conquista qualquer auxílio, pois como afirma a resposta enviada que tramitava no Ministério da Educação e Saúde Pública, assinada por Gustavo Capanema, “o Ministério da Educação ainda não dispõe de internatos femininos”. O interessante a se destacar nesta resposta é o fato desta apresentar-se de forma fria e direta, o que contradiz a idéia de proximidade entre a população e Getúlio Vargas, propagada durante o Estado Novo e marcante no populismo getulista.

A negativa do Estado frente ao pedido de Maria Guimarães Lima refletia a falta de estrutura do governo para que a missivista pudesse ser assistida. Além disso, a ausência de internatos femininos, frente ao Colégio Pedro II,

---

<sup>64</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276. Ano 1940. Código 24659.



exclusivamente destinado à educação de meninos, demonstra a tendência masculina da sociedade brasileira.

A narrativa das dificuldades enfrentadas para prover educação à prole, ou o intenso desejo de estudar, foram as características mais freqüentes apresentadas pelas correspondências que demandaram facilidades na educação. A exaltação das políticas assistenciais do Estado Novo também se fazia presente. A preocupação em conquistar ou prover as ferramentas necessárias para a obtenção de melhores condições de vida do que as enfrentadas no momento da escrita da correspondência também são comuns.

A estratégia de quem remetia correspondências ao Presidente da República a fim de conquistar auxílio voltado à educação, geralmente perpassava a exaltação do Estado Novo e seu Chefe, passando pelo relato de dificuldades enfrentadas cotidianamente e finalizando pela apresentação da demanda, que significaria a busca uma vida melhor e de um cidadão mais preparado para representar o Brasil.

Ser arrimo da família não era tarefa fácil dentro de uma sociedade que sofria intensas mudanças sociais e econômicas. O avanço da industrialização e a criação de políticas assistenciais nem sempre eram sinônimo de emprego e atendimento das necessidades básicas dos cidadãos brasileiros. Temos diversos indivíduos remetendo correspondências a Getúlio Vargas procurando por postos de trabalho, pois se encontravam desempregados.

Estes sujeitos, desempregados e muitas vezes, chefes de famílias numerosas, tinham o seu cotidiano ainda mais difícil do que aqueles que estavam empregados, porém recebendo baixos ordenados. O desemprego deixava as famílias e seus chefes desamparados e sem perspectiva de solução das dificuldades enfrentadas. Por esta razão, temos nas demandas por ofício a quarta maior motivação para a escrita de missivas.

No dia 7 de maio de 1940, da cidade de São Paulo, José Donati <sup>65</sup> tem seu processo protocolado na Secretaria do Ministério do Trabalho, Indústria e

---

<sup>65</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 243. Ano 1940. Código 11587.

Comércio, enviado à Secretaria da Presidência da República a fim de ser apreciado por Getúlio Vargas. José Donati apresentava-se como um “cidadão patricio” que sofria com a “sombria expectativa de negra miséria” devido ao fato da Companhia de Seguros Sagres ter sido “encampada” por um “consorcio inglez”. Após longa explanação, José Donati apresentava seu pedido, que consistia em “solicitar sua bondosa proteção afim de que eu possa ser aproveitado em qualquer cargo atinente aos meus conhecimentos de profissão”.

Responsável pela manutenção de esposa e duas filhas Donati, embora já empregado em outra empresa de seguros, deseja outro cargo, pois afirma receber pouco salário frente às despesas com as quais tem de arcar como arrimo da família e com a educação das filhas. Sendo o único homem de seu núcleo familiar, o missivista é responsável por seu sustento, não dispondo de auxílios financeiros que pudessem vir de filhos homens se os possuísse. O pedido de Donati não pode ser atendido, pois como informa o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio,

O Decreto-lei nº 1713, de 28 de outubro de 1938, determina, para provimento de cargos de carreira publica habilitação em concurso organizado pelo D.A S.P., enquanto que o Decreto-lei nº 1909 de 26 de dezembro de 1938, exige, para a admissão de extra-numerários-mensalistas, prestação de provas de habilitação na forma que aquele Departamento estabelecer.

José Donati não conquista sua demanda, pois como ocorrido em fontes anteriormente analisadas, a legislação vigente não permite que o peticionário seja contemplado pois deve haver concurso público ou prova de habilitação pública para a admissão em qualquer cargo de carreira pública.

Benedito Chiapetta <sup>66</sup> apresenta uma situação um pouco diferente. Afirmando ter trabalhado durante 7 anos na Empresa Leopoldina, responsável pela construção e manutenção de estradas de ferro, o peticionário afirma ter sido “posto na rua como um cão, pelo simples fato de doença”. A enfermidade do “impaludismo” fez com que Benedito ficasse acamado por 5 meses, período no qual coletou atestados médicos que registraram sua enfermidade. Nestes meses

---

<sup>66</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 243. Ano 1940. Código 9954.

de doença, o missivista ainda afirma ter encontrado uma “farmacia amiga”, onde ficou devendo 3:000\$000. O fato de Benedito estar “descolocado” há um ano impossibilita que o remetente efetue o pagamento da dívida e sustente sua família.

Benedito não pede nova colocação, mas que Getúlio Vargas intervenha por ele junto às instituições competentes para que seja encontrada uma “solução para minha vida e para minha pobre e honesta família”. A demanda é para pedir que o Presidente intervenha e o encaminhe a um posto de trabalho, na “Leopoldina como trabalhador ou na Prefeitura como guarda”.

O aparelho estatal intervém junto à Leopoldina Railway solicitando que Benedito Chiapetta seja reintegrado ao cargo que possuía naquela empresa. O parecer obtido foi negativo, pois que “BENEDITO CHIAPETTA foi dispensado, em abril do ano p. passado, em virtude da sua falta de assiduidade aos serviços da estrada”. A negativa é reafirmada ao final do parecer da empresa Leopoldina Railway, onde encontramos a seguinte justificativa: “A Diretoria daquela ferrovia informa, ainda, não ser possível atender á solicitação feita ao Exmo. Sr. Presidente da República, de vez que o solicitante jamais demonstrou vocação para o serviço pretendido”.

Este documento despertou nosso interesse, pois demonstra que, mesmo sendo um período ditatorial no Brasil, centralizado na figura de Getúlio Vargas, há espaços para o desacordo frente ao Estado. A Leopoldina Railway havia sido contatada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Sr. General João de Mendonça Lima em nome do Presidente da República e, mesmo tendo sido feito o pedido de reintegração ao cargo, este não foi atendido pela empresa ferroviária.

Temos, portanto, uma ocasião documentada em que a petição é feita ao Presidente da República e o órgão responsável pelo pedido atende a demanda. A petição referia-se à realização de intervenção junto às instituições competentes a fim de que Benedito recuperasse o cargo do qual havia sido demitido. Por fim, embora tenha recebido a concordância e tivesse sua demanda aceita pelo Estado, o objetivo não foi conquistado. É interessante perceber que mesmo tendo ocorrido a intervenção federal em prol do atendimento do pedido, esta intervenção não foi suficiente para que Benedito Chiapetta fosse reintegrado ao cargo.

Problemas de saúde são relativamente comuns entre os relatos dos peticionários. Tanto que encontramos 35 pedidos referentes a atendimento ligado à área da saúde entre as fontes selecionadas. Avelina da Silva,<sup>67</sup> viúva, escreve ao Presidente da República pedindo seu internamento em algum hospital, a fim de se tratar de uma enfermidade.

Mãe de “3 menio um de 13 annos e dos jemios com 8 annos de idade o de 13 esta empregado resebe 30 milres justamente É justo o alugel do quarto”. A remuneração baixa não permite que a família se alimente direito, visto que Avelina afirma que “estamos passando muita fome”. Além disso, a missivista não consegue mais executar seu trabalho que era lavar roupas a fim de conquistar mais alguma quantia para seu sustento. A impossibilidade, segundo a remetente, deve-se ao fato de achar-se doente e de não poder se internar para tratamento por causa dos 3 filhos, pois não tem aonde deixá-los enquanto estiver internada. Afirmando acreditar no “bão coração” de Getúlio Vargas, Avelina espera “não menegar este pedido” devido ao sofrimento que passa.

O parecer assinado por Capanema e enviado a Getúlio Vargas informa que o Serviço de Assistência Hospitalar no “sentido de que o amparo aos filhos da suplicante, por intermedio do Juizo de Menores, deva preceder ao seu internamento, que se poderá fazer em um dos hospitais federais”. Podemos afirmar, com base no parecer do Serviço de Assistência Hospitalar, que a demanda de Avelina da Silva foi atendida. Enquanto estiver em tratamento em algum hospital federal seus filhos estarão sob os cuidados do Juízo de Menores.

Os auxílios voltados à área da saúde não apresentam especificações quanto à constituição familiar, número de filhos ou afins, portanto, é a necessidade dos peticionários e a disponibilidade de vagas e serviços de atendimento do Estado que regularão a concessão da assistência reclamada. De Campos do Jordão é enviada a epístola de Anacleto José da Silva.<sup>68</sup> Também viúvo e pai de 3 filhos e vitimado pela tuberculose pulmonar, o peticionário afirma ser um “pai

---

<sup>67</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 192. Ano 1938. Código 0372.

<sup>68</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 192. Ano 1940. Código 30274.

que pobremente sim, mais vinha-os sustentando até odia que parti para aqui, com o intuito de internarme no “Sanatorio” do Estado, más este estabelecimento vive sempre lotado”.

Por não conseguir vaga na instituição em que desejava tratar-se, Anacleto viu-se obrigado a “procurar uma penção que pago 300 mil reis mensaes”, contudo, o dinheiro que lhe “restava não deu para completar opagamento de 2 meses que aqui estou, esujeito a ir para rua se a providencia divina não socorrerme por esses dias”.

Diferentemente de Avelina da Silva, Anacleto José da Silva não tem seu pedido atendido, embora haja uma declaração de que “O Departamento Nacional de Saúde solicitou às autoridades sanitárias de S. Paulo o internamento de Anacleto José da Silva”. Este internamento, contudo, após averiguação do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, foi tido como desnecessário. Este parecer foi dado após verificação de que Anacleto da Silva está “matriculado no Ambulatório Anti-tuberculoso dêste Centro de Saúde”, onde o tratamento é “inteiramente gratuito”. Quanto aos problemas financeiros apontados pelo missivista, o Departamento de Saúde do Estado afirma que há a Pensão Noroeste e outras Associações filantrópicas que atendem aos tuberculosos “desprovidos completamente de recursos”. Visto que Anacleto “teve recursos para comparar uma pensão e a mantém devidamente legalisada quanto a pagamento de impostos, registro, etc.”, “parece-me,(..), que há uma legião de infelizes mais necessitados ainda que o Sr. Anacleto J. da Silva”.

Anacleto poderia ter sido atendido, caso a sua situação de pensionista e indivíduo já matriculado num serviço de saúde gratuito do Estado de São Paulo, não contradissesse seu relato. As dificuldades enfrentadas por Anacleto são muito similares àquelas de Avelina da Silva. O peticionário teve, inclusive, de deixar seus três filhos sob os cuidados de um vizinho para efetuar a viagem e fazer o tratamento de saúde do qual necessitava. Contudo, o fato de encontrar-se já sendo assistido por uma instituição de saúde fez com que sua demanda se tornasse vazia de sentido. A incongruência do pedido de Anacleto se mostra maior quando, em comparação com outros indivíduos enfermos e sem recursos que se

hospedavam gratuitamente em pensões e instituições voltadas ao atendimento deste público, o missivista optou por pagar por um quarto de pensão, demonstrando possuir recursos financeiros. Justificando a negativa pelo fato de verificar a existência de legiões de doentes mais necessitados que Anacleto, o Departamento de Saúde de São Paulo lhe negou o pedido.

Salientamos que o pedido só foi negado após ter sido feita a requisição do Ministério da Saúde junto ao Departamento de Saúde de São Paulo, no qual verificou-se ser desnecessário que tal auxílio acontecesse. Desta forma, verificamos que Anacleto era um potencial recebedor de sua demanda até o momento em que esta foi negada pelo fato de Anacleto já estar em tratamento.

Pedro Marques da Silva,<sup>69</sup> “ex-soldado do batalhão escolar, apela, no sentido de lhe ser concedido o direito de asilo, visto achar-se paraplético”. Seu pedido não foi atendido, não porque Pedro já estivesse em tratamento, ou não estivesse doente, mas pelo simples fato que “o Conselho Nacional de Serviço Social não pode tomar nenhuma providencia, por falta de endereço do suplicante”.

É importante apontarmos, já que apresentamos algumas respostas às missivas enviadas, como a trabalhada acima, que as respostas enviadas pelo Estado eram recebidas pelos suplicantes. No levantamento que fizemos junto ao rol de missivas analisadas para a efetuação deste trabalho, encontramos alguns missivistas enviando correspondências ao Estado por mais de uma vez. Embora esse fato não tenha se repetido muitas vezes, os remetentes que enviaram mais de uma correspondência a Vargas acrescentavam a seus textos o fato de terem recebido uma resposta à primeira carta que não lhes houvesse agradado.

O fato de mencionarem a resposta à missiva anteriormente enviada aponta para o fato das respostas enviadas pelo Estado chegarem efetivamente a seus destinatários. Certamente que esse não era um padrão ininterrupto, já que alguns remetentes haviam se esquecido de escrever os respectivos endereços nas correspondências, ou então haviam se mudado de endereço, não sendo

---

<sup>69</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 192. Ano 1939. Código 14460.

possível encontrá-los, ou mesmo não sendo enviada resposta. Há sim momentos em que as respostas não atingem seu destino, por fatores que, muitas vezes, não saberemos explicitar, mas ficou claro, na leitura das correspondências, que parte significativa dos peticionários receberam um parecer do Estado frente ao pedido apresentado. Este parecer nem sempre era favorável, como vimos esses casos são poucos na documentação abordada, mas as respostas existem.

Por quem essas cartas-respostas eram escritas e assinadas? Em geral, a assinatura presente nos pareceres constantes no Arquivo Nacional estão em nome do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, ou do Chefe de Gabinete deste. Todavia, quando a petição apresentada é da alçada de outro órgão governamental que não o Ministério administrado por Capanema, há documentos que foram internamente trocados, onde outros sujeitos públicos assinam. No entanto, esses documentos assinados por indivíduos responsáveis por outros órgãos públicos, parecem ter sido conhecidos apenas entre as esferas de poder e, ao final do processo, a resposta ao peticionário teria sido assinada por Capanema ou o Chefe de Gabinete deste.

As demandas por saúde geralmente apresentavam-se sob uma mesma forma. Há o relato da doença diagnosticada, a apresentação das dificuldades cotidianamente enfrentadas por motivo da doença, que não permite aos missivistas trabalharem, sustentarem suas famílias ou cuidar devidamente dos filhos. A doença, portanto, costuma ser apresentada como um fator que intensifica as dificuldades vividas pelo núcleo familiar, pois interfere nas condições de trabalho dos suplicantes. Desta forma, e por não haver qualquer prerrogativa legal para que um indivíduo fosse assistido pelo Estado na sua enfermidade, a maioria das petições relacionadas à saúde obtiveram parecer positivo.

Nesta direção, temos que a não concessão de assistência médica e hospitalar relacionava-se à ausência de dados constantes nas súplicas endereçadas a Vargas, assim como à incongruência das informações apresentadas pelos requerentes. Como afirmado numa resposta endereça a uma epístola encaminhada a Getúlio Vargas, a assistência relacionada a problemas de

saúde será oferecida “se se tratar de pessoa necessitada”.<sup>70</sup> Ou seja, as pessoas empobrecidas, necessitadas do auxílio estatal nas questões concernentes à saúde, apenas não recebiam tal auxílio quando faltavam dados nas missivas, dificultando ou impossibilitando o trabalho de auxílio estatal ao peticionário.

A carestia de vida era uma reclamação constante nos relatos dos missivistas. Este problema era devido aos preços dos alimentos, custos da educação dos filhos, como a compra de material, uniformes e livros, remédios, transporte e outros, que não correspondiam aos salários praticados. Este problema era intensificado pelo pagamento de impostos, que podiam consumir importante parcela da renda familiar. Nesta direção, encontramos algumas demandas relacionadas à isenção ou diminuição nos valores dos impostos.

Manfredo Alves,<sup>71</sup> açougueiro de Candido Mota escreve ao Presidente da República afirmando desistir de “qualquer abono familiar, mas pede isenção de todos os impostos estaduais, municipais, selos, taxas,, sangria, selagem de livros e de todo e qualquer importo ou taxa que venha a recair no seu açougue”. Se conquistada essa demanda, o peticionário afirma se julgar “habilitado a cumprir todas as obrigações de chefe de família numerosa que as leis lhe impõe”. As obrigações citadas são a manutenção, educação, alimentação de mulher e 11 filhos menores de idade, porém, “pagando tributação tão exagerada, como poderá cumprir as obrigações que a Cód. Criminal e outras leis esparsas lhes impõem?”

Manfredo Alves constrói sua narrativa de forma a sensibilizar o Presidente da República com as dificuldades enfrentadas cotidianamente. Estas dificuldades não existiriam se o missivista não fosse obrigado a pagar tributação exagerada, que consumisse grande parte de seu salário e o impedisse de cumprir com as obrigações de pai e chefe de família que é. O peticionário apresenta-se como um cidadão responsável, lutando para cumprir com suas atividades, as quais incluíam alimentar, vestir, educar sua prole e sua esposa. Contudo, por ter de pagar

---

<sup>70</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276. Ano 1940. Código 25466.

<sup>71</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 401. Ano 1942. Código 18104.



diferentes impostos não consegue fazê-lo com o ordenado que obtém de seu trabalho.

Manfredo coloca-se, portanto, como trabalhador, honesto, pois paga seus impostos, pai de família numerosa, portanto cumprindo seu dever com a nação e desejoso de arcar com as demais obrigações que a lei lhe impõe. Impossibilitado de fazer-se um cidadão por completo, de atender às expectativas do Estado devido aos altos tributos que se vê obrigado a pagar, o missivista escreve a Vargas que lhe isente do pagamento de quaisquer impostos a fim de se tornar o cidadão que deseja e que o Estado Novo quer.

Contudo, embora o discurso de Manfredo - e outros peticionários - mostre-se convincente e bem estruturado, esbarra na ausência de políticas de isenção de impostos para quaisquer trabalhadores. Nesta direção, o auxílio disponível a estes sujeitos que escreveram epístolas a Getúlio Vargas pedindo pela isenção ou redução do valor dos impostos a serem pagos, será o Abono Familiar.

Em resposta à sua correspondência, Manfredo Alves receberá o seguinte comunicado: "... deveis aguardar a regulamentação do art. 29 do decreto lei nº 3200, afim de pleiteardes os beneficios instituidos pelo mesmo".

José Cecílio Batista,<sup>72</sup> apresenta-se como proprietário de um "pequeno negócio de estivas a retalho que não dá margem para manter meus filhinhos", os quais são em número de 13. O missivista demonstra ter conhecimento das políticas sociais do Estado Novo pois afirma ter lido no "jornal do comercio de Recife de 28 de Dezembro de 1938" a informação de que "já se encontravam em mãos do presidente da republica os decretos que entrariam em vigor em janeiro deste ano relativos a proteção ás familias numerosas, pormeio de redução, isenção de impostos, pensões e facilidade na educação dos filhos".

Baseando-se na leitura desta informação, José afirma que "os impostos que pagei e que estou sujeito a pagar do meu pequeno negocio são tão elevados, que não me dão margem para fazer face as minhas despesas necessárias". Como

---

<sup>72</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 193. Ano 1939. Código 14310.

forma de classificar sua pobreza, o remetente ainda informa ser obrigado a fazer “compras a prestação” e não ter “siquier uma casa para morar”.

José Batista aponta as dificuldades que enfrenta e demanda por amparo do Estado, destacando o alto valor dos impostos nas dificuldades enfrentadas. A regulação dos impostos prescrita no Decreto-lei 3.200 diz respeito ao imposto de renda. Segundo a legislação, os contribuintes “solteiros ou viúvos sem filhos, maiores de 25 (vinte e cinco) anos, pagarão o adicional de 15 %, e os casados, também maiores de 25 anos, sem filho, pagarão o adicional de 10% sobre a importância, a que estiverem obrigados, do mesmo imposto”.<sup>73</sup> No artigo 33 temos que o imposto a ser pago pelos contribuintes “maiores de 45 anos, que tenham um só filho, pagarão o adicional de 5%”.<sup>74</sup>

José Cecílio Batista menciona em sua correspondência a redução ou isenção de impostos. Não há, em quaisquer legislações estudadas do período, menção à redução de impostos ou isenção destes. O que encontramos e que foi anteriormente analisado é a redução do pagamento da dívida referente ao matrimônio, que se reduzia a partir do nascimento de filhos. Portanto, José Cecílio Batista requer uma assistência inexistente no período.

O solicitante não poderá, portanto, ser assistido na forma como desejava. Da mesma forma que Manfredo Alves, José Cecílio Batista obteve resposta informando que deveria aguardar a promulgação do decreto 3.200. Como afirma o parecer de Gustavo Capanema, “os pedidos constantes dos inclusos papéis poderão ser objeto de exame, uma vez baixada a legislação que regulará o amparo do Governo Federal às famílias numerosas e sem recursos”.<sup>75</sup>

A demanda de José não pode ser atendida por não haver qualquer legislação que regule a redução ou isenção de impostos, contudo, por ser pai de família numerosa, composta por 13 crianças menores de idade, o remetente poderá ser auxiliado pelo Estado, embora esta assistência surja de

---

<sup>73</sup> Decreto-lei 3.200 de 19 de abril de 1941. Artigo 32 do Capítulo XV – Disposições Fiscais.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 193. Ano 1939. Código 23875.

forma distinta daquela presente na petição. José Batista poderá receber o abono familiar, uma vez que a legislação seja baixada e o pedido seja encaminhado. Desta forma, receberá auxílio financeiro que facilitará tanto o pagamento de impostos quanto a manutenção de sua prole.

A missiva de José Cecílio Batista também alerta para outra questão presente na vida dos brasileiros: a dificuldade de se comprar uma casa. Três das fontes selecionadas para a realização de nosso estudo apresenta pedidos de auxílio financeiro para que os peticionários possam adquirir sua casa própria ou o material de construção necessário para edificá-la.

Às fontes que solicitaram auxílio referente à construção ou compra de uma casa própria a resposta foi única: “... o auxílio solicitado não é previsto na lei de proteção à família, razão por que o mesmo não poderá ser atendido”.<sup>76</sup> Em outras palavras, temos a resposta dirigida ao pedido de Maria Laura da Cruz, onde se lê “não ser possível o atendimento de vosso pedido, por isso que o mesmo não se enquadra nas disposições legais que regulam a proteção às famílias numerosas”.<sup>77</sup>

Maria Laura da Cruz, viúva e mãe de seis filhos pequenos, desejava “um auxílio para a construção de uma pequena casinha para meu abrigo e de meus pobres filhinhos”. Por sua vez, Theodolino Barbosa, habitante de Natal, reclamou “um auxilio para comprar uma casinha”.<sup>78</sup>

Os pedidos referentes à aquisição de uma morada não eram previstos na legislação, portanto, não poderiam ser atendidos. No entanto, caso o núcleo familiar representado na missiva fosse composto por 8 ou mais filhos menores ou incapazes de se auto-sustentarem, poderia ser assistido pelo Abono Familiar. Este é o caso de Manoel José Bispo, pai de 8 filhos e morador do município de Lins, que escreve ao Presidente solicitando “um auxílio familiar ou perdoar-me os

---

<sup>76</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios. Lata 336. Ano 1941. Código 25415.

<sup>77</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios. Lata 401. Ano 1942. Código 19784.

<sup>78</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios. Lata 336. Ano 1941. Código 25415.

descontos do empréstimo”.<sup>79</sup> Os empréstimos a que se refere o pedido foram contraídos com o objetivo da compra de material de construção para “compra de uma casinha para e vitar do aluguel.”

Como já sabemos a assistência direcionada à construção civil ou à compra de um imóvel não existia, pois não constava da legislação de proteção à família numerosa. Contudo, como Manoel José Bispo possui uma família numerosa, composta por 8 filhos menores de idade, obteve a seguinte resposta:

Respondendo vossa carta de 12 do corrente, dirigida ao Exmo. Snr. Presidente da República, cabe-me informar que deveis vos dirigir ao Ministro da Viação e Obras Públicas, (...) afim de conseguirdes os benefícios instituídos pelo decreto de proteção à família.

A redução dos gastos e melhores condições de habitação eram as justificativas pelas quais os peticionários escreviam missivas ao Presidente da República a fim de conquistar a casa própria.

Percebemos, na análise das correspondências referentes às nove tipologias de missivas encontradas dentre as fontes selecionadas, alguns fatores comuns. Há, nas correspondências direcionadas aos diferentes tipos de pedidos, a referência constante às dificuldade de manutenção da família frente aos preços dos itens básicos. Encontramos também, relatos de vida muito sofridos que buscavam expor as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos remetentes da mesma forma que buscavam sensibilizar o leitor da petição para que fosse atendida a demanda apresentada.

Os missivistas colocavam-se como indivíduos social e hierarquicamente inferiores a Getúlio Vargas, porque reconheciam-no como líder, chefe da nação, pai dos pobres e inúmeras outras alcunhas criadas para sustentar Vargas no poder e salientar seu lado humano e benfeitor. Da mesma forma, verificamos a utilização de referências à legislação e a constante presença da ideologia estado-novista nas construções dos discursos dos remetentes de epístolas. Estas referências serviam como forma de legitimar o pedido frente ao Estado, ao mesmo

---

<sup>79</sup> Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 – Ministérios. Lata 401. Ano 1942. Código 25885.

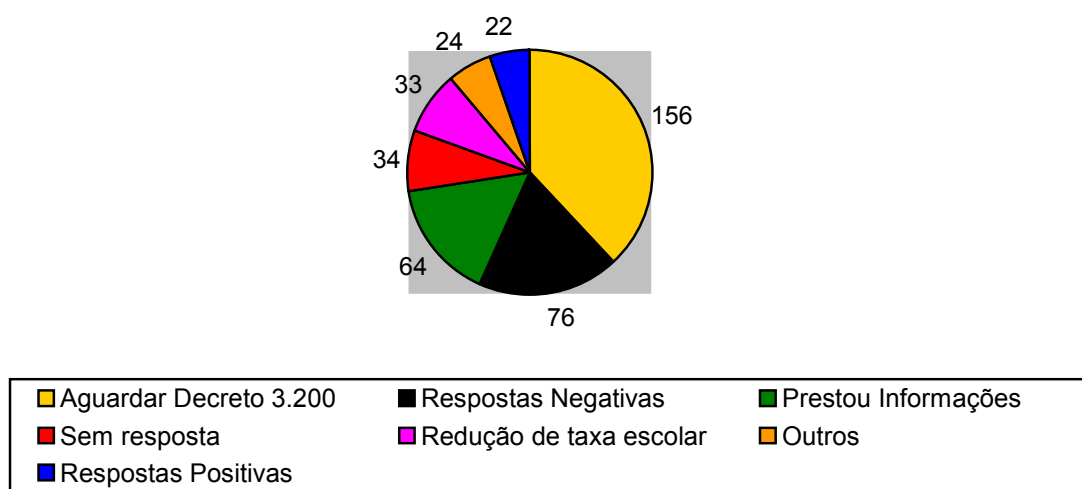
tempo em que destacava a aceitação e apoio do peticionário em relação ao regime ditatorial vigente.

Na contramão, encontramos algumas epístolas que questionam a demora no atendimento das demandas, ou a resposta obtida frente a um pedido recusado. Estas cartas que demonstram insatisfação dos remetentes com relação ao Estado Novo o fazem de forma sutil ou então, direta, porém polida. O objetivo não é insultar Vargas, mas pressionar o mandatário da nação a reverter a decisão anterior e, assim, obter uma resposta positiva frente à negativa.

Essas semelhanças nos textos das correspondências enviadas por Getúlio Vargas foram interpretadas como a configuração de uma identidade destes sujeitos. Esta interpretação já foi questionada por nós no início deste capítulo, o que reafirmamos neste momento. A análise das fontes apontou a inexistência de elos entre os missivistas, assim como a ausência de ações coletivas ou interesses comuns a estes sujeitos. O que é possível perceber através da leitura das fontes é uma ação individual, voltada ao atendimento de demandas particulares. Portanto, concluímos que estes peticionários não possuíam uma cultura comum e nem mesmo uma identidade compartilhada, mas apenas a experiência de enviarem correspondências ao Presidente da República, Getúlio Vargas, a fim de conquistarem melhorias no seu cotidiano de dificuldades e pobreza.

As correspondências obtiveram diferentes tipos de repostas, as quais não se resumiram apenas à negação ou aceitação da demanda apresentada. Para efeito de visualização, cabe apresentarmos um gráfico no qual seja possível uma maior clareza das respostas emitidas pelo Estado às correspondências enviadas pelos peticionários.

### Tipologia das Respostas enviadas pelo Estado



Fonte: Fundo Secretaria da Presidência da República

Temos um total de 409 respostas enviadas pelo Estado aos remetentes dos pedidos. Destas respostas, a grande maioria refere-se a pedidos feitos com relação ao Decreto-lei 3.200 de 19 de abril de 1941. Contudo, nenhuma destas respostas é positiva, ou seja, nenhuma das correspondências enviadas a Getúlio Vargas requerendo, em especial, um direito previsto aos chefes de famílias numerosas: o abono familiar, obteve uma resposta positiva quanto ao recebimento de tal benefício. Isto se deve ao fato das correspondências analisadas neste estudo estarem contidas no período restrito entre os anos de 1938 e 1942. Lembrando que o decreto que regulamentou o envio de abono familiar aos indivíduos que não fossem funcionários públicos foi promulgado apenas em 1943, pelo decreto 12.299, é justificado o fato de todos os pedidos de abono familiar aqui analisados, serem negados. Por outro lado, o abono familiar destinado aos funcionários públicos possuidores de famílias numerosas, foi promulgado em 1942, o que possibilitou-nos perceber a conquista desse auxílio estatal por alguns indivíduos que enviaram suas demandas em cartas remetidas após a promulgação do decreto 9.816 de 1942.

Como grande maioria das demandas referia-se, como apresentado anteriormente, à educação, à saúde e às medidas deliberadas nos diferentes

textos legislativos, grande parte das respostas está diretamente relacionada à pessoa do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, pois este político era Ministro da Educação e Saúde Pública durante o Estado Novo e, portanto, responsável pelas questões referentes a estes universos. Além disso, até 1942 as correspondências enviadas a Vargas pela população eram encaminhadas a este mesmo ministério, sendo respondidas por Gustavo Capanema. Este importante personagem político brasileiro do período estadonovista foi o idealizador do Decreto da Família. Responsável pela idealização de significativa legislação, assim como pelo cargo de administrador do ministério relativo à educação e à saúde, grande parte das respostas às questões expressas nas missivas enviadas ao Presidente da República teve seu emissor na pessoa de Gustavo Capanema. Ou seja, os pedidos feitos pelos remetentes das correspondências referiam-se a questões regidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo ministro, Gustavo Capanema, era responsável por enviar o parecer positivo ou negativo à missiva correspondente.

As demandas apresentadas eram justificadas, em grande parte, pelas dificuldades cotidianas enfrentadas pelos pobres, que relatavam como já visto, os obstáculos que tinham de enfrentar, como a falta de alimento, de ofício, de oportunidades. As respostas enviadas aos peticionários normalmente apresentavam-se justificadas legalmente, tanto as respostas positivas quanto as negativas, baseadas na legislação vigente. À lei cabiam os deferimentos e indeferimentos das demandas recebidas pelo Estado.

Cabe lembrar que haviam missivas enviadas pelos sujeitos pobres ao Estado que apresentavam apenas uma demanda. Contudo, outro montante de correspondências apresentava mais de um pedido ao Presidente da República. Deste fato desenvolvem-se dois grupos de fontes diferentes, enviadas pelo Estado aos peticionários: aquelas correspondências que comportam apenas uma resposta, devido ao fato de ter sido apresentada apenas uma demanda, e cartas que apresentam mais de uma resposta, já que na correspondência recebida pelo Estado havia mais de um pedido.

Algumas das cartas tiveram como resposta a transmissão de informações requeridas pelos remetentes, ou então de informações concedidas pelo Estado sobre as formas corretas através das quais deveriam ser-lhe encaminhados os pedidos constantes da correspondência. Grande quantidade de epístolas recebeu uma resposta negando os pedidos apresentados, o que, na quase totalidade destes casos, teve justificativa legal. A resposta encontrada com maior frequência foi a de que o peticionário deveria aguardar a promulgação da Lei da Família para que, se fosse responsável por 8 ou mais filhos menores ou impossibilitados de conquistar seu próprio sustento, se candidatasse ao abono familiar previsto no Decreto 3.200 de 1941 e promulgado pelo decreto 12.299 de 1943.

Uma gama menor de correspondências obteve como resposta a conquista de sua demanda, vitória geralmente justificada também através de instrumentos legisladores. Outros montantes de missivas foram respondidos com informações a respeito da política de redução das taxas escolares ou através do encaminhamento do pedido a outro órgão governamental. Há também, considerável número de cartas que não obteve nenhuma resposta.

É importante salientar que as respostas enviadas pelo Estado aos suplicantes em geral se mostravam frias e objetivas. Não há uma linguagem cuidada no sentido de um linguajar que buscasse aproximar o missivista e o Estado. O Estado Novo era um regime que havia escolhido o trabalhador como seu interlocutor, e este, em geral, tinha seu cotidiano marcado pelo enfrentamento da pobreza.<sup>80</sup> Tendo em vista ainda, que o Estado Novo foi um regime político instituído através de um golpe de Estado, sua constante legitimação frente à população se fazia necessária, daí a estranheza ao depararmos com respostas curtas e sem qualquer demonstração de proximidade entre o Presidente da República e o remetente.

Esta frieza pode ser apontada nas missivas já apresentadas e analisadas, em que o peticionário constrói seu discurso e sua demanda utilizando-se de um vocabulário que denota proximidade e intimidade, como os vocábulos “pai”,

---

<sup>80</sup> KARVAT, Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890 – 1933**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. Apresentação.



“compadre”. Nas respostas encontradas no Arquivo Nacional e naquelas apresentadas neste capítulo não percebemos qualquer reciprocidade por parte do Estado a esta comunicação intimista. Isso nos parece contraditório, na perspectiva de que o Estado Novo é o poder que emana do povo e para o povo, que tem a população brasileira como seu cerne, como sua base, de forma a fortalecer-se fortalecendo o povo. Portanto, seria, a nosso ver, natural e interessante à Vargas – e sua ideologia populista – ao menos dar a aparência de proximidade para com os pobres. Nesta direção, embora nos tenha parecido um pouco contraditório, verificamos que o linguajar burocrático foi aquele escolhido pelo Estado para comunicar seus pareceres às correspondências enviadas pelos indivíduos pobres.

#### **4. TERCEIRO CAPÍTULO – RELAÇÃO INSTITUCIONALIZADA: OS POBRES ATRAVÉS DA FALA DE OUTROS.**

Este capítulo objetiva estudar a ação dos pobres e as relações mantidas entre o Estado e estes sujeitos através da fala institucionalizada. Buscamos, desta forma, lançar outro olhar sobre esta relação entre o Estado e a população pobre do período estado-novista. O meio através do qual optamos desenvolver esta problemática definiu-se na seleção da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, instituição assistencial ligada à Igreja Católica e que tinha por objetivo auxiliar indivíduos pobres e doentes.

A escolha desta Associação foi definida por dois motivos. O primeiro consiste no fato de termos optado por desenvolver nosso estudo através da via assistencial. Por isso da seleção de correspondências pessoais que pediam por auxílio estatal e por isso também da análise das políticas estatais traçadas nas Constituições Federais de 1934 e 1937, além de decretos. A instituição selecionada também tem caráter assistencial, portanto, mantivemos nossa temática.

O segundo motivo pelo qual escolhemos a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo para realizarmos nossa abordagem institucionalizada da relação estabelecida entre o Estado e a população durante o Estado Novo, deveu-se ao fato desta instituição manter registros diversos sobre suas atividades. As fontes da Associação nos permitem perceber sua relação com o Estado e demais instâncias de poder, estadual e municipal, além de registros das reuniões de seu quadro social, de sua movimentação financeira e de sua atuação junto à população assistida. O acesso facilitado a estes documentos e a riqueza de informações constantes destes, foi fundamental para escolhermos esta associação como campo de análise da relação institucionalizada que procurávamos desenvolver.

As fontes institucionais nos fornecem registros feitos pelas mulheres que constituíam o quadro social desta entidade. Portanto, é preciso esclarecer que não encontraremos, em nenhum momento, a fala dos assistidos da instituição, embora em alguns casos seja possível encontrar pedidos destes às senhoras da Associação.

Porém, esses pedidos eram registrados pelas próprias mulheres, o que constitui numa fala institucionalizada e não própria dos sujeitos assistidos.

O fato de ser uma instituição também nos leva a apontar a necessidade desta ter objetivos a alcançar e caminhos específicos através dos quais fazer sua atuação. Ou seja, diferentemente das epístolas analisadas no capítulo anterior, as fontes que serão estudadas neste capítulo oferecem registros que apontam para uma ideologia existente nas ações desta instituição.

Os sujeitos pobres que enviavam epístolas possuíam objetivos comuns. Todos os assistidos buscavam por melhores condições de vida, o que inclui a obtenção de vestimentas, alimentos, acesso à saúde e educação. Eram, portanto, sujeitos que atuavam buscando um objetivo comum, da mesma forma como já observado em relação aos pobres missivistas. A busca por um objetivo comum denota uma identidade a emanar destes sujeitos.

A Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo é uma instituição organizada, cuja estrutura é bem definida e seus objetivos claros. Há uma hierarquia no interior da instituição, o que distribui papéis e responsabilidades bem definidos a cada senhora que compõe seu quadro social. Além disso, há uma forte ligação desta Associação com a Igreja Católica, o que acaba por definir uma ideologia que deveria ser defendida e aplicada pelas senhoras e ser aceita e incorporada pelos pobres assistidos.

Há, nesta direção, grande diferenciação entre as fontes utilizadas no capítulo anterior e a forma de leitura e análise destas com relação às fontes a serem abordadas neste capítulo. Percebendo esta diferenciação, procuraremos compreender as vantagens da existência desta Associação para as diferentes camadas e grupos sociais envolvidos em torno dela durante o período do Estado Novo.

As fontes institucionais que serão utilizadas para responder à nossa problemática são de quatro diferentes tipos: utilizaremos o Livro Caixa, os Livros de Atas, o Livro de Contas-correntes e o Livro de Chamada dos Assistidos. O Livro Caixa concentra informações a respeito da contabilidade da Associação. Nesta fonte, encontramos os nomes dos parceiros financeiros da instituição, bem como informações

mensais sobre o destino do montante arrecadado pela entidade. Estas informações estão registradas em um único volume que aborda todo o período do Estado Novo.

O Livro de Contas Correntes, por sua vez, também nos fornecem dados a respeito da movimentação financeira da entidade. Contudo, esta fonte apenas possui informações sobre o período contido entre 1941 e 1945. Nestas anotações, encontramos os valores anuais gastos com cada um dos tipos de auxílio prestados pela entidade. Percebemos, através desta fonte, os anos em que os auxílios responderam por maior ou menor montante financeiro e em quais áreas da assistência esses valores foram aplicados.

Os Livros de Atas contêm informações sobre o cotidiano da instituição. Neles estão registradas as atas das reuniões mensais da Associação, bem como as principais decisões tomadas e pequenos trechos de correspondências, trocadas entre a Associação e outras instituições ou indivíduos relevantes. Apesar de existirem diversos livros de registros de atas, analisaremos apenas dois, que englobam os anos de 1937 a 1945.

A última fonte a ser utilizada para estudar como se construíram as relações entre o Estado e os pobres através de uma instituição do período estado-novista, será o Livro de Chamada dos Assistidos. Nesta fonte encontramos os nomes e endereços dos diversos domicílios atendidos pela Associação, bem como algumas informações sobre o tipo de assistência que cada indivíduo recebeu. Este documento nos será útil para compreendermos quais as regiões de Curitiba em que se concentravam as ações das Damas de Caridade.

Iniciando nosso estudo, cabe esclarecermos como se constituiu a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, quem a fundou, quando isto aconteceu. É fundamental também compreendermos os objetivos e formas de atuação da entidade.

A Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo foi fundada em Curitiba em 15 de abril de 1900. Esta instituição era um braço da Confraria das Senhoras da Caridade, fundada em 9 de julho de 1854, na cidade de Salvador, Bahia.

Ambas as instituições eram desdobramentos da obra de caridade iniciada por São Vicente de Paulo em 1617, na cidade francesa de Châtillon.<sup>1</sup>

O principal objetivo da obra vicentina é a visitação e auxílio aos pobres e doentes, protagonizado por senhoras da comunidade. Esta forma de caridade onde as senhoras atuam em prol do auxílio aos pobres e doentes se espalhou pelo mundo na forma de Fraternidades de Damas de Caridade, que por sua vez estão reunidas na Associação Internacional de Caridades (AIC). A Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo, portanto, é uma das instituições aglomeradas na Associação Internacional de Caridades.

A AIC mantém o mesmo objetivo de assistência aos pobres e doentes e a forma de atuação criada por São Vicente de Paulo. A este objetivo, os anos de trabalho dedicados aos adoentados acrescentaram outras insígnias. Estas foram definidas em 2000, por Aldacy Raposo Nascimento, Presidente Nacional da Associação Internacional de Caridades, como:

- Ajudar os pobres a descobrir sua dignidade e reconciliá-los com eles mesmos;
- Não deixá-los isolados mas insistir para que vivam em solidariedade;
- Reintegrá-los como sujeitos e “não fazer em seu lugar” ou atuar por eles;
- Favorecer sua auto-promoção e assim promover melhores condições de vida;
- Fazê-los descobrir que são amados por Deus e ajudá-los a conhecer melhor este Deus na pessoa de seu Filho Jesus Cristo. Evangelizá-los.<sup>2</sup>

Pelos objetivos listados acima, percebemos que a instituição de caridade buscava incentivar e desenvolver os pobres assistidos através da auto-promoção destes sujeitos. Nesta direção, afirmamos que a intenção das senhoras da caridade pertencentes à Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, era, já no período estado-novista, fornecer ferramentas através das quais os protegidos da entidade pudessem ser reintegrados como sujeitos das mudanças e melhorias nas suas vidas e não como espectadores das melhorias que terceiros fariam por eles. Uma destas formas seria o incentivo da solidariedade entre os pobres, para que se

---

<sup>1</sup> AIC. **Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo. 100 anos: 1900 – 2000.** P. 13, 16 e 40.

<sup>2</sup> *Idem.* P. 10.

apoiassem mutuamente, provocando a redescoberta da dignidade destes indivíduos. Um dos caminhos pelos quais isso se daria é apontado acima como a evangelização desses sujeitos.

Em ata de 15 abril de 1901 encontramos registrado que, além das “visitas aos domicílios dos doentes pobres, que é o principal objetivo da Associação”, esta “também tem em grande apreço o ensino dos filhos dos doentes pobres, colocando-os em colégios, onde aprendem não só a ler e escrever, como também os seus deveres religiosos, fornecendo-lhes tudo quanto necessitam para seus estudos”.<sup>3</sup>

Além deste auxílio voltado à educação da prole dos sujeitos assistidos, a Associação também costumava fazer, semanalmente, uma distribuição de víveres, vestimentas e outros, além de haverem casos de indivíduos que recebiam doações diárias da instituição, como a entrega de um litro de leite.<sup>4</sup> Uma vez ao mês ocorria uma doação maior, onde indivíduos não matriculados na instituição poderiam requerer pequenos auxílios, ganhando alimentos e outros benefícios.

Nas grandes datas comemorativas católicas havia distribuição extra de gêneros. Páscoa e Natal eram essas ocasiões, quando se distribuíam doces, roupas, chinelos e outros itens. O registro em ata sobre a distribuição do Natal de 1939 é exemplar. Diversas instituições recebiam auxílio nesta data, como o Presídio, o Hospício Nossa Senhora da Luz, a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital Osvaldo Cruz, o Hospital de Crianças, o Sanatório São Sebastião, o Orfanato de Nossa Senhora de Lourdes, entre outras. Estas instituições recebiam auxílios como “11 folhas de cuque, 300 chineques, 300 sonhos, 300 doces de mel, 2000 cigarros e 30 camisas”.<sup>5</sup> Outros tipos de auxílio ainda eram oferecidos, como consultas médicas gratuitas e a distribuição de medicamentos.

A correspondência escrita pela Associação e enviada ao “Exmo. Snr. Dr. Jaime Guédes, D. D. Presidente do Departamento Nacional do Café” com o objetivo de conquistar um auxílio daquele departamento em prol da instituição de caridade, nos

---

<sup>3</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 15/04/1901.

<sup>4</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 07/05/1937.

<sup>5</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 05/01/1940.

fornece uma descrição das finalidades da Associação através das palavras de sua presidente:

A Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba, é uma instituição social, cujos objetivos são vazados nos sábios ensinamentos do Divino Mestre, na prática da verdadeira caridade cristã, mantendo cerca de 120 famílias necessitadas, proporcionando às mesmas, semanalmente, uma distribuição de gêneros alimentícios, fornecendo-lhes remédios, receitas pelos médicos de seu Dispensário, como providenciando o funeral para os pobres falecidos ou para as pessoas de suas famílias. Além desses objetivos há ainda a visita obrigatória feita pelas senhoras, diretamente a residência de suas socorridas, para conhecerem “de visu” as suas misérias e poder assim providenciar tudo quanto lhes por preciso, no atinente ao material como ao espiritual, imprimindo-lhes uma orientação melhor as suas vidas, transformando-se no amigo do pobre que socorre. Nos dias de S. Vicente de Paulo em 19 de Julho e no Natal a Associação faz uma distribuição bem maior, socorrendo no Natal mais de 700 famílias pobres desta Capital e seus arredores. Os filhos dos pobres não são olvidados, tendo sempre esta Associação encaminhado os mesmos para as Escolas Públicas e Profissionais.<sup>6</sup>

Devido ao fato dos auxílios serem freqüentes, não houve muitos casos de indivíduos apresentando demandas à Associação. Os pedidos apresentados pelos protegidos da instituição eram atitudes isoladas e há poucos registros na documentação da Associação. Estes poucos casos serão abordados e analisados posteriormente.

A ata de inauguração da Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo nos mostra um grupo de 65 senhoras unidas em prol da assistência e da caridade cristã. Não nomearemos estas senhoras que fundaram a instituição, pois o que realmente nos é útil é apreendermos quais as senhoras que compunham a entidade durante os anos de 1937 a 1945. Nesta direção, não apresentaremos a lista de nomes das damas presentes na fundação da Associação em Curitiba no ano de 1900, mas sim a lista de inauguração da sede própria da entidade, ocorrida em 1942, sendo, portanto, dentro do período estado-novista.

Durante todo o período do Estado Novo, só encontramos duas ocasiões especiais e excepcionais onde se efetuou registro de todas as mulheres que participavam da Associação. Estas ocasiões foram o lançamento da pedra fundamental do Dispensário e da Creche próprias da instituição, em 19 de julho de 1941 e na inauguração desta, que ocorreu na data de 15 de abril de 1942. Nestas ocasiões os

---

<sup>6</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 02/05/1941.

nomes se repetem, portanto apresentaremos as duas listagens juntas. No lançamento da pedra fundamental da sede própria da Associação e na inauguração, em cerimônia presidida pelo Interventor Federal, Senhor Manoel Ribas, os presentes eram:

Dom Attico, Arcebispo de Curitiba  
 Hilda Faro de Oliveira Franco, Presidente da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo  
 Anita C. Kibos  
 Monsenhor Lamartine C. de Miranda  
 Hostilio de Araújo  
 Elias Karam  
 Rosina Veiga Lopes  
 Padre Ladislau Kulla, Diretor da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo  
 Rosa de Carvalho (Secretária da Confederação Católica)  
 Elvira Macedo da Costa, Presidente da Arquiconfraria das Mães Cristãs  
 Domitila Moura de Loyola  
 Athalia Alves Magalhães – Fundadora  
 Elisa Meissman – Fundadora  
 Rosa de Carvalho Chaves – Fundadora  
 Anna Maria de Araújo Costa  
 Rosa Pichett, pelo Apostolado da Catedral  
 Regina Brambilla Zilli  
 Anna Hauer Leitner  
 Cintra Montrica – Rotary Salvador  
 Armando Martins – Rotary Club de S. Paulo  
 Edéias do Catalão – Rotary Club de Ilhéus – Ba  
 Irmã Luisa Olstyniska – Visitadora das Irmãs de Caridade  
 Irmã Istanislava – Assistente das Irmãs de Caridade  
 Theodonisa Magalhães Tadder  
 Rosalina C. Borges de Macedo  
 Juracy de Faria Amorim  
 Anna Munis Gomes  
 Martha Cruz Lima Ratton  
 Tharcilla R. Paz  
 Maria Luiza Vieira Cavalcanti  
 Hilda de Moraes Sarmento  
 Francisca C. Layaro – Centro do Apostolado de S.<sup>ta</sup> Teresinha  
 Filomena Faroni Mansur  
 Lydia de Abreu Pires  
 Rosa Schliohting  
 Adélia Nassar  
 Congregação de F. de Maria de Sion – Irmina Maurer  
 Centro do Apostolado de S.<sup>ta</sup> Teresinha Mercedes X. de Miranda  
 Amasília Alves Cavalcanti  
 Wanda B. Mattar  
 Maria Theolides Faria  
 Josélia de Faria Amorim  
 Juventude Feminina Católica – Lydia Moreira Garcez  
 Pia União das Filhas de Maria do Col. Divina Providencia – Luly Côrtes  
 Hildebrando de Araújo  
 “Diário da Tarde”  
 Alice Rangel Faro



Jovina de Oliveira Karam  
 Laudímia Neves Bogado  
 Anna Emília Guedes Caxambú  
 Diamira Mocellin  
 Bianca Romini  
 Iginy Danen de Figueiredo  
 Lucília Valle de Almeida  
 Olinda Rodrigues de Almeida  
 Maria de Nazareth C. Lins – Secretária da Associação

Dentre as senhoras que assinaram as listas de presença dos dois eventos – Lançamento da Pedra Fundamental da sede própria da Associação e Inauguração da mesma sede própria da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo – podemos destacar a presença de algumas ilustres famílias curitibanas.

A família Sarmento <sup>7</sup> teve um de seus membros como Secretário e Diretor de Patrimônio do Clube Atlético Paranaense. A senhora Rosina da Veiga Lopes foi casado com Ângelo Ferrario Lopes, “Diretor da Rêde Viação Paraná – Santa Catarina” <sup>8</sup> e candidato a governador do Estado do Paraná. Outro ilustre homem público, este presente na cerimônia de inauguração da sede própria da instituição, cujo nome se encontra presente na lista acima, foi o Sr. Hildebrando de Araújo, <sup>9</sup> deputado e comerciante de erva mate.

Temos ainda a Presidente da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, Hilda Faro de Oliveira Franco, que foi mãe de Adolpho de Oliveira Franco, <sup>10</sup> advogado que se tornou Presidente da OAB Paraná e do Instituto Brasileiro do Café. Regina Brambilla Zilli foi mãe do maestro paranaense e fundador da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Luiz Eulógio Zilli <sup>11</sup> e a Sra. Anna Hauer Leitner foi, juntamente com o marido, Luiz Leitner, dona da Cervejaria Cruzeiro.

---

<sup>7</sup> CARNEIRO, David. **Galeria de ontem e de hoje**. Editora Vanguarda, 1963. P. 775.

<sup>8</sup> *Idem*. P. 683.

<sup>9</sup> Biografia de Hildebrando de Araújo. 2006. Disponível em: [http://www.fundacaoharaujo.org.br/institucional.php?inst=1&id\\_inst=4](http://www.fundacaoharaujo.org.br/institucional.php?inst=1&id_inst=4). Site visitado em 05/04/2008.

<sup>10</sup> **Adolpho de Oliveira Franco morre aos 92**. 11/03/2008. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/noticias>. Site visitado em 05/04/2008.

<sup>11</sup> Biografia de Luis Eulógio Zilli. Disponível em: <http://www.editoracao.seec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=101>. Site visitado em 05/04/2008.

Outros nomes se destacam na listagem de presentes nas duas ocasiões. As relações institucionais mantidas entre a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo e demais instituições femininas ou religiosas se fazem presentes nas assinaturas de Luly Côrtes, Irmã Maurer, Mercedes X. de Miranda e outros mais, como os três senhores representantes do Rotary Club.

A presença feminina nas Associações de Caridade é grande maioria. Essa característica surgiu juntamente à criação da primeira Confraria das Senhoras da Caridade, quando São Vicente percebeu a motivação de senhoras de Châtillon em auxiliar uma família pobre e adoentada. Desta experiência São Vicente teria relatado que Deus teria lhe inspirado o seguinte pensamento: “não seria possível reunir essas senhoras e levá-las a darem-se a Deus para servir os doentes?”.<sup>12</sup> É da união da necessidade dos enfermos com a motivação de senhoras da comunidade que nasceu a forma vicentina de atuar assistencialmente.

Nesta direção, há na revista de comemoração dos 100 da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, um elenco de seis “Pontos importantes da experiência de Vicente de Paulo em relação às Confrarias”, entre os quais se lê: “2º - Viu a generosidade dos leigos (da mulher) e a concreta possibilidade de serem encaminhados para o ministério da caridade”.<sup>13</sup>

As mulheres eram vistas pela sociedade brasileira como portadoras de uma vocação para o atendimento a pessoas necessitadas. Essa visão católica atribui alguns valores à figura feminina, que deveria ser uma esposa responsável pelos cuidados do lar e dos filhos, sendo essa a intenção primeira da mulher na sociedade: a maternidade. Como afirma a Encíclica *Quadragesimo Anno*

As mães de famílias devem trabalhar em casa ou nas adjacências, dando-se aos cuidados domésticos. É um péssimo abuso que deve a todo custo cessar, o de as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganharem a vida fora das paredes domésticas, descuidando os cuidados e deveres próprios e sobretudo a educação dos filhos.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> AIC. *Op. Cit.* P. 40.

<sup>13</sup> *Idem.* P. 43.

<sup>14</sup> Papa Pio XI. **Encíclica *Quadragesimo Anno***. Roma, Itália, 15 de maio de 1931. Título *Caráter individual e social do trabalho*. Subtítulo *Tríplice relação do trabalho*. Item A) *O sustento do operário e da família*.

Na obra vicentina a maternidade feminina era estendida do âmbito privado para o público. A mulher, além de ser responsável pelos cuidados referentes à sua família e ao lar também estava apta a assistir outros indivíduos que precisassem da atuação de senhoras movidas pela caridade cristã. O carinho e autoridades maternas, sentidos pela mãe em direção à sua prole, eram transportados aos indivíduos assistidos pelas damas.

As formas de atuação da Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo eram diversas, porém, como já afirmado anteriormente, sua principal tarefa era a visita aos domicílios de indivíduos doentes. As senhoras visitavam, sempre em duplas, a residência das famílias pobres e adoentadas que eram assistidas pela Associação, de forma a verificarem qual a necessidade daquele domicílio ser auxiliado. A assistência oferecida pela Associação através da distribuição de víveres e outros auxílios, foi justificada por São Vicente de Paulo com base na seguinte passagem bíblica:

<sup>34</sup> Então dirá o rei aos que hão de estar à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai, possuí o reino que vos está preparado desde o princípio do mundo. <sup>35</sup> Porque tive fome, e destes-me de comer: tive sede, e destes-me de beber: era hóspede, e recolhestes-me: <sup>36</sup> estava nu, e cobristes-me: estava enfermo, e visitastes-me: estava no cárcere, e viestes ver-me. <sup>37</sup> Então lhe responderão os justos, dizendo: Senhor, quando é que nós te vimos faminto, e te demos de comer: ou sequioso, e te demos de beber? <sup>38</sup> E quando te vimos hóspede, e te recolhemos: ou nu, e te vestimos? <sup>39</sup> E quando te vimos enfermo: ou no cárcere, e te fomos ver? <sup>40</sup> E respondendo o rei, lhes dirá: Na verdade vos digo, que quantas vezes vós fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim é que o fizestes. <sup>41</sup> Então dirá também aos que hão de estar à esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, que está preparado para o diabo, e para os seus anjos. <sup>15</sup>

Estas palavras de São Mateus, proferidas por São Vicente de Paulo, foram as que motivaram e estimularam as senhoras de Châtillon a atuarem na obra vicentina que se iniciava. <sup>16</sup> De acordo com estas palavras, aqueles que assistissem aos

<sup>15</sup> EVANGELHO segundo São Mateus. In: BÍBLIA Sagrada. Rio de Janeiro: Edição Ecumênica, 1983. Cap. 25, vers. 34-41.

<sup>16</sup> AIC. *Op. Cit.* P. 40.

necessitados, sedentos, esfomeados, sem abrigo..., seriam colocados à direita de Deus e, portanto, iriam para o reino dos céus, sendo recompensados pelas boas atitudes. Em contrapartida, aqueles que não atuassem dessa forma seriam colocados à esquerda de Deus e, conseqüentemente, punidos com o inferno.

A motivação das mulheres em atuarem na obra vicentina auxiliando os enfermos e empobrecidos é justificada, segundo a AIC, pela conquista do Paraíso. Nesta direção, temos uma ação caritativa, guiada pelo ideal cristão de auxílio ao próximo, sendo estimulada pela recompensa pessoal da busca pelo Paraíso. Esta busca pessoal através de uma ação voltada a terceiros será analisada posteriormente.

É importante salientarmos que as ações promovidas pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo são classificadas como caritativas e não filantrópicas. Mas o que define as ações da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo como caridade? E, principalmente, o que advém desse caráter caritativo assumido pela entidade?

Existe uma grande diferença entre uma ação de assistência social e outra de filantropia. A assistência social objetiva desenvolver o indivíduo assistindo-o material e espiritualmente, orientando-o nos hábitos de saúde e higiene, alimentação e relações familiares, ou seja, busca-se, com a assistência social, desenvolver o indivíduo assistido para que este se torne melhor preparado para enfrentar sua situação de pobreza ou enfermidade e para que este busque melhorar suas condições de vida através de ações próprias, evitando a “mendicância profissional”.<sup>17</sup>

Por outro lado, as ações de caráter filantrópico, tendem a resolver o problema material imediato, sem a preocupação de desenvolver o indivíduo para que este busque a solução para a sua situação de pobreza. O socorro oferecido em ações filantrópicas, não busca desenvolver espiritual ou moralmente o indivíduo, mas apenas auxiliá-lo materialmente. Os seguintes trechos das atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo demonstram a preocupação em diferenciar o caráter caritativo da instituição de simples ação filantrópica:

---

<sup>17</sup> ANDREATTA, Roldite. **Terceiro setor: responsabilidade social e voluntariado**. Curitiba: Champagnat, 2001. Pg. 14.

O Revemo. Padre Isidoro usando da palavra (...) E finalizando congratulou-se com as Senhoras da Caridade por esta finalidade tão grande, e por ser uma Associação Cristã, não havendo somente filantropia (fins materiais) e sim, muito mais fins espirituais ou celestiais.<sup>18</sup>

Podemos apontar também o seguinte trecho:

Ao iniciarmos os trabalhos, o nosso dedicado Diretor dirigio-nos a palavra procurando imprimir em nossos corações, o mais ardente zelo, pela verdadeira caridade, aquela que é feita inspirada no grande Amôr de N. S. Jesus Cristo. Que a caridade não deve ser feita pelo altruísmo, nem pela filantropia pois a esmola dada por uma méra ostentação, ou nalguma intenção, perde grandemente o seu valor e é imperfeita; é preciso que a ação de dar e a de receber a esmola seja escudada no Amôr de Jesus. É preciso que o póbree não veja nessa esmola só o óbulo material mas também o apoio moral.<sup>19</sup>

O objetivo de assistir material e espiritualmente remete ao berço cristão desta instituição. Segundo a Encíclica *Rerum Novarum* “só a Igreja possui essa virtude, porque não se pode haurir senão no Sagrado Coração de Jesus Cristo”.<sup>20</sup> A virtude de que trata a encíclica papal é a caridade. No contexto de escrita da *Rerum Novarum* – segunda metade do século XIX e plena expansão do capitalismo industrial –, onde os operários eram explorados pelos patrões, onde o socialismo se mostrava uma ameaça e o liberalismo era identificado com o egoísmo, o Papa Leão XIII coloca que

a salvação desejada deve ser principalmente o fruto duma grande efusão de caridade, queremos dizer, daquela caridade que compendia em si todo o Evangelho, e que, sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo, é o antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século.<sup>21</sup>

É esta a justificativa da Igreja Católica para o incentivo à manutenção e fundação de “sociedades religiosas e uma multidão doutras instituições úteis que, pouco tempo depois, não deviam deixar sem alívio nenhum género de miséria”.<sup>22</sup> A

<sup>18</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 07/02/1941.

<sup>19</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 04/06/1943.

<sup>20</sup> Papa Leão XIII. **Encíclica *Rerum Novarum***. Roma, Itália, 15 de maio de 1891. Subtítulo *A Igreja e a Caridade durante os séculos*. Item 16.

<sup>21</sup> *Idem*. Subtítulo *Solução definitiva: a caridade*. Item 35.

<sup>22</sup> *Idem*. Subtítulo *A Igreja e a Caridade durante os séculos*. Item 16.

Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo era, portanto, uma expressão destas políticas da religião católica. A prática da caridade era a base da atuação da instituição além de ser vista como a solução para os problemas sociais existentes.

As formas de assistência praticadas pela Associação são relativas à Encíclica *Quadragesimo Anno*, escrita pelo Pontífice Pio XI, em que há o agradecimento do Papa

aos Nossos amados Filhos da Ação Católica, que Nós com tanto prazer vemos dedicarem-se generosamente comNosco à solução dos problemas sociais, na persuasão de que a Igreja por força da sua divina instituição tem o direito e o dever de se ocupar d'eles.<sup>23</sup>

Esta importância da Ação Católica, em que leigos atuam em prol da instituição eclesiástica, está presente na Associação. É onde encontramos o Padre Diretor Ladislau Kulla defendendo que a Assistência Social tem a mesma base e finalidade “da Associação, porém o modo é diferente, e que é necessário progredir-mos conforme a época que Pio XI conclamou a humanidade para a Ação Católica, e que este modo de Assistência Social faz parte da Ação Católica. (...)”.<sup>24</sup>

A fala do Padre Ladislau Kulla, Diretor da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo aproxima os auxílios prestados pela entidade religiosa e a assistência social através dos objetivos da Ação Católica. Esta aproximação é fundamental para compreendermos as relações estabelecidas entre esta instituição e o Estado, assim como do Estado em direção a diferentes instituições assistenciais, religiosas ou não.

A compreensão da relação estabelecida entre a Associação e o Estado assim como do Estado para com outras instituições assistenciais tem, uma de suas bases, explicada através destas falas apresentadas acima. A assistência social era o tipo de auxílio propagado pelo Estado. Tanto que, apresenta no Decreto-lei 3.200, a defesa de que

---

<sup>23</sup> Encíclica *Quadragesimo Anno*. Subtítulo *Remédios*, item B. *A lei da caridade*.

<sup>24</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 03/11/1944.

As instituições assistenciais, já organizadas ou que se organizarem para dar proteção às famílias em situação de miséria, seja qual for a extensão da prole, mediante a prestação de alimentos, internamento dos filhos menores para fins de educação e outras providências de natureza semelhante, serão, de modo

especial, subvencionadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.<sup>25</sup>

A assistência propagada pela Associação tinha como principais eixos a doação de alimentos, vestimentas, internação de filhos dos assistidos em escolas e hospitais e a propagação da ideologia católica entre os pobres. Portanto, era uma entidade de caráter religioso voltada ao auxílio de indivíduos pobres e enfermos segundo as práticas definidas pela Igreja Católica e previstas em lei. Este fato será o propulsor das relações estabelecidas entre a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo e as esferas municipais, estaduais e federais de poder. Segundo Angela de Castro Gomes,

se a legislação social não era, de fato, um meio de acabar com a pobreza, era um expediente necessário que, associado a outras medidas políticas, poderia dar ao trabalhador uma situação mais humana e cristã, conforme aconselhava a doutrina social da Igreja desde a *Rerum Novarum* de Leão XIII.<sup>26</sup>

Portanto, temos que a Associação de Caridade era uma entidade católica que, inspirada pela *Rerum Novarum* e pela *Quadragesimo Anno* atuava em prol do atendimento de indivíduos pobres, trabalhadores ou não, com o objetivo de diminuir a pobreza e as dificuldades cotidianamente enfrentadas por esse grupo populacional. Da mesma forma, encontramos o Estado procurando formas através das quais atuar socialmente, promulgando políticas assistenciais na legislação, como o Decreto-lei 3.200, e apoiando a prática de instituições voltadas a este mesmo interesse.

Existiam algumas semelhanças entre a legislação estatal e a prática católica. Podemos encontrar em ambas instituições o interesse pela manutenção e preservação

<sup>25</sup> Decreto-Lei N. 3.200, de 19 de abril de 1941. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 19 abr. 1941. Capítulo XIII – Das famílias em situação de miséria. Artigo 30. 19 de abril de 1941.

<sup>26</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro. Zahar Ed., 1982. P. 122.

da família e do casamento. Para a ideologia católica, “a família, (...) é uma sociedade propriamente dita, com a sua autoridade e o seu governo paterno”,<sup>27</sup> para o Estado, a família “era a ‘célula política primária’, o *leimotiv* do esforço produtivo dos indivíduos”.<sup>28</sup> Destas percepções surge a defesa da instituição familiar, tanto por parte da Igreja Católica quanto por parte do Estado. Esta mesma preocupação em relação ao matrimônio e à família é percebida nas Atas da Associação, quando encontramos sete referências a uniões religiosas entre os pobres assistidos.

As diversas referências às cerimônias de casamento iniciam-se na ata de 05/05/1939, onde encontramos o registro do “casamento de uma de nossas pobres que vivia há 25 anos sem as bençãos da Igreja”.<sup>29</sup> A este registro seguem-se “o casamento religioso dos pobres Manoel Bonifácio e Maria de Lourdes”<sup>30</sup> e o fato de que “na família de uma pobre socorrida foi feito um batizado de pessoa adulta, seguido do casamento religioso, pois o mesmo era feito só no civil. O novo casal era Enedino Correia e Durcilia Alves Corrêa”.<sup>31</sup> O registro que mais chamou a atenção foi o do “casamento religioso de um casal de velhos de 84 anos”.<sup>32</sup>

A Igreja Católica incentivava o casamento baseando-se na justificativa religiosa de que é através do matrimônio que o homem deve atender ao fim último desta união: “Crescei e multiplicai-vos”.<sup>33</sup> É importante salientar que para a instituição eclesiástica não era relevante a quanto tempo a pessoa vivia sem oficializar a relação matrimonial ou mesmo a idade que tinha no momento em que realizava a união religiosa, o mais importante era justamente vincular a união conjugal através do casamento religioso. O casamento apenas civil não era satisfatório, já o matrimônio religioso era o ideal. Era

---

<sup>27</sup> Encíclica *Rerum Novarum*. Subtítulo: A família e o Estado. Item 6.

<sup>28</sup> GOMES, Ângela de Castro. O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro. Zahar Ed., 1982. P. 158.

<sup>29</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 05/05/1939.

<sup>30</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 07/03/1941.

<sup>31</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 04/04/1941.

<sup>32</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 05/06/1942.

<sup>33</sup> Encíclica *Rerum Novarum*. Subtítulo O Estado e a família. Item 6.



uma disputa entre a influência do catolicismo e do Estado dentro da família. Estas ações eram justificadas pela Associação São Vicente, dada a necessidade de levar a população para o bom caminho:

Visitas dos pobres: As Irmãs de Caridade fizeram com D. Anna Costa 21 visitas, entre os pobres visitados tem uma família muito necessitada, o marido há dois meses doente tem 5 filhos o mais velho com 10 annos, não são casados mais mostraram boa vontade ao faze-lo.<sup>34</sup>

O Sr. PE. Diretor (...) pediu também que as visitas em domicilio aumente pois é grande fonte a conduzirmos os pobres ao caminho do Bem.<sup>35</sup>

Os interesses estatais em relação ao casamento eram semelhantes aos da Igreja Católica, mas a estes, outros eram acrescentados. O caminho do bem, da moral, também era uma motivação estatal a impulsionar a oficialização das uniões conjugais, o que pode ser percebido através da missiva enviada por Francisco de Macedo e analisada no capítulo anterior,<sup>36</sup> onde encontramos a negação do pedido do sujeito devido ao fato deste possuir duas famílias. O sentido da ordem e da moral estavam presentes, portanto, na defesa do matrimônio pelo Estado. Além desta interpretação outras são possíveis. Como analisado anteriormente, o Estado apresentava motivação da defesa do matrimônio, objetivando o incentivo à natalidade, tendo por metas o aumento da população, a ocupação do território brasileiro, principalmente do interior e o aumento da força produtiva nacional.

Embora a Igreja Católica critique a intervenção do Estado na assistência aos desprovidos, visto que percebe esta tarefa como sua, os interesses comuns, compartilhados entre Igreja e Estado, provocarão alguma aproximação entre estas instituições.

Referente à assistência promovida pelo Estado, a crítica eclesiástica afirma que “há hoje, sem dúvida, um certo número de homens que, fiéis ecos dos pagãos de outrora, chegam a fazer, mesmo dessa caridade tão maravilhosa, uma arma para atacar a Igreja; e viu-se uma beneficência estabelecida pelas leis civis substituir-se à

<sup>34</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 03/05/1940.

<sup>35</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 06/08/1943.

<sup>36</sup> P. 95 e 96.

caridade cristã”.<sup>37</sup> Porém, de todo modo, a Igreja reconhece que, “para obter o resultado esperado [da caridade] não é de mais recorrer aos meios humanos”.<sup>38</sup> Estes meios humanos são identificados como uma expectativa em torno da ação dos governantes que podem intervir na família caso esta

se encontre numa situação desesperada, e que faça esforços vãos para sair dela, é justo que, em tais extremos, o poder público venha em seu auxílio, porque cada família é um membro da sociedade. Da mesma forma, se existe um lar doméstico que seja teatro de graves violações dos direitos mútuos, que o poder público intervenha para restituir a cada um os seus direitos. Não é isto usurpar as atribuições dos cidadãos, mas fortalecer os seus direitos, protegê-los e defendê-los como convém. É um curso de ordem geral, que consiste em toda a economia.<sup>39</sup>

Neste trecho da Encíclica *Rerum Novarum* percebemos a dualidade da instituição eclesiástica, onde esta defende o fato de só ela ser responsável pela assistência à população através da caridade e, em seguida reconhecendo que o Estado pode ter sim um papel importante neste sentido.

O Estado, por sua vez, assume essa posição de auxiliador na assistência à população através de políticas de subvenção e isenção de impostos dessas instituições, religiosas ou não, que buscavam auxiliar aos indivíduos empobrecidos. Nesta direção, temos o já citado artigo 30 do Decreto-Lei 3.200 que se direcionava à subvenção das instituições assistenciais e, acrescentando-se a este artigo, temos o texto da Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935, que “determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade publica”.<sup>40</sup> O artigo primeiro deste texto legislativo determina que

As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no paiz com o fim exclusivo de servir desinteressadamente á collectividade podem ser declaradas de utilidade publica, provados os seguintes requisitos:  
a) que adquiriram personalidade jurídica;

<sup>37</sup> Encíclica *Rerum Novarum*. Subtítulo A Igreja e a caridade durante os séculos. Item 16.

<sup>38</sup> *Idem*. Subtítulo O concurso do Estado. Item 17.

<sup>39</sup> *Idem*. Subtítulo O Estado e a família. Item 6.

<sup>40</sup> BRASIL. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 28 de ago. 1935. Preâmbulo.

- b) que estão em effectivo funcionamento e servem desinteressadamente á collectividade;
- c) que o cargos de sua directoria não são remunerados. <sup>41</sup>

Esse artigo foi mencionado nas atas da Associação. Enfrentando problemas a respeito do pagamento de impostos à Prefeitura, foi deliberado em reunião da entidade que os impostos fossem pagos “à Prefeitura, afim de não incorrer na multa, e dirigir ao Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da Republica, o pedido de ser a Associação das Senhoras da Caridade de Curitiba, considerada de Utilidade Publica, afim de ser isenta de impostos”. <sup>42</sup> Se agraciada pela União, a instituição de caridade se veria livre de pesados encargos que, além do valor devido à prefeitura se somaria aos demais impostos que poderiam incorrer sobre a entidade. No entanto, não encontramos registros posteriores, nas atas da Associação, que possam nos assegurar que esta tenha conquistado ou não o título de Utilidade Pública.

Temos ainda a política de subvenção do Estado em direção às instituições assistenciais. Esta política teve grande repercussão na Associação, que se viu agraciada pelo auxílio financeiro estatal. É em torno da conquista deste auxílio e dos trâmites burocráticos necessários que circulam as correspondências trocadas entre a Associação e o Estado.

A primeira referência sobre a relação entre instituição caritativa e Estado encontrada nas atas de reuniões da Associação, foi decorrente da decretação desta legislação. Tal documentação apresenta uma breve exaltação da Associação pelos serviços prestados em favor dos pobres, “amparo este que agora vem merecer um decreto-lei especial do benemérito Governo da República”. <sup>43</sup> A menção à legislação consta de uma missiva enviada pela instituição ao Presidente do Departamento Nacional do Café, Sr. Dr. Jaime Guedes. Este Departamento era um dos parceiros da Associação, destinando-lhe doação mensal do produto agrícola e até mesmo doando a quantia de vinte contos de réis (20:000\$000) que foram enviados por intermédio do

---

<sup>41</sup> *Idem*. Artigo 1º.

<sup>42</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 05/05/1944.

<sup>43</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 02/05/1941.

Banco do Brasil.<sup>44</sup> Além desta referência temos, em vários momentos, a partir de abril de 1941, menção à subvenção federal anual que, no caso da Associação de São Vicente, somava o montante de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Na documentação da Associação, dos anos de 1942 a 1945, percebemos que embora em condições de receber essa subvenção federal, pois a instituição atendia às exigências da legislação, surgem dificuldades com a documentação a ser enviada ao Estado, acarretando no atraso do recebimento da subvenção anual da União no período acima delimitado. A leitura das atas das reuniões da Associação de São Vicente nos permite acompanhar as dificuldades enfrentadas pela Associação no atendimento às exigências documentais para requerer a subvenção federal.

Temos primeiramente o telegrama enviado pelo Ministro do Trabalho, Ataulfo de Paiva, em 1942, solicitando apresentação de documentação – resposta a um questionário constante de formulário do Conselho Nacional do Serviço Social – para liberação da quantia referente à subvenção.<sup>45</sup> Não tendo recebido a subvenção anual, a presidente da Associação recorre aos serviços do Dr. João de Oliveira Franco, pedindo, via telegrama, sua interferência “junto a poder competente sobre credito subvenção 1942”.<sup>46</sup> Pede ainda esclarecimentos a esse poder competente sobre as ações necessárias para a conquista do crédito de 1943. A resposta deste encontra-se nesta mesma ata, onde diz “que o referido crédito já tinha sido assinado pelo Presidente Exmo. Dr. Getúlio Vargas”.

Ainda a este respeito temos as atas de agosto, novembro e dezembro de 1944 e maio, junho, novembro e dezembro de 1945, nas quais encontramos referências a um ofício enviado por José de Nazaré Teixeira Dias, Diretor do Departamento de Administração (Divisão do Orçamento) do Ministério da Educação e Saúde, comunicando a aprovação da prestação de contas apresentada pela Associação, possibilitando o envio das subvenções federais referentes aos exercícios de 1942 e 1943, além da necessidade de nova documentação para liberação de subvenção referente ao ano de 1944. A subvenção de 1945 enfrentou novos problemas para ser

---

<sup>44</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 06/06/1941.

<sup>45</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 06/02/1942.

<sup>46</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de ?/06/1943.

liberada, o que resultou na intervenção da Associação de São Vicente junto ao Ministro Ataulfo Paiva. Ainda houve menções feitas pelo Padre Ladislau Kulla e a presidente da Associação de São Vicente à respeito das dificuldades enfrentadas junto à burocracia do Estado.

O não recebimento do valor da subvenção prejudicava as atividades da Associação. É o que percebemos pela leitura da ata de 07/08/1942, onde há o relato das dificuldades da instituição em efetuar o calçamento defronte sua nova sede. Na dita ata, encontramos as seguintes informações:

A senhórá presidente falou-se sobre o imposto de calçamento, que não conseguiu isenção do mesmo e que a Prefeitura exige seja feito o quanto antes o dito calçamento, mas que no momento a Associação não poderá fazê-lo, pois como sabemos não recebemos este ano a subvenção Federal.

As dificuldades em obter o crédito anual do Estado ocupam espaço em diversas atas da entidade, havendo mesmo alguns anos em que a instituição não recebeu a subvenção, como foi o caso do ano de 1945. Apesar de não ter recebido a subvenção federal do exercício de 1945, temos que a Legião Brasileira de Assistência – LBA,<sup>47</sup> neste mesmo ano, fez duas doações à Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo ambas no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) que, somadas, perfazem o montante de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) anualmente destinado à Associação pela subvenção federal. De certa maneira, portanto, a Associação recebeu a subvenção federal correspondente ao ano de 1945, apenas tendo havido modificação no órgão governamental que o enviou: da Divisão do Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde para a Legião Brasileira de Assistência.

Para esclarecer essa farta documentação a respeito da subvenção federal, construímos a seguinte tabela, cujos dados foram colhidos na leitura dos Livros Caixa da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, referentes ao período de 1941 a 1950.

---

<sup>47</sup> Órgão Federal criado em 1942 por Getúlio Vargas, presidido desde então pelas primeiras-damas e que destinava-se à aplicação das políticas sociais do Estado.

**Tabela de Subvenção Federal**

<b>Ano</b>	<b>Crédito (valor)</b>	<b>Referente a</b>
08/1941	10\$000 *	Subvenção Federal referente ao ano de 1941
1942	_____	_____
08/1943	\$ 10.000,00 **	Subvenção Federal referente ao ano de 1943
12/1944	\$ 30.000,00 **	Subvenção Federal referente aos anos de 1942, 44 e 45
1945	_____	_____
1946	_____	_____
08/1947	\$ 20.000,00 **	Subvenção Federal referente aos anos de 1946/ 47
<b>Total ***</b>	<b>\$ 70.000,00</b>	

Fonte: Livro-Caixa da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

\*Contos de Réis

\*\* Cruzeiros

\*\*\* Total recebido referente aos anos civis de 1940 a 1946.

Observa-se a irregularidade da transferência da subvenção federal à instituição, tendo sido constante apenas nos anos de 41, 43 e de 44, como fica demonstrado na troca de correspondências entre a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo e a União. Concluímos, a partir das fontes institucionais, que em parte isto ocorreu por insuficiência da documentação exigida, e em parte pela lentidão da burocracia do aparelho de Estado.

Outras interpretações possíveis seriam o desinteresse político do Estado em auxiliar e apoiar o tipo de assistência praticado pela Associação, optando por outras formas de auxílio ou outro público a ser assistido. Sendo assim, o Estado poderia ter optado por auxiliar o setor da educação, da habitação ou até mesmo outros sujeitos, como os trabalhadores sindicalizados. Embora não possamos sustentar com absoluta certeza quaisquer das hipóteses apresentadas não podemos ignorar as diversas possibilidades de interpretação que o ambiente político e social que caracteriza o período estudado nos oferece.

Não era apenas da União que a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo recebia apoio financeiro. Outras instituições ligadas às esferas

administrativas do Governo contribuíram para a causa da instituição. Dentre estas podemos citar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal do Paraná e o Banco do Estado do Paraná. Inicialmente, nas atas, encontramos referência a um depósito pontual do Banco do Brasil em nome da instituição, realizado em julho de 1943,<sup>48</sup> quando recebeu donativo no valor de Cr\$ 10.000,00.

A vinculação financeira da Associação com as três instituições bancárias acima citadas se intensifica e se torna importante meio de obtenção de capital necessário à entidade para efetuar suas atividades. O Livro-Caixa da Associação, exclusivamente empregado para o registro das doações feitas em prol do Natal<sup>49</sup> da instituição, demonstra as doações realizadas pelos estabelecimentos bancários acima citados. Para facilitar a leitura dos dados utilizaremos novamente a construção de uma tabela. É importante notar que a tabela foi construída a partir do ano de 1935, e não 1937, devido ao fato da primeira contribuição de instituições bancárias ligadas ao governo estadual ou federal, ter ocorrido neste ano, dando início às transações financeiras que beneficiaram a Associação. Acreditando que este fato é importante, optamos por construir a tabela incluindo os anos de 1935 e 36.

---

<sup>48</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 02/07/1943.

<sup>49</sup> A Associação organizava, anualmente, uma festa de Natal da qual todos os pobres protegidos pela instituição, além de todos os pobres avulsos e as damas que constituíam o quadro social da entidade, podiam participar. Nesta festa eram distribuídos presentes às crianças e gêneros alimentícios e roupas às famílias. Geralmente era na comemoração natalina que a Associação realizava a maior distribuição anual de donativos, também atingindo os presidiários e doentes físicos e mentais internados em instituições de saúde da capital paranaense.

**Tabela das contribuições em prol do Natal dos pobres**

<b>Ano</b>	<b>Caixa Econômica Federal do Paraná</b>	<b>Banco do Brasil</b>	<b>Banco do Estado do Paraná</b>	<b>Prefeitura Municipal de Curitiba</b>
1935	50\$000 *	100\$000 *	_____	_____
1936	50\$000 *	100\$000 *	100\$000 *	_____
1937	100\$000 *	200\$000 *	200\$000 *	100\$000 *
1938	_____	200\$000 *	200\$000 *	_____
1939	_____	200\$000 *	200\$000 *	_____
1940	_____	500\$000 *	500\$000 *	_____
1941	1:000\$000 *	1:000\$000 *	500\$000 *	_____
1942***	_____	500,00 **	1:500\$000 *	_____
1943	3.000,00 **	10.000,00 **	2.000,00 **	_____
1944	2.500,00 **	10.000,00 **	2.500,00 **	_____
1945	3.000,00 **	5.000,00 **	3.000,00 **	_____

Fonte: Livro-Caixa da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

\* Valores em Contos de Réis

\*\* Valores em Cruzeiros.

\*\*\* Notar que os valores constantes deste ano estão apresentados em Cruzeiros e em Contos de Réis já que foi neste ano que houve a mudança na moeda corrente, tendo sido realizada uma contribuição antes da mudança e outra posterior.

Temos ainda, a partir de 1945, uma doação de “3.000,00 Cruzeiros mensaes [efetuada] pelo Governo do Estado”.<sup>50</sup> Percebemos, através das análises das fontes apresentadas, um crescente interesse do aparelho governamental, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, para com a assistência social. Gradualmente, o Estado interveio política e economicamente, na intenção de proporcionar meios legais pelos quais a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo – representante de inúmeras instituições de interesse social, já existentes ou surgidas no período – pudesse realizar melhor suas ações.

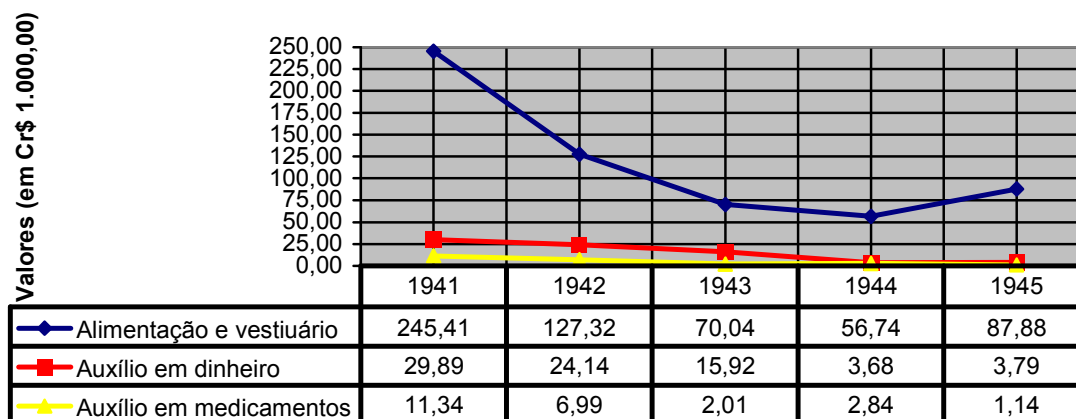
<sup>50</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 05/12/1945.



Por um lado, percebemos que o interesse público em assistir financeiramente às instituições assistenciais é crescente. Com relação à Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, isto fica evidente pela observação das tabelas formadas pelas informações constantes das fontes institucionais. Porém, no decorrer dos anos de 1941 a 1945 os auxílios prestados pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo decresceu consideravelmente. Em parte, podemos justificar esse decréscimo pela construção da sede própria da instituição, que durante os anos de 1941 e 1942 consumiu o montante de Cr\$ 285.502,00.<sup>51</sup> Esse valor inclui registros referentes à compra de material de construção, ao trabalho de engenheiros e arquitetos, à aquisição de mobiliário para a nova sede.

Os registros financeiros da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo estão organizados no Livro de Contas-Correntes da instituição. Contudo, embora estejamos analisando o período do Estado Novo, este documento institucional percorre apenas o período de janeiro de 1941 a dezembro de 1945. Com base na análise dos dados fornecidos por esta documentação, percebemos claramente o decréscimo no valor dos auxílios prestados pela instituição no período:

#### Tipologia dos auxílios prestados pela instituição



Fonte: Livro de Contas-correntes da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

<sup>51</sup> ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **Livro Caixa da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.** Anos de 1941 e 1942.

Esse decréscimo percebido através da leitura do gráfico leva-nos a questionar o porquê dessa ocorrência. Lendo as fontes institucionais, neste caso mesclando informações do Livro-Caixa e do Livro de Atas da instituição, percebemos que no período de 1941 a 1945 a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo contou com a conquista de um abono anual de Cr\$ 10.000,00 do Estado Varguista. Se por um lado houve o acréscimo de considerável quantia na receita da instituição, por outro houve, durante os anos de 1941 e 1942, a construção de uma sede para a Associação e a compra de mobiliário desta, gastos que, em grande volume, prejudicavam a disponibilidade de atendimentos realizados pela instituição.

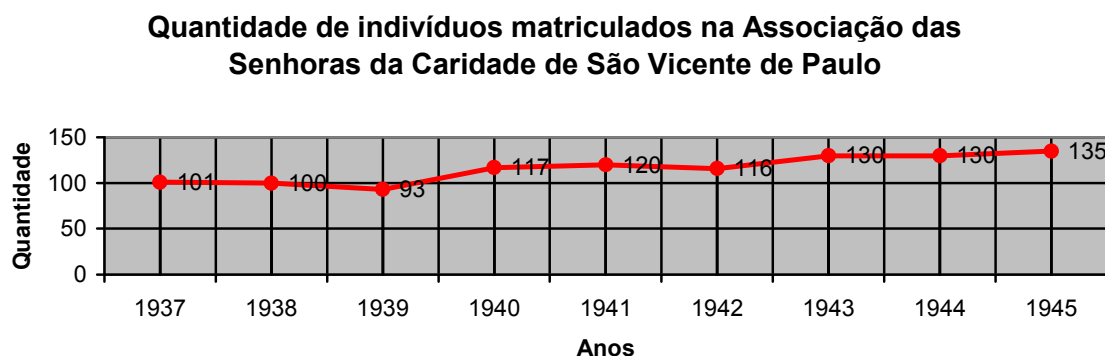
O repasse de recursos do Estado para a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo entre os anos do Estado Novo, ou sofreu aumento de um ano para outro ou manteve o mesmo patamar. Ou seja, enquanto a receita da instituição aumentava ou mantinha-se estável, o repasse de verba através de assistências aos indivíduos assistidos decresceu. Nesta direção, afirmamos que a construção e mobiliamento da sede própria da Associação prejudicou o volume da assistência prestada pela entidade a seu público.

O conflito internacional ocorrido no período não parece ter influenciado nas atividades da entidade, visto que o repasse de verba estatal manteve-se, sendo modificado apenas o destino que a instituição dava ao montante recebido.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que os valores empregados na assistência dos indivíduos protegidos pela entidade diminuíram, a quantidade de cidadãos e famílias regularmente assistidos e matriculados na instituição caritativa manteve-se relativamente o mesmo. Considerando o momento em que estes dois fatos ocorrem – construção de nova sede para a Associação e conquista da Subvenção Federal – somos levados a refletir que, a fim de organizar-se financeiramente, a instituição preferiu manter o número de protegidos a uma quantidade conveniente ao contexto vivido e controlar melhor seus gastos.

Ou seja, mantendo quase intacta a gama de indivíduos matriculados, a Associação disporia de constante controle sobre a disponibilidade de recursos para efetuar as obras de que necessitava. Mantinha-se um universo de protegidos que fosse condizente aos gastos que a instituição poderia arcar num momento em que grande

parcela dos valores arrecadados seria utilizada na construção de sua sede própria, desta forma a entidade manteria controle sobre seus gastos, evitando contrair dívidas. O universo de cidadãos auxiliados pela entidade caritativa apresentou, entre os anos de 1937 e 1945 o seguinte progresso:



Fonte: ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **Livro de Chamada dos Assistidos da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo**. Anos de 1937 a 1945.

Temos, portanto, um público que gira em torno de 115 indivíduos sendo auxiliados pela Associação durante os anos do Estado Novo. As fontes institucionais apontam para a existência de outras formas através das quais a Associação conquistava o montante necessário para desenvolver suas ações.

Esta instituição era reconhecida pela sociedade de Curitiba no período do Estado Novo. Percebemos isto devido às inúmeras e variadas doações feitas à entidade. Em alguns casos a doação era anônima, e quando isto ocorria, em geral era deixado um envelope lacrado e não identificado na sede da instituição. Em outros casos, havia a identificação do doador, o que geralmente ocorria quando a atitude de doar se originava em alguma instituição financeira, privada ou pública, que, inclusive, servia-se desta ação como uma forma de propaganda institucional. As doações não eram apenas em dinheiro, mas abrangiam uma variada gama de objetos e áreas de assistência. Há vários registros de doações em remédios, vestimentas, alimentos, e até mesmo empréstimo de veículos de particulares para aumentar o raio de distribuição de bens feita pela entidade.

Além das doações, outra forma de conseguir a quantia necessária para financiar os auxílios normalmente prestados pela entidade e o atendimento dos pedidos apresentados pelos assistidos era através da mensalidade paga pelas damas, que compunham o quadro social da Associação. O valor variava. Não há registros de qualquer tipo de definição do valor dessa contribuição mensal feita pelas damas, o que acarretava uma variação, não muito significativa, dos valores arrecadados de um mês para outro.

A quantia mensalmente arrecadada pela instituição para o atendimento dos seus assistidos, tanto com relação aos auxílios normalmente praticados, quanto os auxílios extraordinários - aqueles representados pelas demandas dos indivíduos - girava em torno de 600,00 a 700,00 cruzeiros.<sup>52</sup> Contudo, os registros documentais da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo apontam para um considerável aumento desse valor no mês de dezembro, nos dias próximos ao Natal. Nesta época a arrecadação aumentava para valores que chegavam a 100.000,00 cruzeiros.<sup>53</sup> No entanto, maior variação se dava nos valores referentes aos donativos arrecadados. Estes, nos meses de janeiro a novembro, giravam em torno de 400,00 cruzeiros,<sup>54</sup> havendo meses em que o valor atingia apenas Cr\$ 184,90,<sup>55</sup> como em agosto de 1943, por exemplo. Contudo, nos meses de dezembro o montante dos donativos saltava para espantosos 114.634,20 cruzeiros,<sup>56</sup> ou mesmo Cr\$ 183.212,60.<sup>57</sup>

A assistência social dirigida a indivíduos pobres, doentes, desempregados e outros mais, foi o meio através do qual se fez a ligação desses sujeitos com o Estado. Por outro lado, foi também através destes auxílios prestados por instituições eclesiásticas e leigas, religiosas ou não, que se estabeleceu uma das formas de relação

<sup>52</sup> ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **Livro de Contas-correntes da Associação**. Média referente aos meses de janeiro a novembro dos anos de 1941 a 1945.

<sup>53</sup> *Idem*. Média referente ao mês de dezembro de 1943.

<sup>54</sup> *Idem*. Média referente aos meses de janeiro a novembro dos anos de 1941 a 1945.

<sup>55</sup> *Idem*. Média referente ao mês de agosto de 1943

<sup>56</sup> *Idem*. Média referente ao mês de dezembro de 1944.

<sup>57</sup> *Idem*. Média referente ao mês de dezembro de 1945.

entre a Igreja Católica, a população brasileira e as elites nacionais em direção às demais camadas populacionais. Esta mesma intenção de assistir cidadãos empobrecidos e necessitados foi um dos estopins pelos quais se deu a aproximação entre o Estado e a Igreja Católica, assim como da União em direção às elites nacionais que atuavam em instituições assistenciais leigas e sem caráter religioso.

Contudo, não podemos nos esquecer de que as ações do Estado Vargasista em prol do auxílio financeiro de instituições assistenciais apresentam outros interesses além da vontade de melhorar a assistência que estas entidades destinavam ao seu público-alvo. Por um lado podemos destacar que a subvenção federal era uma forma de vincular práticas assistenciais particulares com o Estado. Este vínculo, além de ser financeiramente positivo para a entidade assistencial também trazia vantagens para Getúlio Vargas, que fortalecia sua imagem de benfeitor e pai dos pobres junto à população brasileira e também junto à Igreja, que administrava a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Este era um fato e uma conquista importante, pois o apoio da Igreja significava ganho de influência do Estado sobre a população católica, já que a instituição eclesiástica expunha seu apoio através de publicações próprias, como a revista *Vozes de Petrópolis*.

As camadas altas da sociedade, que compunham o corpo social da instituição, também eram conquistadas. A imagem que as elites tinham de Getúlio se fortalecia, pois estas acompanhavam os auxílios prestados pela União à população assistida pela entidade. Relatos destes auxílios certamente eram propagados nos círculos sociais dos quais as Damas da Caridade participavam. Isso aumentava ainda mais o alcance da imagem positiva que Vargas se preocupava em expandir, pois suas políticas de assistência se tornavam conhecidas de parcela de importante camada social brasileira.

Temos ainda a conquista de apoio e admiração por parte dos sujeitos menos favorecidos, que se viam assistidos por estas instituições. Surgem dessa conjuntura algumas alcunhas que Getúlio passou a ostentar, como “Pai dos Pobres” e “Benfeitor da Nação”. Nesta direção, podemos compreender a subvenção federal ou até mesmo o Título de Utilidade Pública criado pelo Estado e conferido a instituições assistenciais sem fins lucrativos como um ato que demonstra interesses estatais, como uma ação

que beneficia tanto a União e a figura de Getúlio Vargas quanto as organizações às quais tais benefícios foram destinados.

Que frutos, além da subvenção federal a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo obteve com a preocupação do Estado e Igreja em apoiá-la? Os ganhos em estrutura física foram evidentes, assim como a diversificação dos serviços assistenciais oferecidos pela Associação. Dentre estes últimos salientamos a criação da farmácia,<sup>58</sup> e a oferta de consultas médicas realizadas no ambulatório. Os trechos de atas que se seguem exemplificam parte dos auxílios prestados pela entidade aos seus protegidos. Em março de 1937, por exemplo, foi visitada pelas senhoras Hilda Franco, Jovina Karam e Irmã Izabel “uma família que tinha quatro crianças doentes e que foram internadas no Hospital de crianças”.<sup>59</sup> As doenças acometiam em grande quantidade os sujeitos assistidos pela entidade, o que é visível pelo registro constante da ata de fevereiro de 1940, onde encontramos o Dr. Borges de Macedo e a Senhora D. Anna Costa fazendo as seguintes visitas:

Maria Bordóla 1 visita e consulta e a Irmã Izabel providenciou a radiografia e transporte da mesma a Santa Casa, João Padilha 4 consultas e medicamentos. Alirio Campos 5 consultas e medicamentos, Maria de Andrade 3 consultas e medicamentos, Antonio Ribeiro da Fonseca 1 visita.<sup>60</sup>

O internamento escolar também era uma providência cabível em alguns casos. Esta foi a solução encontrada para o filho da pobre Augusta de Britto, que “foi internado na Escola Carlos Cavalcanti”<sup>61</sup> após o falecimento da mãe.

Também precisamos ressaltar os frutos morais. Esta preocupação é percebida em diversos trechos da documentação da instituição e as situações são as mais diversas. Temos, por exemplo, o caso registrado no dia 03 de março de 1937, em que a “Irmã Izabel fez trinta visitas aos pobres, entre ellas foi notado que Benedicta Manedia tem uma vida um pouco suspeita; que a Izidora, segundo informações, vende tudo o

---

<sup>58</sup> Criada em 1935

<sup>59</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo Ata de 03/03/1937.

<sup>60</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo Ata de 02/02/1940.

<sup>61</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo Ata de 03/02/1939.

que recebe no Dispensário ficou resolvido então de suprimir este cartão”.<sup>62</sup> Outra das obras assistenciais surgidas no período foi a creche para atender aos pais que não podiam passar todo o período com seus filhos devido ao tempo que dedicavam ao trabalho ou que, nos dias de distribuição de gêneros, as crianças ficassem em outra área da instituição enquanto seus pais recebiam os donativos. Esta parte física da sede da instituição, destinada às crianças, foi construída junto ao Dispensário,<sup>63</sup> que por sua vez, teve sua construção iniciada em 19.07.1941.

Os indivíduos assistidos pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo são moradores de diferentes espaços da capital paranaense, contudo, algumas regiões de Curitiba apresentam maior número de indivíduos sendo assistidos pela entidade. O universo de sujeitos e famílias atendidas variava, tendo oscilado de 93 a 135 nos anos do Estado Novo.

A maioria dos domicílios protegidos eram registrados nos nomes das mulheres que os habitavam. Podemos apresentar diferentes interpretações a respeito deste fato. Iniciamos relacionando-o com a forte caracterização feminina da Associação, que apresentava apenas o Diretor e alguns profissionais do sexo masculino, que a auxiliavam na sua assistência aos pobres, como médicos, farmacêuticos e outros. Dos 98 domicílios listados no Livro de Chamada dos Assistidos do ano de 1937, por exemplo, 11 são identificados por nome masculino, os demais 87 são apresentados pelos nomes de moradoras.

Por outro lado, podemos apontar a forte presença feminina no lar. A mãe era a figura responsável pelos cuidados com a prole, portanto, deveria ser uma presença constante no domicílio da família, tornando-se assim, uma figura importante na relação entre a instituição e o núcleo familiar, já que era através dela que se faziam os contatos necessários.

Outra hipótese a ser levantada é a frequência com que as mulheres compareciam aos cultos religiosos. Esta forte presença feminina nas missas e cerimônias religiosas, que deu margem à figura pejorativa das mulheres carolas, pode ser vista como uma pista no estreitamento das relações entre a população assistida

---

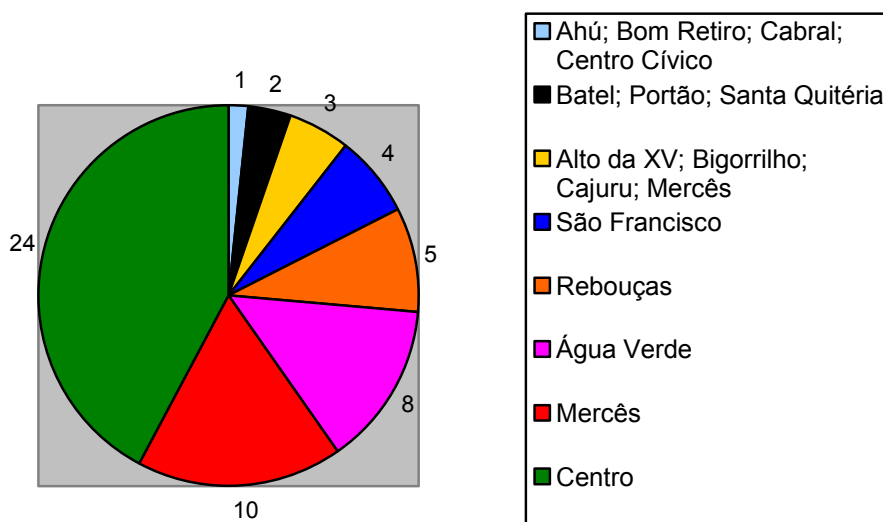
<sup>62</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo Ata de 03/03/1937.

<sup>63</sup> Espaço destinado à distribuição dos gêneros alimentícios e outros bens materiais.

pela Associação e as damas da caridade. Visto que a entidade assistencial possuía caráter católico e incentivava a presença dos protegidos nas cerimônias religiosas, temos que a participação das mulheres dos domicílios atendidos nas missas, poderia ser uma forma de identificação entre estas e as senhoras de caridade, que também freqüentavam assiduamente os cultos católicos.

No Livro de Chamada dos Assistidos, percebemos também, uma concentração dos domicílios assistidos em algumas áreas da cidade. No mesmo ano de 1937, temos a identificação dos endereços de 73 domicílios. Destes, um terço, ou 24 residências, estavam situadas no Centro da cidade. Dez moradias estavam registradas no bairro Mercês, 8 no Água Verde, 5 no Rebouças, 4 no São Francisco. Temos três endereços em cada um dos seguintes bairros: Alto da XV, Bigorriho e Juvevê, duas residências nos bairros Batel, Portão e Santa Quitéria e, finalizando, uma moradia em cada um dos seguintes bairros: Centro Cívico, Cabral, Ahú e Bom Retiro. Para efeito de visualização, criamos o gráfico abaixo:

**Distribuição dos domicílios atendidos pela Associação  
nos bairros de Curitiba**



Fonte: ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **Livro de Chamada dos Assistidos da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.** Anos de 1937 a 1945.



Através das fontes da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo percebemos que os indivíduos protegidos pela entidade ou que recorriam a ela de forma isolada não eram os únicos auxiliados pela instituição. Outro grupo social também usufruía de benefícios. Este grupo é aquele formado pelas mulheres que pertenciam ao corpo social da entidade.

Observando atentamente a estrutura organizacional da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, percebemos uma hierarquia constituída, a qual notadamente confere às damas que ocupam cargos mais elevados, um *status* no interior desta instituição e frente às demais senhoras da camada social da qual fazem parte.

A busca por *status* marcava as relações no interior da instituição. Além da necessidade de organização institucional, com cargos distribuídos entre as damas de caridade, como presidente, primeira e segunda secretária, tesoureira e outros, cada um desses degraus corporativos representando uma carga de poder e responsabilidade diferentes, temos outras formas de relação vertical estabelecidas. Nesta direção temos, como principal forma de atingir uma posição social dentro do grupo, a conquista do direito de utilização do crucifixo e, conseqüentemente, a possibilidade de ser uma Dama Ativa da instituição. As Damas Ativas são as únicas senhoras que podem atuar na visitação dos indivíduos auxiliados pela instituição, decidindo quem poderia continuar a usufruir deste auxílio e que domicílio deixaria de dispor deste privilégio. Portanto, ser Dama Ativa era exercer poder, era definir, julgar e dar ou retirar o privilégio do auxílio aos diferentes domicílios assistidos pela Associação. Esta afirmação é demonstrada pela documentação institucional:

A sessão foi aberta com as orações de costume. Em seguida foi feita a chamada das senhoras Ativas, achando-se presentes 14, justificaram a falta 5, sem justificção 2, presentes ainda a Rvma. Irmã Izabel e a Sra. D. Olívia Gomes Xavier que está fazendo o estágio estabelecido pela Associação a fim de receber o Crucifixo, distintivo das Senhoras Ativas.<sup>64</sup>

Segundo a citação, podemos concluir que nem todas as senhoras que participam da instituição usufruem do mesmo *status* no interior desta. Para se tornar

---

<sup>64</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 07/11/1945.

Dama Ativa e, desta forma, ter o poder de decisão, de dar e tirar, de auxiliar ou não e de demonstrar sua fé através da ação de visitação, há a necessidade de realização de um estágio. Este processo de aprendizado do estágio era praticado aos olhos de uma Irmã, que decidia a aceitação da estagiária como uma Dama Ativa efetiva.

Em outro trecho das atas da instituição encontramos mais uma referência aos crucifixos, no qual está simbolicamente representado o *status* conquistado pelas Damas Ativas no interior do grupo, do corpo institucional. Este trecho afirma o caráter dos “trabalhos das Senhoras da Caridade junto aos pobres, assistindo-os não só materialmente como também espiritualmente, honrando assim a Cruz que carregam, como símbolo de sua nobre missão”.<sup>65</sup>

Ou seja, estas senhoras agiam com objetivos distintos: assistir os menos afortunados e auxiliar a si próprias, conquistando através de suas ações na instituição, o perdão do pecado original de que eram portadoras. Outra possibilidade de interpretação das ações destas senhoras também pode ser entendida como a diferenciação social. Compreendemos esta diferenciação social de duas formas: a primeira como uma diferenciação entre as damas e o seu público alvo, pois auxiliavam os pobres, doentes, inválidos e desempregados que compunham o público da instituição da qual faziam parte. Se estas senhoras auxiliavam esse público alvo, significa que não pertenciam àquela camada social que estava sendo alvo de assistência. Desta forma, a participação das Senhoras da Caridade nas ações promovidas pela Associação são uma forma de afirmação de sua posição social superior àquela na qual seus assistidos se encontram.

A outra forma de diferenciação é aquela entre indivíduos do mesmo grupo social, ou seja, entre as próprias damas da caridade. Esta diferenciação ocorre ao verificarmos que, dependendo do local social ocupado dentro do quadro institucional, a dama passa a usufruir de mais poder e *status* do que aquelas senhoras que estão inferiormente posicionadas na hierarquia institucional. Estas últimas não podem tomar decisões de grande relevância ou usar o crucifixo que, como foi afirmado pela própria documentação, é o símbolo da nobre missão da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

---

<sup>65</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 10/12/1943.

Temos ainda, as ações da instituição permeadas pela busca de recompensas posteriores, principalmente no que concerne à crença na vida eterna. Nesta perspectiva a atuação das damas busca benefícios próprios e auxílios aos seus protegidos. Nas reuniões mensais da entidade há a menção a esses objetivos nos discursos proferidos pelo Reverendo Padre Ladislau Kulla, Diretor da instituição:

...e terminando pedia a Nosso Senhor neste fim de ano, todas as benções para a Associação e seus membros e pediu a todas um exame de consciencia para assim glorificarmos á Deus, e si e consciencia nos acusar de alguma falta ou falha, pediremos perdão e renovaremos o propósito do Espírito da Caridade e à Deus ofereceremos nossas alegrias, consolações e magúas lembrando estas palavras: Bemaveturados sois vós quando vos perseguirem por minha causa, porque grande é a vossa recompensa no Céu.<sup>66</sup>

Como é possível perceber no discurso do Padre Ladislau Kulla, a ideologia cristã de auxílio aos mais necessitados é transformada aqui, na prática cristã de auxílio a si próprio. Verificamos isto quando o padre diretor afirma que, caso haja alguma acusação de falta ou falha na consciência das senhoras da caridade, estas devem renovar suas ações de assistência, suas intenções de auxílio aos pobres, doentes, inválidos e desempregados, sujeitos-alvo das práticas da instituição. A promessa final é a recompensa no Céu. Temos ainda outro trecho que também aponta para os objetivos acima citados:

Disse-nos que relativamente a caridade deveremos procurar socorrer os pobres envergonhados,<sup>67</sup> atender principalmente estes, pois os pedintes não teem a mesma necessidade pois não acanham-se de pedir de porta em porta; isto dará maior trabalho, mais, maior será também a recompensa. (...) e que os pobres matriculados sejam de preferência os envergonhados.<sup>68</sup>

É interessante perceber a preferência da instituição no atendimento de pobres envergonhados. Podemos inferir que tal predileção ocorre devido à identificação das damas com os sujeitos que, anteriormente haviam pertencido a seu grupo social, mas que, por diferentes motivações, vieram a perder suas posses e viram-se levados a

<sup>66</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 06/12/1944.

<sup>67</sup> Pobres envergonhados são aqueles indivíduos que, tendo usufruído de uma vida confortável, foram levados à pobreza devido a problemas financeiros nos seus negócios.

<sup>68</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 01/08/1941.

recorrer à assistência da Associação. A esta interpretação soma-se a justificativa apresentada nas fontes institucionais, que afirma que aos pobres envergonhados será dada preferência exatamente por estes se acanharem em pedir auxílio, ao contrário dos pobres não classificados como envergonhados.

Portanto, percebo que, para as senhoras da caridade desta instituição, a existência de um grupo social menos privilegiado permite-lhes: 1. obter a redenção dos pecados terrenos dedicando-se a uma obra assistencial estimulada e estruturada em valores cristãos; 2. utilizar de maneira produtiva parcela do tempo livre do qual essas damas da sociedade dispunham; 3. Conquista de *status* frente às demais damas da sociedade curitibana que faziam parte de seu círculo social e frente às demais damas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, as quais ocupavam cargos inferiores na hierarquia da instituição.

A busca por uma recompensa no paraíso e o fato das ações institucionais estarem pautadas nos valores cristãos, representa a importância e a força da presença da Igreja Católica na entidade caritativa. Outra forma pela qual podemos perceber essa influência é através da observação dos auxílios que esta instituição prestava aos seus assistidos. A assistência prestada pela entidade não era apenas material.

A Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo é, portanto, um espaço de encontro de diferentes camadas da sociedade brasileira. Nesta instituição encontramos representantes da Igreja Católica, na figura do Padre Diretor Ladislau Kulla, assim como de indivíduos das camadas mais abastadas da sociedade, representados pelas Senhoras da Caridade. O público alvo das ações caritativas da instituição é composto por representantes das camadas pobres de Curitiba e, por último, temos também representantes de diferentes esferas públicas de poder, que mantiveram contato com a Associação através de correspondências e auxílios prestados, como o Prefeito de Curitiba, Ministros e até mesmo o Presidente da República. As relações da instituição com as diferentes esferas de poder foram uma importante forma de ajuda financeira recebida pela entidade. As formas de auxílio estatal à Associação aconteciam em forma de doações recebidas ou pela conquista da Subvenção Federal, já abordada.

A Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo foi, além de um local institucionalizado de busca por auxílio e assistência à qual parcela necessitada da sociedade curitibana recorria, um ambiente onde os assistidos apresentavam suas demandas.

A quantidade de indivíduos assistidos pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo não interferiu, no entanto, na forma de atuação desses mesmos protegidos. Recebendo auxílio da entidade de forma sistemática, mensal ou semanalmente, os sujeitos matriculados demonstravam reconhecimento pela instituição que lhes auxiliava, agradecendo-lhe publicamente através de cartas enviadas à sede da Associação ou, até mesmo, através de informativos públicos, como jornais da época. Exemplificam estas atitudes os seguintes trechos das atas do ano de 1940:

Foi lida uma carta da pobre Maria da Gloria Padilha agradecendo o auxílio que recebeu da Associação por ocasião de seu casamento.<sup>69</sup>

Correspondência: Recebemos de uma socorrida uma carta de agradecimentos pelos inúmeros auxílios que esta associação proporcionou-lhe em horas tristes. A pobre Anna da Luz no dia em que completou 84 anos agradeceu pela imprensa os auxílios que por muitos anos vem recebendo desta associação.<sup>70</sup>

O agradecimento dos pobres assistidos pela entidade não era a única forma de contato entre as damas da instituição e seu público. Pequena quantidade de registros nos Livros de Atas da Associação relata que alguns indivíduos assistidos pela entidade contatavam a mesma a fim de conquistar auxílio extraordinário.

Estes sujeitos que apresentavam demandas ao corpo institucional não constituíam grande universo de indivíduos, mas seus pedidos são relevantes para compreendermos as dificuldades enfrentadas por eles e suas prioridades. Desta forma temos protegidos que se viam satisfeitos pelos auxílios da Associação e outros que buscavam alternativas diversas de auxílio, pois circunstâncias cotidianas levavam-nos a requerer novas formas de assistência.

---

<sup>69</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 02/02/1940.

<sup>70</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 06/09/1940.

As demandas eram apresentadas individualmente, sem que houvesse qualquer forma de atuação de grupo por parte dos sujeitos protegidos pela entidade. Nesta direção, temos sujeitos que embora agrupados pela instituição de caridade, ao serem matriculados nesta e usufruírem de seus auxílios, atuavam individualmente quando necessitavam de assistência diversa daquela comumente oferecida pela Associação.

A fim de compreendermos a forma de atuação destes indivíduos partiremos para a análise dos diferentes pedidos apresentados. Os registros dos pedidos apresentados pelos protegidos da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo estão documentados nos Livros de Atas da Associação. Como exemplo de atuação de um sujeito assistido pela entidade temos, em outubro de 1937, o seguinte:

Acham-se também doentes Garibaldi Silva, Maria Thereza e o Marido da pobre Rosemira. Garibaldi Silva pediu o auxílio do aluguel da casa por um mez e foi concedido. A nossa eis pobre Anália de Carvalho pediu um auxílio e sendo motivo justo também foi concedido.<sup>71</sup>

Garibaldi Silva e Anália de Carvalho tiveram suas demandas atendidas, contudo são pessoas que se encontram em situações diferentes. Por um lado temos Garibaldi, matriculado na entidade caritativa e que, provavelmente por dificuldades financeiras advindas do quadro de doença que enfrentava, necessitava que a Associação arcasse com a despesa de aluguel de sua residência. Por outro lado, temos Anália, que não é matriculada na instituição, mas que já havia desfrutado de tal condição anteriormente. Esta cidadã, por já ter sido assistida pela entidade, ao enfrentar uma situação de dificuldade dirige-se a esta a fim de receber um auxílio extraordinário. As fontes, no entanto, ao contrário do que aconteceu com o pedido de Garibaldi, não registram a demanda de Anália, sendo-nos impossível perceber qual o auxílio que ela necessitava.

A tipologia dos pedidos apresentados à instituição de caridade é diversa, mas geralmente engloba o enfrentamento de problemas financeiros. Essa característica é marcante, até mesmo porque a Associação privilegia o atendimento de pessoas desempregadas, pobres, inválidas e doentes, que não dispõem de meios próprios pelos

---

<sup>71</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 01/10/1937.

quais subsistirem. Contudo, nem sempre as demandas apresentadas pelos pobres assistidos pela entidade têm, como alvo de auxílio, seu autor. Há casos em que um indivíduo assistido pela Associação apresenta demandas a esta afim de conquistar auxílio para um terceiro indivíduo. Este é o caso protagonizado por uma das mulheres assistidas pela entidade, que abre mão de seu auxílio semanal de mantimentos para receber um auxílio financeiro:

Uma de nossas socorridas pediu que no lugar dos mantimentos que recebe, fosse dado a quantia de 10000 mensais para pagamento do internato de uma sua neta no colegio de Irmãs, o pedido foi aceito e o pagamento será feito diretamente ao Colégio.<sup>72</sup>

A protegida, que não foi identificada, dispunha de auxílio em mantimentos para si e, entrando em contato com as damas da Associação conquista um auxílio financeiro de acordo com a necessidade que enfrentava. A cidadã opta por auxiliar na educação de sua neta ao invés de receber os mantimentos de que dispunha. Desta atitude compreendemos que a pobre provavelmente possui meios através dos quais assegurar a sua alimentação e de quem mais convivesse com ela, já que dispensa os alimentos e prioriza a educação de uma familiar sua.

O valor do auxílio que a entidade passará a oferecer à assistida é considerável, o que nos leva a pensar sobre os argumentos que esta utilizou a fim de convencer as damas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo a concordarem com a mudança. As fontes não apresentam informações a respeito da argumentação, o que apenas nos permite especular a respeito. Considerando-se o caráter cristão da entidade, refletimos que as damas da instituição possam ter se convencido da mudança pelo altruísmo que caracteriza o pedido de sua protegida, que age caritativamente em prol de sua neta.

Existem registros de casos em que outros sujeitos intervieram junto à Associação a fim de buscar um auxílio desta em prol de um indivíduo ou núcleo familiar. A grande maioria dos casos em que isto ocorre é caracterizada pela intervenção de indivíduos que compõem o corpo social da própria instituição, como alguma das senhoras da caridade ou até mesmo o padre diretor.

---

<sup>72</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 05/09/1941.

Observemos alguns exemplos destas situações: na ata de 02/06/1939, o diretor da entidade, Padre Ladislau Kulla, informou, na reunião mensal, “que na rua Visconde de Nácar nº888 se acha uma família doente e necessitada, e pede o auxílio desta Associação”.<sup>73</sup> Embora haja o registro deste pedido na documentação da instituição não há, contudo, referências quanto aos auxílios prestados a este núcleo familiar. Situação semelhante ocorre em julho de 1939, quando “o Snr. Director communica que na rua Xavier da Silva n 02, está uma família pedindo auxílio”.<sup>74</sup>

A diferença entre os dois casos acima apresentados é a de que, em junho de 1939 o padre Ladislau Kulla apresenta a família e pede que esta seja auxiliada pela entidade de caridade. Já em julho é uma família que pede auxílio ao diretor da Associação e este, atendendo ao pedido feito, explana na reunião a respeito desta demanda. Contudo, o fato deste pedido de auxílio ter partido da família necessitada em questão e não de uma intervenção autônoma do diretor faz com que o padre Kulla ressalte, ao final da ata de julho, que “é necessário uma visita das Senhoras da Caridade”<sup>75</sup> àquele domicílio.

Temos, portanto, sujeitos pobres que, assistidos semanalmente pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, encontram formas pelas quais reduzir suas dificuldades. Estes indivíduos não demonstram se conhecer, nem atuar por conta própria, já que toda a documentação existente na Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo é produzida pelas próprias Senhoras de Caridade. Embora não haja registros de atuação conjunta desses sujeitos assistidos, encontramos pequenos registros de pedidos apresentados por eles em direção à Associação, o que demonstra que a atuação destes sujeitos era individualizada.

Os endereços dos assistidos da Associação nos levam a concluir que havia algumas regiões privilegiadas pela Associação na sua ação assistencial. Contudo não foi encontrada nenhuma informação nas fontes que nos possibilitasse inferir que estes sujeitos se conheçam, embora isto fosse uma possibilidade. Também não encontramos nenhuma identidade pátria compartilhada por estes sujeitos, já que os sobrenomes,

---

<sup>73</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 02/06/1939.

<sup>74</sup> Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Ata de 07/07/1939.

<sup>75</sup> *Ibidem*.



única referência pela qual poderíamos analisar esta temática, não apontam para este fato. No entanto, era um local de encontro de diferentes indivíduos e núcleos familiares que compartilhavam uma situação precária.

A Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo é um local de sociabilidades. Caracterizada pelo encontro de diferentes grupos sociais, a instituição também é um local de busca por *status*. As damas da entidade disputam cargos diretivos e outros mais que, sendo hierarquicamente significativos, conferem *status* às suas ocupantes. A Igreja Católica também se beneficia, pois espalha sua ideologia entre os assistidos pela entidade e entre o corpo social desta, através das aulas de catequese que oferece e das missas comemorativas de datas santificadas, como Natal e Páscoa.

O fato da Igreja Católica ter um representante como diretor da entidade também beneficia a instituição eclesiástica, já que os indivíduos que participam da Associação reconhecem esta entidade como benfeitora para com indivíduos como eles, empobrecidos e necessitados e, em decorrência disto, reconhecem a Igreja Católica na figura do Padre Ladislau Kulla, como uma instituição caritativa. Por último temos Getúlio Vargas sendo beneficiado pelas ações da entidade. Através do auxílio anual da Subvenção Federal, conquistado pela entidade a partir de 1941, o Estado se torna grande financiador das obras de construção da sede própria da Associação assim como dos auxílios prestados pela entidade ao seu público, já que os Cr\$ 10.000,00 são convertidos em auxílios em medicamentos, vestimentas, mantimentos e outros.

## **5. CONCLUSÃO - OS POBRES COMO PROTAGONISTAS DA SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DURANTE O ESTADO NOVO**

As décadas de 1930 e 1940 foram profícuas no que concerne ao debate político. O período contido entre os anos 1930 e 1945 foram marcados por diferentes eventos políticos e sociais. Desde a Revolução de 1930, passando pela Revolução Constitucionalista, a Assembléia Nacional Constituinte, a Intentona Comunista, a Coluna Prestes, o Plano Cohen e desembocando no Golpe do Estado Novo, os quinze anos que transpassaram entre 1930 e 1945 foram lugar de apresentação de demandas, conflitos ideológicos, formação e desestabilização de alianças entre diferentes grupos sociais. Portanto, apesar de caracterizados por um regime ditatorial, os anos de 1937 a 1945 foram palco da manifestação política de diferentes grupos sociais.

Entre os diferentes atores políticos nacionais já estudados temos um conjunto qualitativamente relevante, porém quantitativamente pouco expressivo, de análises sobre a participação política dos indivíduos pobres brasileiros. Este foi o motivo pelo qual nos propusemos a responder a seguinte problemática: como se construiu a relação entre Estado e a população pobre brasileira durante o período do Estado Novo, englobado pelos anos de 1937 e 1945?

O primeiro capítulo de nosso estudo procurou esclarecer, através do tenso e conflituoso relacionamento estabelecido entre o Estado e a Igreja Católica, durante o Estado Novo, como se deu o surgimento da preocupação pelo auxílio aos indivíduos pobres. Neste mesmo capítulo foi possível compreender como surgiu o reconhecimento da cidadania dos pobres pelo Estado. Deste reconhecimento criava-se o espaço político através do qual os pobres passaram a atuar politicamente, enviando petições ao Estado e tendo suas demandas atendidas pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

A segunda parte de nosso estudo procurou apresentar a fala dos próprios pobres. Utilizando como fontes as missivas em que os sujeitos apresentavam demandas ao Presidente da República procuramos demonstrar como os pobres se apropriaram do discurso estatal para aumentar as chances

de ver sua petição atendida. A documentação também nos possibilitou perceber quais as demandas mais freqüentes e quais os parâmetros pelos quais o Estado decidia por atender ou negar o pedido apresentado na missiva.

As correspondências e as respostas enviadas pelo Estado aos peticionários também nos possibilitaram compreender os parâmetros morais estabelecidos pela Igreja Católica e utilizados pelo Estado para negar ou atender uma demanda. Nesta direção, reconhecemos nas correspondências enviadas pelos pobres ao Estado e nas respostas endereçadas pelo Estado aos remetentes das cartas, a influência católica no interior do discurso estado-novista, tema abordado no primeiro capítulo.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, teve como tema a participação indireta dos pobres junto ao Estado. Esta relação indireta foi analisada através da documentação da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Tal instituição era vinculada à Igreja Católica e, portanto, defendia os ideais católicos junto a seu público alvo.

O fato da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo ser uma instituição católica que, a fim de oferecer um melhor atendimento aos seus protegidos utilizou-se de políticas de incentivo estatais, nos permitiu perceber a influência do Estado no interior da ideologia católica. Portanto, enquanto no primeiro capítulo procuramos esmiuçar a tensa relação que marcou o contato estabelecido entre Igreja Católica e Estado durante as décadas de 1930 e 1940, o segundo capítulo apresentou a influência da Igreja Católica no discurso estado-novista e o terceiro capítulo esclareceu alguns aspectos sobre a influência estatal no discurso católico.

Findo o percurso, constatamos que a participação política dos pobres durante o Estado Novo e o estabelecimento de relações entre estes sujeitos e o Presidente da República, Sr. Getúlio Dornelles Vargas, foi resultado do reconhecimento e da importância e cidadania dos pobres pelo Estado. Este reconhecimento foi resultado de um crescimento econômico e da impulsão da industrialização nacional. Tal conclusão é derivada de um contexto de crise econômica que se configurara após a Primeira Guerra Mundial e se intensificara com a Crise de 1929. O êxodo rural que marcou os anos 1920 e 1930 provocara um crescimento populacional nas áreas urbanas, ocasionando

o surgimento de um contexto de desenvolvimento do capitalismo já anteriormente vivenciado por diferentes países europeus.

Juntamente a este contexto econômico, temos de salientar a crise política que era vivida pelo Brasil da época, em que diferentes grupos sociais reivindicavam o controle sobre o Estado e conflitos ideológicos eram freqüentes. Deste conjunto de fatores emergira Getúlio Vargas, que com uma política centralizadora e autoritária, pautada nas experiências fascistas européias, fortalecia-se como mandatário da nação.

O fato do Presidente Vargas estabelecer um governo centralizado e ditatorial no ano de 1937, não impossibilitava as ameaças de manifestações contrárias ao regime, o que forçava Vargas a refletir sobre uma forma através da qual manter-se no poder e controlar os movimentos contrários à sua permanência. Nesta direção, Getúlio voltou-se ao grupo social que, numericamente volumoso e economicamente relevante, se mostrava mais frágil e, portanto, útil para os projetos de Vargas: os sujeitos que pertenciam ao mundo do trabalho: empregados, desempregados, aposentados e pobres.

Da configuração de crise e instabilidade política, desenvolvimento industrial e econômico e problemas sociais, emergiu o discurso do *homem novo*, aquele que através de seu trabalho honrava o país, produzia riquezas, era moral e socialmente responsável. A valorização do trabalhador pelo Estado e a pressão católica pela diminuição da exploração do trabalhador pelos industriais, através das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* alavancaram o surgimento de um espaço político reconhecido e destinado ao diálogo dos trabalhadores e demais sujeitos da população nacional com o Estado. É o reconhecimento estatal e eclesiástico da cidadania e da importância política e social dos indivíduos pobres, que produzem riquezas com seu trabalho, enfrentam um cotidiano de dificuldades e, portanto, recebem direitos e assistência de instituições nacionais.

A resposta dos pobres a este reconhecimento é sua atuação política. Apresentando demandas, trocando informações com outros sujeitos pobres e explorando o palavreado discursivo estatal, os missivistas demonstram sua insatisfação com a precariedade de sua vida cotidiana e pedem por melhorias e facilidades. As missivas nos permitem perceber a construção de um discurso dos pobres em direção ao Estado. É a cultura dos indivíduos pobres que se

encontra exposta nas correspondências, é a experiência cotidiana de pobreza que estes indivíduos expõem ao mandatário da nação.

Da mesma forma, através da documentação da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo, percebemos alguns traços culturais dos protegidos da entidade. Estes aspectos culturais são muito menos visíveis, já que filtrados pelo discurso religioso e registrados nas atas e demais fontes institucionais pelo punho das senhoras da instituição. Contudo, é através destas fontes que podemos perceber como se dava a intervenção de diferentes grupos sociais junto ao Estado em prol do atendimento das demandas dos pobres. As Senhoras da Caridade são representantes de uma elite curitibana que, atendendo a um chamado da instituição eclesiástica, organizam-se numa entidade assistencial católica a fim de promover auxílios direcionados aos indivíduos empobrecidos.

Contudo, o fato de serem auxiliados por senhoras da sociedade não significa dizer que os sujeitos assistidos pela Associação eram passivos. As fontes institucionais nos apresentam dados que demonstram a atuação dos pobres junto às senhoras da caridade, apresentando demandas, pedindo auxílios ou apontando outros indivíduos pobres para serem auxiliados pela entidade.

A experiência cotidiana da pobreza, as dificuldades relativas à manutenção da família, à conquista de um emprego, à realização de um internamento ou tratamento de saúde ou de acesso às instituições educacionais à prole une os sujeitos pobres através de laços identitários e culturais. Neste sentido, esses sujeitos passam a atuar de formas similares, construindo um discurso capaz de sensibilizar e pressionar o Estado e a Igreja Católica, assim como outros grupos sociais, que lhes destinam assistência nas mais diferentes formas.

Concluimos, portanto que os sujeitos pobres analisados neste estudo eram politicamente ativos, reivindicantes de seus direitos. Demonstravam auto-reconhecimento e reconhecimento de outros indivíduos, de outras camadas sociais, como sendo sujeitos pobres e auxiliavam-se mutuamente, seja na escrita de uma missiva para um sujeito analfabeto, seja através da indicação de um núcleo familiar para ser assistidos pela Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

Dispondo de ferramentas proporcionadas pelo discurso estatal ou eclesiástico, os pobres criaram formas eficientes de reivindicar suas demandas, de apresentar petições e de demonstrar insatisfação com a pobreza enfrentada. Eram sujeitos reconhecidos como cidadãos por outros grupos sociais e instituições nacionais, além de se auto-reconhecerem como cidadãos e compartilharem de uma cultura que se utilizava de itens oriundos de outros grupos da sociedade brasileira para conquistar aquilo que desejavam.

Nesta direção, temos um grupo social, os pobres, assumindo sua cidadania e seu direito de participação política a partir de um contexto econômico, político e social em que, necessidades de diferentes grupos e instituições nacionais fizeram com que os pobres ganhassem importância e reconhecimento. Como resultado, temos a configuração de espaços de reivindicação e participação política que, explorados por estes sujeitos, resultaram na estruturação de um discurso destes indivíduos voltado ao atendimento de suas demandas e melhoria de suas condições de vida na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

AIC. **Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo. 100 anos: 1900 – 2000.** 2000.

ANDREATTA, Roldite. **Terceiro setor: responsabilidade social e voluntariado.** Curitiba: Champagnat, 2001.

CARNEIRO, David. **Galeria de ontem e de hoje.** Editora Vanguarda, 1963.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo. \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **Brasil Republicano.** Vol. 2. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI.** José Rubens Siqueira (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DE DECCA, Edgar S. **1930. O silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual. In: HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural.** Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAUSTO, Boris. In: \_\_\_\_\_. **História geral da civilização brasileira.** Tomo III – O Brasil Republicano, vol. 4 – Sociedade e Política (1930-1964) 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil.** O imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

\_\_\_\_\_, Jorge (Org). **O populismo e sua história.** Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.) **Brasil Republicano.** Vol. 2. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

\_\_\_\_\_. O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

KARVAT, Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1830-1933**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979

LENHARO, Alceu. **Sacralização da política**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1986.

MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação. In: SZESZ, Christiane Márquez *et alii*. **Portugal – Brasil no século XX**. Sociedade, Cultura e Ideologia. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 209-231

MARTINS, Ana Paula Vosne. “**Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo**”. In: RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES PÓS-DOCTORAIS APRESENTADO AO CNPq. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2004. Artigo no prelo.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução [ao] livro “Estado Novo: ideologia e poder.” In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta ; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro : Zahar Ed. 1982. p. 14-30.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Brasil Republicano; o tempo do nacional estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PESAVENTO, S. J. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. 1 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta ; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo. Ideologia e poder**. Rio de Janeiro : Zahar Ed. 1982. p. 71-108.



VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4. ed. Ver. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

Biografia de Hildebrando de Araújo. 2006. Disponível em:  
[http://www.fundacaoharaujo.org.br/institucional.php?inst=1&id\\_inst=4](http://www.fundacaoharaujo.org.br/institucional.php?inst=1&id_inst=4).  
Site visitado em 05/04/2008.

Adolpho de Oliveira Franco morre aos 92. 11/03/2008. Disponível em:  
<http://www.parana-online.com.br/noticias>. Site visitado em 05/04/2008.

Biografia de Luis Eulógio Zilli. Disponível em:  
<http://www.editoracao.seec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=101>. Site visitado em 05/04/2008

## FONTES

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm). Acesso em: 15/08/2006.

ITÁLIA. **Carta Del Lavoro**: Roma, Itália, Grande Conselho Fascista, 1927. Disponível em: <http://www.fetropar.org.br/Colunas/Edesio/Carta%20del%20Lavoro.asp>. Acesso em: 08/05/2008.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Senado Federal, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 22/10/2006.

Papa Pio XI. **Encíclica *Quadragesimo Anno***. Roma, Itália, 15 de maio de 1931. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html). Acesso em: 19/04/2008.

EVANGELHO segundo São Mateus. In: **BÍBLIA Sagrada**. Rio de Janeiro: Edição Ecumênica, 1983. Cap. 25, vers. 34-41.

Papa Leão XIII. **Encíclica *Rerum Novarum***. Roma, Itália, 15 de maio de 1891. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html). Acesso em: 17/04/2008.

IBGE. **Censo Demográfico** de 1940. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/01/2008.

Decreto-Lei N. 3.200, de 19 de abril de 1941. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 19 abr. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del3200.htm>

BRASIL. Decreto 12299, de 22 de abril de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 22 abr. 1943.

BRASIL. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 28 de ago. 1935

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276.** Ano 1940.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 276.** Ano 1941.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 243.** Ano 1940.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 401.** Ano 1942.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 336.** Ano 1941.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 336.** Ano 1942.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 192.** Ano 1938.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 192.** Ano 1939.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 192.** Ano 1940.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. **Presidência da República. Série 17 – Ministérios Lata 193.** Ano 1939.

ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.** Ata de 15/04/1901.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.** Anos de 1939 – 1950.

\_\_\_\_\_. **Livro de Atas da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.** Anos de 1916 - 1939.

\_\_\_\_\_. **Livro de Contas-correntes da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.** Anos de 1941 a 1945

\_\_\_\_\_. **Livro Caixa da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.** Anos de 1941 e 1942.

\_\_\_\_\_. **Livro de Chamada dos Assistidos da Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.** Anos de 1940 a 1945